

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA- PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

KARINE ALBANO

TRABALHADORES RURAIS E SINDICATO EM MATELÂNDIA
(DÉCADAS DE 1950 A 1970)

Marechal Cândido Rondon

2019

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE
CAMPUS MARECHAL CÂNDIDO RONDON
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA- PPGH
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS

KARINE ALBANO

TRABALHADORES RURAIS E SINDICATO EM MATELÂNDIA
(DÉCADAS DE 1950 E 1970)

Dissertação apresentada como requisito para a obtenção do título de Mestre em História no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, sob orientação do Prof. Dr. Rinaldo José Varussa.

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

2019

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Albano, karine

Trabalhadores rurais e Sindicato em Matelândia (décadas de 1950-1970) : Trabalhadores rurais e Sindicato em Matelândia (décadas de 1950-1970) / karine Albano; orientador(a), Rinaldo José Varussa, 2019.
125 f.

Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Marechal Cândido Rondon, Centro de Ciências Humanas, Educação e Letras, Graduação em HistóriaPrograma de Pós-Graduação em História, 2019.

1. Trabalhadores rurais. 2. Sindicato. 3. Matelândia. I. Varussa, Rinaldo José. II. Título.



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46

Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>

Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000

Marechal Cândido Rondon - PR.



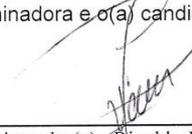
PARANÁ

GOVERNO DO ESTADO

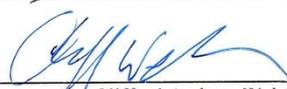
Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE MESTRADO DE KARINE ALBANO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.

Ao(s) 12 dia(s) do mês de fevereiro de 2019 às 9h00min, no(a) Sala de aula do PPGH (60), realizou-se a sessão pública da Defesa de Dissertação do(a) candidato(a) Karine Albano, aluno(a) do Programa de Pós-Graduação em História - nível de Mestrado, na área de concentração em História, Poder e Práticas Sociais. A comissão examinadora da Defesa Pública foi aprovada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em História. Integraram a referida Comissão os(as) Professores(as) Doutores(as): Wagner José Moreira, Rinaldo José Varussa, Clifford Andrew Welch. Os trabalhos foram presididos pelo(a) Rinaldo José Varussa, orientador(a) do(a) candidato(a). Tendo satisfeito todos os requisitos exigidos pela legislação em vigor, o(a) candidato(a) foi admitido(a) à Defesa de DISSERTAÇÃO DE MESTRADO, intitulada: "Trabalhadores rurais e sindicato em Matelândia (décadas de 1950 a 1970)". O(a) Senhor(a) Presidente declarou abertos os trabalhos, e em seguida, convidou o(a) candidato(a) a discorrer, em linhas gerais, sobre o conteúdo da Dissertação. Feita a explanação, o(a) candidato(a) foi arguido(a) sucessivamente, pelos(as) professores(as) doutores(as): Wagner José Moreira, Clifford Andrew Welch. Findas as arguições, o(a) Senhor(a) Presidente suspendeu os trabalhos da sessão pública, a fim de que, em sessão secreta, a Comissão expressasse o seu julgamento sobre a Dissertação. Efetuado o julgamento, o(a) candidato(a) foi **aprovado(a)**. A seguir, o(a) Senhor(a) Presidente reabriu os trabalhos da sessão pública e deu conhecimento do resultado. E, para constar, o(a) Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE - Campus de Marechal Cândido Rondon, lavra a presente ata, e assina juntamente com os membros da Comissão Examinadora e o(a) candidato(a).


Orientador(a) - Rinaldo José Varussa

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)


Clifford Andrew Welch

Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP)



Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Campus de Marechal Cândido Rondon - CNPJ 78680337/0003-46
Rua Pernambuco, 1777 - Centro - Cx. P. 91 - <http://www.unioeste.br>
Fone: (45) 3284-7878 - Fax: (45) 3284-7879 - CEP 85960-000
Marechal Cândido Rondon - PR.



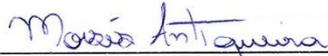
Programa de Pós-Graduação em História

ATA DA DEFESA PÚBLICA DA DISSERTAÇÃO DE Mestrado de KARINE ALBANO, ALUNO(A) DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE, E DE ACORDO COM A RESOLUÇÃO DO PROGRAMA E O REGIMENTO GERAL DA UNIOESTE.


Wagner José Moreira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Marechal Cândido Rondon (UNIOESTE)


Karine Albano
Candidato(a)


Moisés Antiquiera
Coordenador(a) do Programa de Pós-Graduação em História

Prof. Dr. Moisés Antiquiera
Coordenador do Programa de
Pós-Graduação em História
Mestrado e Doutorado
Portaria nº 5114/2018-GRE

AGRADECIMENTOS

Agradeço infinitamente a minha família, em especial a minha avó, Tereza Borges Albano e minha mãe Odete Albano, que são exemplos de mulheres guerreiras, batalhadoras e vitoriosas, que desafiaram pré-conceitos sociais para formar e estruturar a nossa família. A minha avó querida, resta lembrar-se das lições de vida e de sua garra para superar qualquer desafio. A minha mãe Odete agradeço pela vida, parceria, compreensão e carinho diante das minhas dificuldades. Aos meus irmãos, Denner e Tainara, que persistem na luta acadêmica e na vida. Ao meu noivo, Wagner Magagnin, pelo carinho, paciência, parceira de todos os finais de semanas e pelo incentivo de seguir em frente sempre.

Agradeço ao professor Rinaldo, pelas significativas contribuições acadêmicas e profissionais que foram decisivas para o amadurecimento e desenvolvimento da pesquisa apresentada na dissertação. Obrigado pela perseverança em acreditar na pesquisa e paciência com as limitações que se fizeram presente na construção da dissertação.

Agradeço também aos entrevistados que tive a honra de conhecer, passar dias e tardes dialogando sobre as trajetórias de vida. Agradeço ao senhor Francisco, conhecido como Chico, pelas contribuições significativas com o direcionamento para entrevistar os sujeitos da pesquisa.

Agradeço também, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matelândia, pela disponibilidade em atender minhas dúvidas e questionamentos, ao Jandir e Janine, pelo apoio constante, facilitando a localização dos entrevistados. E a Andressa, que se disponibilizou em ir até a casa dos entrevistados, pois não conhecia algumas regiões rurais de Matelândia e nem mesmo onde moravam os entrevistados.

Ao senhor Miguel e sua filha Aparecida, que permitiram construir a trajetória da fundação do sindicato, com entrevistas e materiais de suma importância.

Agradeço às escolas em que trabalhei durante a conclusão do mestrado, pois foram compreensivos e maleáveis em meus horários de trabalho.

Agradeço a todos os professores e doutores do PPGH de Marechal Cândido Rondon, pelas aulas maravilhosas, prazerosas e desafiadoras que permitiram amadurecer e trilhar novas ideias e perspectivas de pesquisa.

Aos professores e doutores da banca, Vagner José Moreira, pelas aulas que foram orientações importantes e fundamentais para a dissertação. E ao professor e doutor Clifford Andrew Welch, que tive a honra de conhecer e pelas contribuições significativas em leituras e na banca.

Aos colegas que conheci durante o mestrado, sábios no árduo trabalho da

produção histórica. E as amigas Adriana e Margarete, que fizeram companhias nos longos trajetos de Matelândia até Marechal Candido Rondon todas as semanas. Foram diferentes conversas, consolo, conselhos e incentivo. Agradeço as minhas colegas Flaviane Mônica Christ e Tânia Mara De Bastiani, pelo tempo disponibilizado em ler as escritas da dissertação e ouvir as minhas angústias.

Obrigada!

Trabalhadores rurais e sindicato em Matelândia (décadas de 1950 e 1970)

Resumo:

A partir da interpretação de experiências de trabalhadores rurais, dialogando com as diferentes condições de vida e trabalho estabelecidas como assalariados, meeiros, parceiros, arrendatários, diaristas e pequenos produtores rurais em Matelândia, o objetivo principal desta dissertação é discutir as concepções e fatores que se fizeram presentes na vida desses sujeitos e que contribuíram para que estes se articulassem ou não para a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matelândia. A pesquisa abrange os anos de 1950 até as décadas de 1970. Este período abarca diferentes contextos, situações e dinâmicas vividas pelos trabalhadores rurais na região, marcado por saídas, permanências, transformações no meio rural, por relações de trabalho, compra e venda de terras, que promoveram inúmeros conflitos e lutas no Oeste do Paraná e, mais especificamente, no município de Matelândia.

Palavras-chaves: Trabalhadores rurais; sindicato; condições de vida e de trabalho em Matelândia.

Rural workers and trade union in Mateland: (decades 1950 to 1970)

Abstract:

The main objective of this dissertation is to discuss the conceptions and factors that are related to the different experiences of rural workers, in dialogue with the different conditions of life and work established as wage earners, sharecroppers, partners, tenants, diarists and small rural producers in Matelândia. Made present in the life of these subjects and that contributed to their articulation or not for the formation of the Union of Rural Workers of Matelândia. The survey covers the years 1950 to the 1990s. This period encompasses different contexts, situations and dynamics experienced by rural workers in the region, marked by exits, permanence, transformations in rural areas, by labor relations, land purchase and sale , which promoted numerous conflicts and struggles in the West of Paraná and more specifically in the municipality of Matelândia.

Word-Key: Rural workers; Syndicate; conditions of work and life in Matelândia.

LISTA DE SIGLA E ABREVIACÕES

CONTAG- Confederação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura

ETR – Estatuto do Trabalhador Rural

FUNRURAL – Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural

IBGE – Instituto de Geografia e Estatística

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

MASTRO – Movimento dos Agricultores sem terra no oeste do Paraná

PCB – Partido Comunista Brasileiro

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

STR – Sindicato dos Trabalhadores Rurais

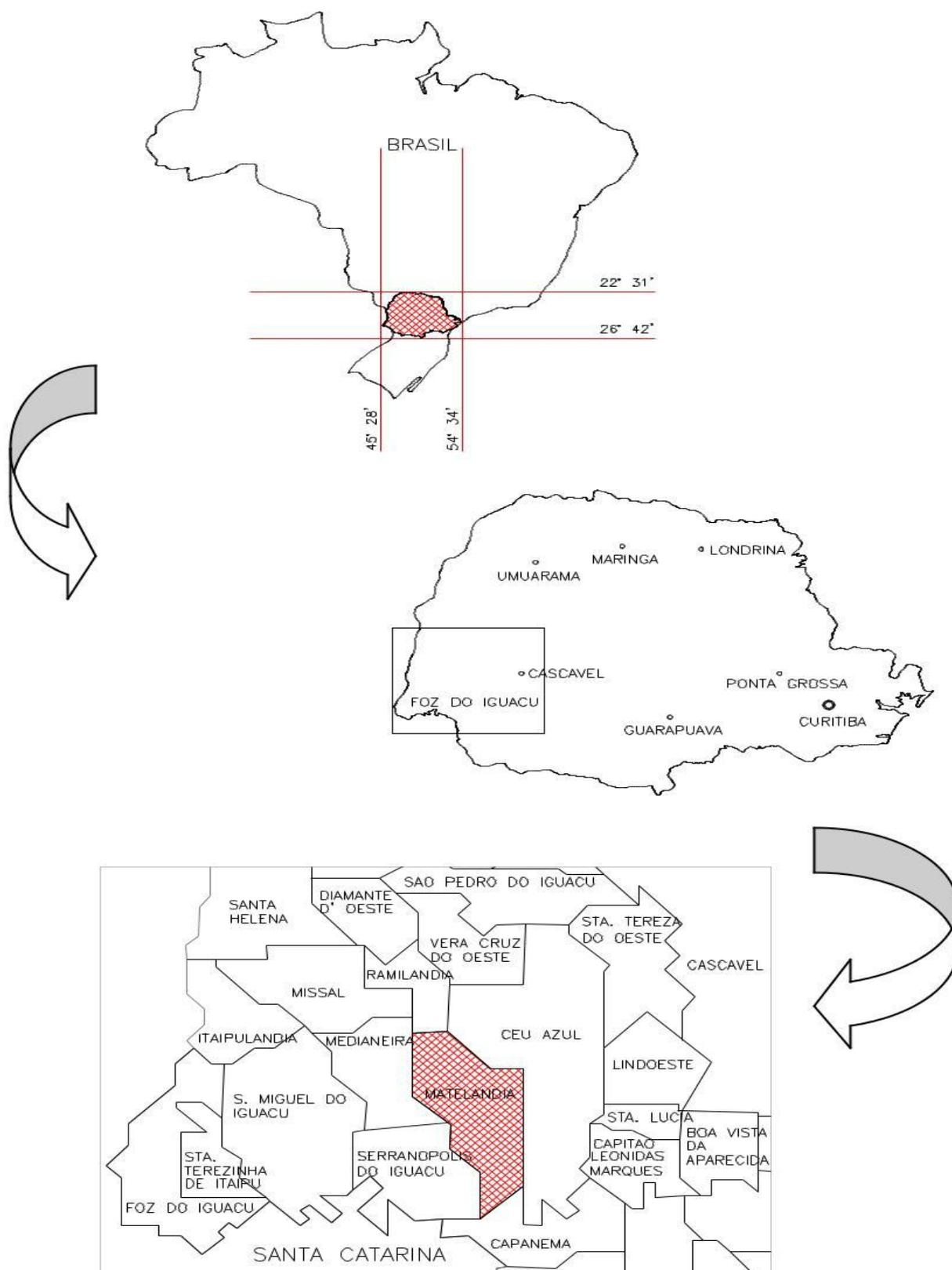
LISTA DE ILUSTRAÇÃO

1. **Imagem 1**- Localização do município de Matelândia.
2. **Tabela 1**- Planta dos polígonos de terras divididas da Colonizadora Matelândia.

SUMÁRIO

Lista de siglas e abreviações.....	10
Lista de ilustração.....	11
Apresentação.....	14
Capítulo I: Experiências de vida, trabalho e lutas de trabalhadores do espaço rural em Matelândia.....	22
1.1 Conflitos de terra em Matelândia.....	32
1.2 Condições de saúde, alimentação e moradia em Matelândia.....	52
1.3 Relações de trabalho em Matelândia.....	57
Capítulo II: Formação do sindicato dos trabalhadores rurais em Matelândia.....	74
Considerações finais.....	110
Fontes	
Fontes orais.....	112
Fontes escritas.....	113
Referências Bibliográficas.....	116
Anexos.....	119

Imagem 01: Localização geográfica do município de Matelândia



Fonte: Plano Municipal da Educação -2015

APRESENTAÇÃO

Crescer no processo de produção da narrativa histórica requer do historiador esforço, determinação e persistência. Nesse sentido, durante a realização da escrita, foram diferentes questionamentos e ideias para a dissertação, no entanto, foi necessária a escolha de questões viáveis para a minha condição de estudante e trabalhadora.

Assim, por meio da problematização e produção de narrativas, o historiador permite que as experiências e memórias individuais e coletivas não adormeçam como também as lágrimas, anseios, dores, desejos, sonhos, lutas, dificuldades que se fizeram presente na vida dos sujeitos. Partindo disso, de acordo com Yara Aun Khoury:

Não só ao poeta, mas também a historiadores incumbe recuperar lágrimas e risos, decepções e esperanças, fracassos e vitórias, fruto de como os sujeitos viveram e pensaram sua própria existência, forjando saídas na sobrevivência, gozando as alegrias da solidariedade ou sucumbindo ao peso de forças adversas¹.

Diante dos elementos citados, a partir das entrevistas, foi possível observar além das narrativas, diferentes expressões no rosto e olhar dos entrevistados. Talvez porque a conversa não estava sendo adequada aos interesses deles, como também pelo fato da lembrança narrada trazer à tona, dores e cicatrizes da experiência de luta do entrevistado e até por falta de empatia, pois não conhecia todos os entrevistados. Com isso, identifiquei que a memória é a construção do passado a partir do presente de cada sujeito, assim, é o diálogo com a memória dos sujeitos que constitui o processo histórico.

No entanto a memória resulta da construção do sujeito a partir da sua trajetória de vida e está em constante disputa e repleta de contradições. Da mesma forma, o sujeito narra a trajetória de vida evidenciando fatos que aconteceram de forma individual ou coletiva, baseados em significados, valores e condições selecionadas ou esquecidas pelo entrevistado.

Desta forma, como para o historiador Vagner José Moreira, “as memórias daqueles que, no presente, dispõem-se a falar sobre esse passado, estão cheias de ambiguidades, permeadas por antagonismos, necessidades, interesses e expectativas diversas”². Sendo assim, o historiador precisa articular a memória narrada, escrita e promover o debate histórico a partir dos questionamentos da pesquisa, o que de fato não foi um trabalho simples na construção da dissertação e do diálogo com os sujeitos.

¹ KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias:** Cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário (org.). *Muitas memórias, outras histórias*. SP: Olho D'água, 2004, pág.01.

² MOREIRA, Vagner José, **Propriedades da evidência, narrativas orais e a escrita da história:** Memórias sobre trabalhadores na luta pela terra - história e perspectivas. Uberlândia. 2013

O contato com os entrevistados possibilitou a construção do respeito pela memória do sujeito e a troca de conhecimentos. Além disso, conheci um pouco mais sobre as vilas rurais que compõem a extensão territorial de Matelândia. No entanto, nas idas e vindas aos sujeitos para as entrevistas, em alguns momentos trilhei estradas erradas, tendo a sensação de estar perdida no meio de vastas plantações e poucos moradores. A experiência foi válida e contribui para a construção e amadurecimento da dissertação.

Durante as minhas viagens pelo meio rural de Matelândia, conheci também alguns acampamentos do Movimento sem Terra (Acampamento Chico Mendes, Acampamento da Fazenda Boito) como também o Movimento dos Sem tetos no centro de Agro cafeeira e Vila Esmeralda, o que até então, apenas “ouvira dizer”.

Com isso, a escrita da dissertação narra também parte da minha experiência de vida no meio rural. Em cada entrevistado e em sua narração, era como se estivesse ouvindo minha família relatar suas experiências como trabalhadores do meio rural, das inúmeras dificuldades enfrentadas por eles, para estabelecer e permanecer no espaço rural, diante das constantes e severas transformações nas relações trabalho e no modo produção.

Desta forma, o interesse por essa temática parte da proximidade com o assunto, devido a minha experiência no meio rural ao lado da família. Em minha casa, no meio rural³, eram constantes as conversas sobre sindicato, auxílio saúde, auxílio semente e Funrural. Minha avó Tereza Borges Albano defendia a atuação e existência do sindicato para os filhos e vizinhos. Ela, nascida em Criciúma, Santa Catarina no ano de 1933, se tornou sócia do sindicato dos trabalhadores rurais em 1975 e parou de contribuir com a taxa de associado apenas quando faleceu, no ano de 2017.

Dona Tereza, como gostava de ser chamada, nos 4 alqueires de terra, que adquiriu em 1968 no município de Matelândia, trabalhava de domingo a domingo, colhendo frutas e ovos, fabricando queijo para que todas às terças-feiras pudesse ir até o Paraguai, vender seus produtos e trazer renda para a família. No entanto, sua luta pela sobrevivência iniciou antes de 1968, quando trabalhou de meeira em propriedades de terra em Santa Catarina. Antes de ser proprietária, Tereza experimentou do ardo fardo de ser trabalhadora e empregada de proprietários de terra, aceitando, resistindo e encontrando maneiras de mudar a sua condição.

Em Matelândia, na luta pela sobrevivência, meus familiares, aglutinados em torno da minha avó, trabalharam em diversas atividades rurais. Em 1985, por exemplo,

³Morei no meio rural durante 18 anos. Sai da casa de minha avó para estudar e logo em seguida, ela vendeu a propriedade e foi morar na cidade.

observando a experiência dos vizinhos que trabalhavam com bicho da seda e avaliando ser uma atividade que aparentava significativo rendimento naquele momento, passaram a desenvolver a atividade. Nos anos seguintes, iniciaram o trabalho com pecuária de leite, plantaram verduras, milho, soja e legumes para vender na cidade. E, por fim, o arrendamento da terra a outros proprietários foi inevitável, recebendo uma determinada porcentagem do arrendatário, até o momento em que a permanência no meio rural passou a ser inviável, isso em 2009, quando minha avó vendeu a propriedade para morar no meio urbano. O ritmo de atividades diversificadas caracterizava a organização da propriedade de 4 alqueires da minha avó e de outras propriedades em Matelândia.

Além disso, os filhos cresceram, passaram a constituir suas famílias e as terras não foram suficientes para todos. Sem contar que para o trabalho foi necessárias à construção de obras, ou seja, investimento em infraestrutura, com o intuito de atender as regras do agronegócio, principalmente a partir de 1990. Sendo assim, foram feitos financiamentos para atender as exigências das empresas contratantes. As normas impostas geraram dívidas com o financiamento, principalmente com o Pronaf⁴. Lembro, como se fosse hoje, minha avó preocupada em como iria pagar os empréstimos, pois a produção não era suficiente para liquidar as dívidas adquiridas durante a plantação.

Fui crescendo e ajudando nas atividades da roça. Passei a me identificar com algumas conversas e discussões sobre sindicato, trabalhador rural, PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar), CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura), FETAEP (Federação Dos Trabalhadores Rurais Agricultores Familiares do Estado do Paraná), financiamentos e a luta contra o tempo para poder pagar os empréstimos, pois a renda era pouca e se fazia necessário investir em melhorias na estrutura da terra para comportar as atividades. Então, minha avó me apresentou ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, lugar que ela ia para fazer consultas médicas, buscar sementes para plantar e até mesmo informações sobre a agricultura, o que ela dizia ser um lugar muito importante para o trabalhador rural.

Em conversa com os vizinhos comecei a observar relações semelhantes às condições da minha família. Com isso, passei a perceber que outras famílias, vindas de outros estados como Rio Grande do Sul e São Paulo trilharam caminhos de lutas e inúmeras dificuldades até chegarem ao Paraná e se estabelecerem na região. Essa experiência de vida, em grande medida, se fez presente na organização do tema para essa pesquisa.

⁴PRONAF é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar foi criado no ano de 1996, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, que visa ofertar empréstimos a agricultura familiar.

No entanto, uma das dificuldades na produção e escrita da dissertação, foi encontrar materiais sobre o período e o lugar pesquisado. Não encontrei referências bibliográficas, arquivos e documentos que estivessem atrelados especificamente, para as organizações, experiências e lutas dos trabalhadores rurais de Matelândia, dialogando com a constituição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matelândia, o que também contribuiu para a escolha dessa temática.

Durante minha investigação, encontrei o livro do José Augusto Colodel “Matelândia: História e Contexto⁵”, que é o material utilizado sobre Matelândia nas escolas e bibliotecas. No entanto, a discussão proposta por Colodel aponta para questão sobre Matelândia e de forma geral, um apanhado sobre a formação de Matelândia.

Em relação ao referencial teórico e sobre a questão do sindicalismo e trabalhadores rurais, são inúmeras as discussões e debates no meio acadêmico, com autores como Vagner José Moreira, Osvaldo Heller da Silva, Jaqueline Cunico, Flaviane Monica Christ, Rinaldo Varussa, Márcio Both, Sheille Rodrigues, Clifford A. Welch, Maria Aparecida de Moraes, dentre outros artigos, dissertações e teses nas áreas da história, geografia como também na filosofia e sociologia.

Associado a isso, a minha trajetória acadêmica, tanto na graduação como na pós-graduação possibilitou o contato com leituras e discussões relacionadas ao processo de organização dos trabalhadores rurais em torno de sindicatos. Com o auxílio de leituras e debates com professores e colegas, procurei identificar elementos que contribuíssem para analisar os trabalhadores rurais de Matelândia como sujeitos da história deles, buscando questioná-los no espaço complexo de relações, condições de trabalho e de vida que foram ocasionadas em grande parte, pelas constantes e contínuas mudanças nas relações de trabalho e produção. Além disso, discutir como essas pessoas reagiram e se confrontaram com as pressões que vivenciaram, dialogando com as condições encontradas e construídas pelos sujeitos em Matelândia. Do mesmo modo, durante a pesquisa, avalei ser necessário, identificar quais elementos, práticas e atuações que evidenciam como os sujeitos se constituíram enquanto classe.

A partir da análise da trajetória dos sujeitos, foi possível investigar quais os motivos ou sentidos da organização sindical para os trabalhadores rurais com a criação do sindicato. Também foram analisados quais elementos narrados por esses sujeitos fizeram parte da pauta de fundação do sindicato dos trabalhadores rurais, evidenciando em que

⁵COLODEL, José Augusto. **Matelândia: História e Contexto**. Cascavel, ASSOESTE, 1992.

medida esse órgão foi uma instituição representativa desses sujeitos. Para aprofundar essas discussões e análises, problematizamos também a atuação do sindicato com relação às pressões, necessidades e expectativas dos trabalhadores rurais no período.

Disto decorre a opção em acompanhar as trajetórias, abarcando as condições de vida e de trabalho, contrapondo com informações oficiais construídas a partir do interesse da prefeitura municipal e de órgãos oficiais. Da mesma forma que Jean Chesneaux, discute a história como sendo “parte dos instrumentos por meio dos quais a classe dirigente mantém o seu poder,”⁶ a história também é o recurso que possibilita a desconstrução de afirmações e discursos de cunho oficial, além de permitir ao historiador e a sociedade, problematizar os objetivos que fizeram parte da construção da história oficial.

Além disso, a construção da história é um contínuo duelo entre o oficial e o narrado pelos sujeitos, ou seja, “as classes dirigentes e o poder de Estado frequentemente apelam ao passado de modo explícito”⁷ utilizando elementos da história, da experiência, costumes e tradição para criar um imaginário de relações e ritualizar o passado, sem considerar as contradições das experiências dos sujeitos na história.

Para o debate das questões apresentadas, dialogo com a narração de sujeitos por meio de entrevistas orais, abarcando tanto trabalhadores associados como não associados ao sindicato e que foram moradores do campo no município de Matelândia entre as décadas de 1950 até 1980. A escolha dos sujeitos não teve necessariamente, uma ligação direta com o sindicato, pois a ideia no primeiro capítulo é problematizar a trajetória de vida de sujeitos em diferentes condições e relações de trabalho no período anterior ao sindicato, ou seja, parceiros, arrendatários, meeiros, diaristas, que se tornaram ou não, pequenos proprietários de terra. Desta forma, a pesquisa está vinculada à investigação de trajetórias e experiências de vida de trabalhadores, que vivem ou viveram no meio rural e não necessariamente, sócios no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Matelândia.

As relações que busco evidenciar são resultados de entrevistas e análises dos discursos narrados. As discussões partem do princípio de que as narrativas são construções dos sujeitos a partir do seu presente e são resultados da seleção da memória de um todo vivido pelo entrevistado. Sendo assim, na condição de historiadora, tenho meus objetivos com a entrevista, assim como o entrevistado tem seus interesses e argumentos, os quais deseja que permaneça como sendo a sua experiência e seja essa experiência, uma narração que o torne sujeito de seus atos e pensamentos, lembrado como sendo um vencedor ou

⁶ CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Sobre história e os historiadores. Editora Ática S.A. São Paulo – 1995, pág.28.

⁷Ibid., pág. 29.

alguém que insiste em mudar e transformar a sua realidade para assim “esquecer” o passado tumultuoso e doloroso. Assim como discute Yara:

Os homens vivem suas experiências integralmente como ideias, necessidades, aspirações, emoções sentimentos, razão, desejos, como sujeitos sociais que improvisam, forjam saídas, resistindo, se submetendo, vivendo enfim, numa relação contraditória, o que nos faz considerar essa experiência como experiência de luta e de luta política⁸.

É, portanto, um dos ofícios do historiador narrar e discutir experiências que evidenciam sujeitos históricos, que lutam por seus interesses e valores, que são influenciados pelas transformações sociais, porém, reagem, resistem, criam estratégias as determinações impostas pela sociedade. A luta antes de ser coletiva, se constrói no individual e posteriormente, em condições de classe, se compartilha as experiências com outros sujeitos.

Além de trabalhar com narrativas orais, na construção dos capítulos, selecionei referências que apresentam uma discussão próxima à temática e ao período pesquisado, com o intuito de dialogar com as narrativas e problematizar questões retratadas e apresentadas como oficiais.

A dissertação é composta por 2 capítulos. Sendo assim, para contribuir com a discussão do primeiro capítulo sobre as condições de vida e trabalho em Matelândia no período anterior ao sindicato dos trabalhadores rurais, utilizo a produção historiográfica sobre o município de Matelândia como, José Augusto Colodel e a dissertação de Maurício Dezordi⁹. Como também, a dissertação de Leonir Olderico Colombo¹⁰, que discute a atuação das colonizadoras do Paraná no processo de compra, venda e regularização das terras, inclusive a Colonizadora Matelândia, responsável pela área que corresponde a Matelândia e Ramilândia, atualmente. Na dissertação, Colombo problematiza como ocorreram as ocupações nas terras do Oeste do Paraná, enfatizando o processo de ocupação da Gleba Silva Jardim, discutindo o processo de legalização dessa área diante da chegada dos posseiros e dos colonos nas décadas de 1950 até 1960, como também a relação com o conflito armado que ocorreu em julho de 1961.

⁸ KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias**: Cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário (org.). *Muitas memórias, outras histórias*. SP: Olho D'água, 2004. (Página 7).

⁹DEZORDI, Mauricio. **O Brasão e o ramo de café**: Migração, simbologia e identidade no município de Matelândia 1950-1980. Foz do Iguaçu, 2015.

¹⁰COLOMBO, Leonir Olderico. **“No Rastro Do Burro**: Memórias e discursos do “Colono Posseiro”. Foz do Iguaçu, 2013.

Outro autor com quem dialogo é Edward Palmer Thompson, em “A formação da Classe Operaria Inglesa volumes I¹¹ e II¹²”. A escolha por Thompson está relacionada às discussões propostas com relação aos padrões de vida e experiências que informam os trabalhadores nas suas ações e formulação de propostas. Associado a isso, procuro estabelecer relações com os sujeitos que pesquiso, possibilitando identificar a formação de classe na discussão, como também práticas e alternativas que se fizeram presente no momento a ser problematizado.

Conjuntamente, procuro dialogar com Ellen Meiksins Wood¹³ com o intuito de analisar o processo de constituição das relações de trabalho compartilhadas pelos trabalhadores do meio rural. De acordo Wood, para pensar classe, é necessário identificá-las nas situações de classe. Entendo classe trabalhadora como indivíduos que vivem em condições diferentes ou iguais de trabalho e vida, mas que lutam contra um inimigo comum que são as práticas capitalistas. De acordo com esta historiadora, “a questão problemática da formação de classe vai continuar existindo oferecendo respostas teóricas e politicamente mais significativas”.¹⁴ Enquanto houver relações de produção vinculadas às perspectivas capitalistas, as pessoas não usufruirão do pleno direito de uma vida digna.

Autores de relevância para organizar as discussões, no que se refere ao trabalho com história oral são Alessandro Portelli e Yara Khury, pois seus estudos e pesquisas são fundamentais para análise das narrativas. Como também o autor Jean Cheneaux, com o intuito de discutir na construção da dissertação, o trabalho desenvolvido pelo historiador, analisando a luta e experiências de trabalhadores do meio rural em Matelândia.

No segundo capítulo, discuto de que maneira os fatores apresentados no primeiro capítulo, contribuíram para a organização e fundação do Sindicato de Trabalhadores Rurais de Matelândia, evidenciando como essa instituição articulou projetos de interesse e luta dos trabalhadores, às pressões e tentativas de contingenciamento da classe dominante e do governo do período. Neste sentido, a proposta para o capítulo direciona-se também para discutir a presença de diferentes tendências e perspectivas de atuação sindical, tais como a portada por agentes da Igreja Católica e militantes de movimentos de esquerda e/ou de

¹¹THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. Á árvore da liberdade. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume I.

¹²THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume II.

¹³WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 1995.

¹⁴Ibid., p.76.

oposição à ditadura civil e militar, bem como pautas políticas do Instituto Nacional de Reforma Agrária (INCRA) no processo de regularização das terras.

Neste capítulo, além do trabalho com as narrativas orais, com o intuito de enriquecer a produção da dissertação, dialogo com autores que discutem o tema da sindicalização rural, produzida a partir de outras localidades e situações, como Rudá Ricci, Clifford A. Welch, Osvaldo Heller da Silva, Maria Aparecida de Moraes, como também as dissertações de Flaviane Mônica Christ e Jaqueline Cunico.

Outra referência de fundamental importância para a discussão é o Estatuto do trabalhador rural e o Estatuto da terra, tendo em conta que estes Estatutos são uma determinação nacional, criados a partir das resistências e pressões nas relações de trabalho do meio rural.

Outra questão discutida no segundo capítulo está vinculada à atuação do sindicato na sua primeira década de funcionamento, o que coincide com a ditadura civil e militar pós-1964, buscando abordar a questão da assistência médica com a criação de um hospital Naturalista, em 1975, da previdência social e do Funrural, da atuação em relação às diferentes relações de trabalho (meeiros, pequenos proprietários, trabalhadores volantes, etc), bem como a relação com Sindicato Patronal, fundando anteriormente em Matelândia, dialogando e confrontando com as práticas e os objetivos do sindicato delineados e/ou estabelecidos quando da sua fundação. Para contribuir com essa proposta, trago para a discussão, Rudá Ricci, Clifford A. Welch e Osvaldo Heller da Silva.

CAPÍTULO I

EXPERIÊNCIAS DE VIDA, TRABALHO E LUTAS EM MATELÂNDIA

Para iniciar a discussão proposta no primeiro capítulo, considero importante apresentar parte da narrativa oficial sobre a história de Matelândia¹⁵ e, a partir disso, pesquisar elementos e informações para problematizá-la. Busco analisar até que ponto as narrativas dos sujeitos entrevistados se aproximam ou distanciam das informações oficiais, pois, como discute Portelli “a história oral e as memórias não nos oferecem um esquema de experiências comuns, mas sim um campo de possibilidades compartilhadas, reais ou imaginárias”¹⁶. Sendo assim, trago parte de uma matéria retirada do Jornal a Voz do Paraná:

O início da história de Matelândia se deu em 31 de julho de 1950, quando Benjamin Luiz Biazus, originário do município de Flores da Cunha, Rio Grande do Sul, e mais as famílias de Francisco Donadel, Antônio Menoncim, Avelino Molon e Gentil Picolli, chegaram à região e fundaram um núcleo que não tardou em ser sede do distrito. Os trabalhos de colonização do patrimônio estiveram a cargo de uma firma colonizadora dirigida por Miguel Matte.¹⁷

A matéria publicada no Jornal a Voz do Paraná, ritualiza os 54 anos de história e progresso do município de Matelândia, evidenciando a narrativa de sujeitos heroicizados, silenciando a existência de outros que estavam presente em Matelândia anteriormente ao ano de 1950, como o caso dos Mensus e das Obrages¹⁸. Além do jornal, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) também constroem e divulgam a história de Matelândia a partir da visão dos grandes compradores de terras, dos heróis, desbravadores, quando identifica que “os pioneiros de Matelândia procederam de diversas cidades do Rio Grande do Sul, de onde partiram com a expectativa de explorar novas terras e melhorar suas vidas”¹⁹, negando a presença de sujeitos de outras regiões do Brasil. E, além disso,

¹⁵ Matelândia é uma cidade localizada na região oeste do Paraná. Na estimativa do IBGE, em 2018 a população é de 16.078 habitantes, sendo que 11.613 habitantes moram na cidade e 4.465 no meio rural. A principal fonte econômica no município é a atividade agrícola com o plantio de soja, milho e trigo, como também a pecuária. Dados retirados do IPARDES - 2018.

¹⁶PORTELLI, Alessandro. “A Filosofia e os Fatos - Narração, interpretação e significado nas memórias nas fontes orais” In: Tempo, Rio de Janeiro, 1996, vol. 1, n.º. 2. Pág.08

¹⁷Matelândia: 54 anos de história e progresso. Notícia publicada no Jornal A Voz do Paraná no 25 de julho de 2014. Disponível em: <www.jornalavozdoparana.com.br/matelandia-54-anos-de-historia-e-progresso>. Acesso em: 24 nov. de 2017

¹⁸CHRIST, Flaviane Mônica. **Memórias, projetos e lutas na formação histórica do sindicato dos trabalhadores rurais de São Miguel do Iguçu. Paraná. (1970-2009)**. Marechal Cândido Rondon-2010, Página 17.

¹⁹Matelândia, Paraná-PR – Histórico. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=34188&view=detalhes>>- Acesso em: 14 de abril de 2018.

até mesmo a denominação Matelândia está vinculada a Miguel Emílio Matte, ou seja, o topônimo Matelândia constitui homenagem a Miguel Matte, sujeito que comprou do governo do estado do Paraná a gleba Iguacu²⁰.

Diante das investigações de materiais para a construção da dissertação, identifiquei outra matéria publicada na Revista da Cooperativa Agroindustrial Lar²¹ intitulada “Medianeira e Matelândia, da colonização à emancipação” que apresenta uma discussão breve, mas intrigante sobre Matelândia e Medianeira na década de 1950. Parte da matéria publicada por Roberto Marin, narra que “Terras férteis, legalizadas e baratas e boa infraestrutura básica para recomeçar a vida no sertão oeste paranaense. Esses foram fatores que impulsionaram a formação de Matelândia e Medianeira.” Continuando a matéria, ao autor e historiador Roberto Marin apresenta que:

“Pode-se enumerar cinco fatores que contribuíram para o sucesso da empreitada da Pinho e Terra: excelente divulgação na imprensa (vias jornais “Correio Riograndense “e” Correio do Povo); escrituras legais; e a presença da igreja, escola e atendimento médico já nos primórdios da colonização²².

Porém, as características apresentadas na matéria entram em contradição quando entrevistei sujeitos que vieram para Matelândia entre 1950 e 1970, os quais evidenciaram outras condições de vida e de moradia em Matelândia. Além disso, os conflitos de terras envolvendo duplicidade de contratos e escrituras que são discutidos na dissertação e evidenciam a incongruência do “sucesso” da colonizadora. Portanto, a construção da dissertação apresenta outra metodologia de pesquisa e que contribuiu para problematizar a narrativa de Roberto Marin, Jornal o Mensageiro e as informações do IBGE.

Assim, as narrativas oficiais citadas, deixam evidente certo controle sobre a divulgação e publicação de elementos baseados em história a partir da perspectiva oficial, que também possuem potencialidades de expressar a memória em disputa. No entanto, em decorrência das incertezas, contradições e lutas a história dos homens e mulheres se contrapõem a oficial, dos heróis. Partindo dessa ideia, Khoury apresenta a seguinte questão pela qual busco construir a dissertação: “Se a dominação permeia o conjunto da vida social, a resistência está aí igualmente presente, não apenas de forma organizada, mas também sob formas “surdas”, “implícitas.”²³

²⁰Matelândia, Paraná-PR – Histórico. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=34188&view=detalhes> Acesso em: 14 de abril de 2018.

²¹ Marin, Roberto. Revista da Lar. Nº 52 – ANO VIII – JULHO E AGOSTO – 2015 – (Página 32).

²² Ibid., p. 32.

²³VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. São Paulo: Editora Ática, 1995, Pág. 08.

Na medida em que as entrevistas foram construídas e posteriormente analisadas, juntamente com as leituras, foi possível perceber que o período anterior e posterior a 1950, apresenta uma diversidade de atuações e participações, baseadas em sonhos forjados e retardados, devido à condição de vida que os sujeitos enfrentaram em Matelândia, como também, aos contratos e condições de trabalho que esses sujeitos construíram vidas, projetos, lutas individuais e coletivas, como por exemplo, a formação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR). Assim os relatos orais possibilitam compreender o sentido da trajetória e das escolhas de cada sujeito no meio rural.

Contribuindo para pensar o processo de fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as condições de vida de famílias que vieram para Matelândia, uma das entrevistadas foi a minha avó Tereza Borges Albano²⁴, com 78 anos de idade, no ano da entrevista. Tereza nasceu e morou em Santa Catarina, no município de Meleiro. Antes de morarem no Paraná, Tereza e Serafim, não possuíam terras próprias e trabalhavam nas terras do sr. Otávio, pai de Tereza. A vinda para o Paraná aconteceu no ano de 1962, quando Tereza e Serafim tinham 4 filhos. Ela comenta como foi a vinda e os fatores que contribuíram para as suas escolhas:

Tereza: [...]. Assim que me casei, meu pai veio para o Paraná. Dali um ano que meu pai veio para o Paraná, nós viemos também. Daí nós moramos um ano com meu pai, pois naquele tempo não era muito fácil de encontrar casa, né?[...].

Karine: Mas por que vocês vieram morar no Paraná?

Tereza: Porque lá não dava, não dava de viver mais. E no Paraná, graças a Deus, meu pai veio embora para futurá e foi tudo bem. E chamou eu que era filha dele para vir também e foi tudo bem.

Karine: Mas como vocês ficaram sabendo do Paraná? Alguém fazia propaganda de que o Paraná era um lugar melhor para viver?

Tereza: Sim! Claro!(arregala os olhos) Aqui era lugar de fartura. Deus do céu! Era tudo mato. Tudo mato. Aí, fiquei morando um ano com o meu pai, porque era um lugar que não tinha moradia. Até que um dia, um tio meu, [...], conversou com um senhor [...] que creio que ele hoje ainda é vivo. Daí lá, em conversa com os dois, o seu Flávio fala que tinha 5 alqueire de terra que queria encontrar uma pessoa ou um casal para trabalhar naquela terra que ele queria trabalhar com gado. Daí esse meu tio foi lá na casa do meu pai e disse: Olha, tem uma terra aí terra boa, homem muito bom, ele faz casa em cima da terra, pra vocês morar. [...]. Nós fumo morar lá, tinha só um alqueire que era derrubado o mato, mas estava tudo assim, num capoeirão, que o véio, meu marido, teve que roçar aquilo tudo, para poder abrir um pouco, pois havia muito mosquito. [...]. Ele também já botou 12 cabeça de gado, pois tinha um baxadão por lá que dava para manter os gado. E naquele ano mesmo nós começamos a

²⁴Entrevista realizada com Tereza Borges Albano no dia 16 de junho de 2011, em sua residência. A entrevistada faleceu em 24 de fevereiro de 2017.

derrubar mato, nós empreitava o mato pra roçar, e eu e ele derrubava o mato, era 5 alqueire de terra, e nós derrubemos um alqueire por ano.²⁵

A partir de parte da narrativa de Tereza, é possível supor que a vinda para o Paraná esteve vinculada a tentativa de melhorar a vida dela, já que em Santa Catarina a entrevistada não visualizava condição futura de ter trabalho, casa e terra. A fatura que Tereza narra no Paraná, está vinculado ao fato da produtividade, terras férteis, como também, a fatura das condições do presente, quando a entrevistada narra o passado a partir das conquistas e aquisições que obteve no Paraná. Além disso, o sentido do “futurar” pode estar vinculado às propagandas de boa estrutura e condição de vida que eram divulgadas durante as décadas de 50.

Quando chegaram ao Paraná, Tereza e seu esposo vislumbraram a possibilidade de trabalhar em terras de outros sujeitos, forma de manter-se e sustentar a família, na expectativa de uma condição provisória. Com isso, o proprietário da terra propunha acordos com sujeitos que precisavam de trabalho e casa para morar, como aconteceu com Tereza. O acordo foi proposto pelo proprietário da terra, como também as condições do trabalho e o prazo.

Nesse sentido, identifiquei na narrativa do entrevistado Alécio, 70 anos no momento da entrevista, morador da Vila Brasil, veio do Rio Grande do Sul no ano de 1970, como ele, proprietário de terra, estabelecia contrato de trabalho com outro sujeito. Desta forma, a ideia de entrevistar um proprietário do período é identificar como os acordos trabalhistas narram as desigualdades das relações e interesses, como também a forma como os proprietários reagiam à luta dos trabalhadores. De acordo com Alécio:

Karine: E deixa eu perguntar pro senhor, como que era o contrato que o seu pai fazia com as pessoas que vinham morar nas terras? O que vocês combinavam?

Alécio: Nós combinava "Você vem morar aqui, eu te faço uma casa pra você morar, você mora ali", vai plantar hortelã, vamos supor, "até que a hortelã dá você tem casa, depois você me entrega a casa e vai embora", assim, amigável, aí depois começou a dar problema, aí começou a fazer uns contrato²⁶.

É possível analisar na narrativa de Alécio, filho de proprietário de terra, que não havia contrato formal ou amparado em lei, ou até mesmo carteira assinada, isso significa que as leis trabalhistas não regiam os acordos trabalhistas no campo no período das décadas de 70. No entanto, a criação do Estatuto do Trabalhador Rural foi em 1963, e os

²⁵ Entrevista realizada com Tereza no dia 16 de junho de 2011 na casa da entrevista.

²⁶ Entrevista com o senhor Alécio no dia 20 de agosto de 2017 na residência do entrevistado.

acordos trabalhistas não eram respeitados e cumpridos por parte do patrão, é o caso senhor Alécio que narra a relação de contrato de trabalho, o que permite compreender que a legislação não era garantida aos trabalhadores. Além dessa questão, chama atenção o fato do senhor Alécio avaliar o acordo expressamente desigual e ilegal como sendo uma relação amigável, o que leva pensar diante das evidências de violência e morte no campo, que não foi amigável, até porque o trabalhador buscou seus direitos por meio do usucapião, condição que torna proprietário legal quem trabalha na propriedade sem contrato determinado por 10 anos.

As condições de vida enfrentadas e narradas por Tereza e os acordos trabalhistas repressivos e desiguais discutidos a partir da narrativa de Alécio, foram compartilhadas por outros trabalhadores, que vieram para o Paraná, como Ercílio, Orlandina, Maria, Albina, Dorinho, Ivanir, Aécio, Júlia, Iracema, entre outros que foram entrevistados.

Com relação ao deslocamento de sujeitos para o Paraná, diante de leituras e das entrevistas, foi possível perceber o que está relacionado à articulação dos proprietários de terra e Colonizadoras no Paraná, em identificar e convidar sujeitos como Tereza, Albina, Ercílio, Dorinho, os quais possuíam planos e projetos de mudança de vida e visualizaram a vinda para o Paraná como solução para seus problemas. Podemos identificar como estratégia por parte dos proprietários, a escolha desses sujeitos que estavam inconformados com suas condições. No entanto, além de terem sido escolhidos pelas condições semelhantes, os sujeitos escolheram Matelândia independente dos enfrentamentos que obteriam com a mudança.

A atuação dos proprietários e das colonizadoras de terra, também é narrada pela senhora Albina, moradora da Vila Esmeralda, com 86 anos no momento da entrevista. Dona Albina veio para Matelândia em 1955 do Rio Grande do Sul. De acordo com a entrevistada:

Porque lá nós não tinha morada e nem terra, trabalhava na terra dos outros de agregado, pagando renda. Pensa! O que nós colhia era metade para o dono da terra. Aí foi que meu marido começou a ler jornal e ele viu que precisava de empregados em Matelândia. Nós viemos em três famílias, eu, minha irmã e uma tia. [...]. Aí nós viemô pra cá. Por que eles tavam pedindo gente pra trabalhar no café, gente como nós. [...]²⁷.

A entrevistada na condição de trabalhadora identifica a relação e condição de trabalho como sendo agregada, evidenciando a desigualdade dos acordos entre o proprietário e o trabalhador, pois a condição de agregado estava vinculada a trabalhar em uma propriedade, pagando uma determinada renda imposta pelo proprietário, assim como

²⁷ Entrevista realizada com a senhora Albina no dia 14 de setembro de 2017 na residência da entrevistada.

aconteceu com Tereza, Dorinho, Ercílio, Aécio e Júlia, entre outros entrevistados. Além disso, percebo na narrativa, um tom de desabafo das pressões vividas por ela e seu esposo no Rio Grande do Sul.

Ainda segundo Albina, o jornal era o recurso que informava das ofertas de trabalho. Sendo assim, dona Albina evidencia que no anúncio do jornal, “Eles precisavam de gente como nós”, o que permite pensar no interesse dos corretores e da própria colonizadora em trazer famílias insatisfeitas com a sua condição de vida e trabalho, que almejavam mudanças, para trabalharem na plantação de café, rami, hortelã, sob diferentes relações de trabalho.

O anúncio no jornal foi visto por Albina e seu esposo como possibilidade de mudar a condição de agregado e, até mesmo, a concretização do projeto e expectativa de vida, assim como a ideia de fartura narrada pela senhora Tereza. No entanto, em Matelândia dona Albina e seu esposo trabalharam na fazenda União Cafeeira, como agregados na plantação de café, ou seja, continuaram sem terras e trabalhando em terra de outros. No entanto, partindo do seu presente, construído a partir do trabalho e da compra de propriedades, dona Albina analisa a vinda para o Paraná como positiva, pois tornou proprietária de terras (dois alqueires), resultado do trabalho na fazenda de café.

Com relação à propaganda de trabalho e compra de terra no Paraná, José Augusto Colodel afirma que “Nos panfletos que eram distribuídos, fazia-se menção a um paraíso verde, repleto de madeiras de excelente qualidade e com fácil aproveitamento futuro. [...]. Devemos lembrar que nessa conjuntura histórica, o café revelava-se como o esteio da economia rural brasileira”.²⁸ As propagandas de certa forma, contribuíram para idealizar um imaginário de desenvolvimento em Matelândia, pelo qual os sujeitos estavam escolhendo abandonar condições de vida miseráveis em viviam, para recomeçar em Matelândia, característica que foi reforçada na matéria de Roberto Marin²⁹.

Com relação a isso o sr. Juvelino, 85 anos no momento da entrevista, narra que viajou para Matelândia no dia 13 de março de 1954, vindo de Casca, no Rio Grande do Sul. Assim, a narrativa permite analisar alguns elementos da ideia que o sr. Juvelino imaginava que eram as terras no Paraná contrapondo com o discurso que a empresa colonizadora divulgava sobre Matelândia:

Karine: Senhor Juvelino, quero que o senhor comente sobre o motivo que levou o senhor a escolher Matelândia para viver.

Juvelino: A gente veio pra cá com a intenção de plantar café, mas a gente nem sabia o que era café, quando chegou aqui a realidade era

²⁸ COLODEL, José Augusto. **Matelândia: História e Contexto**. Cascavel, ASSOESTE, 1992, pág. 206.

²⁹ Marin, Roberto. Revista da Lar. Nº 52 – ANO VIII – JULHO E AGOSTO – 2015, pág. 32.

outra, daí fui trabalhar na Colonizadora Matelândia eu trabalhei 6 anos. [...]. Sobre a vinda aqui, foi uma coisa assim, que meu avô me incentivava muito pra vim para lugar novo. Mas, só que a realidade do meu avô, dos meus pais era outra. Aqui chegamos, meu Deus, aqui não tinha estrada, não tinha nada, eles abriam picadinha lá com cavalo e tudo bem, mas aqui era diferente, porque o comércio era Cascavel ou na Argentina, [...] Mas, a gente pensava, pela propaganda que eu vi, que já era uma vila. Para nós, era uma beleza. [...] Pensei que tinha aviãozinho voando, criação de porco... Meu Deus do céu! Aqui não tinha nenhum cavalo, quando nós viemos. Não tinha nada. Quem tinha vaca de leite era o Jovino Hass, o Aroldo e os Biazus. Eles tinham a vacas de leite. Mas, senão, o sogro trouxe as vacas. Mas, acho que nem de leite não dava. [...] A gente visitava todo mundo, e cada um contribuía, dava força um para o outro.³⁰

O senhor Juvelino, repete duas vezes “aqui a realidade era outra”, “a realidade do meu avô, dos meus pais era outra”. Na primeira ele contrapõe intenção e realidade, que tem relação com os produtos café - madeira e plantar - trabalhar. Na segunda passagem, a realidade era o passado do avô e do pai. O presente vivido por ele não era legítimo. “Aqui não tinha estrada, não tinha nada” e ele continua a elencar os elementos que faltavam para que o local pudesse ser real “não tinha nenhum cavalo, quando nós viemos. Não tinha nada”. Ao construir o discurso com base na concepção de realidade, ele valorizou as conquistas dele, ao longo do tempo em Matelândia, como também avaliou a própria história dele, que venceu os obstáculos do trabalho e superou a história familiar, do pai e do avô.

Mas, além do incentivo, o sr. Juvelino possuía expectativas e sonhos para a vida, como por exemplo de trabalhar com o café, conseguir sustentar a família. No entanto, os planos dele não foram conquistados por meio do trabalho com o café, pois, quando chegou aqui, passou a trabalhar na serraria da Colonizadora Matelândia. As dificuldades que construíram a trajetória de vida do senhor Juvelino, contribuíram para planejar e lutar por mudança na condição de sujeito histórico. Desta forma é possível analisar a atuação do sujeito como elemento fundamental da história, agindo, alterando e reconstruindo sua trajetória.

A partir da narrativa do sr. Juvelino, passei a investigar sobre as propagandas realizadas nos anos de 1950, que de acordo com ele, contribuíram para promover o descolamento da família dele e outros sujeitos para Matelândia. Sendo assim, por meio de leituras, encontrei informações sobre um jornal chamado de Correio Riograndense, e por meio desta fonte, localizei propagandas publicadas no jornal pelas colonizadoras, em

³⁰Entrevista realizada com Juvelino e sua esposa Paulina no dia 20 de setembro de 2017, na residência da entrevistada.

Matelândia a empresa responsável em vender os lotes de terra era a Colonizadora Matelândia. Parte da matéria³¹ que trago abaixo foi publicado no dia 20 de Julho de 1950 e traz inúmeras informações atrativas sobre as terras:

“Não se prejudique retendo o dinheiro em casa ou depositando a juros. Tudo esta aumentando continuamente e quanto mais aumento mais desvaloriza o cruzeiro. Adquira capitais valorizáveis comprando terras na cidade de Matelândia. Terras especiais para o cultivo do café bem como de quaisquer culturas. A cidade de Matelândia já possui todos os recursos necessários para o bem estar dos moradores como sejam: telefones, casas comerciais, hotéis, diversas indústrias, etc. etc, que bem atestam o sólido e o desenvolvimento da Matelândia.^{32,,}

Partindo da notícia é possível analisar uma valorização da produção cafeeira na região e a lucratividade para o produtor. Além disso, Matelândia de acordo com a matéria apresentava elementos necessários para iniciar o trabalho, o sustento e o sucesso econômico. Porém, diante da entrevista do sr. Juvelino e de outros sujeitos, foi possível analisar que o imaginário ao ser confrontado com a realidade causou frustração aos sujeitos. E o café, produção que estava no auge durante os anos de 1950 e 1960 no Brasil, foi utilizado como “chamaris” para a compra das terras. No entanto, isso não significa dizer que os sujeitos não optaram para a vinda, mas que diante da realidade de cada um, a cidade foi analisada como possibilidade de mudança e melhoria na condição de vida.

Com relação à história do jornal Correio Riograndense, de acordo com o site do correio, ele tem inicio “com o La Libertà, em 1909, editado pelo sacerdote diocesano Pe. Carmine Fasulo”. No entanto, no decorrer das décadas foram feitas alterações no modo de publicação e organização das matérias, e, além disso, “No contexto da II Guerra Mundial, em 1941, o nome é compulsoriamente traduzido para Correio Riograndense. Além disso, a edição durante a Segunda Guerra Mundial não pode mais conter textos em línguas estrangeiras (parte do jornal era editado em italiano).”³³

De acordo com o histórico do jornal, no dia 8 de fevereiro de 2017, encerrou a impressão do Correio Riograndense, ficando somente online. Assim, no site do jornal identifiquei outras matérias publicadas de forma imprensa desde 1940, arquivadas em pasta. Desta forma, foi possível analisar as propagandas realizadas pelas colonizadoras do oeste do Paraná, para venda de terras em Palotina, Medianeira, Santa Helena, Céu Azul. Além disso, em algumas matérias, foi possível observar uma postura religiosa fortalecida

³¹ Anexo 01 – matéria na íntegra.

³² <http://www.correioriograndense.com.br/> - Acesso dia 23-11-2018

³³ <http://www.correioriograndense.com.br/> - Acesso dia 23-11-2018

nas publicações do jornal contra o comunismo, socialismo, divórcio, traição, entre outras questões.

Além da narrativa do sr. Juvelino, a entrevista com o sr. Dorinho, que veio do Rio Grande do Sul, onde nasceu em 2 de fevereiro de 1940, lugar que trabalhou na criação de porcos juntamente com sua família, e chegou a Matelândia em fevereiro de 1951, aos 11 anos de idade, permite discutir a questão do trabalho em propriedades dos sócios da Colonizadora Matelândia. Segundo ele:

Dorinho: E viemos aqui trabalhar de pião, [...] derrubar mato. Isso foi no ano 52, 51 pra 52, por aí... Começou a derrubar. E no ano 52, nós mudamos para Agrocafeeira³⁴. Ficamos em Matelândia um ano. E vá plantar café. E depois né? café dava mas não tinha valor. Era preço de banana, como diz o ditado. (...). Daí, eles venderam a fazenda. Eu comprei um pedacinho de terra. Comecei com porco. Larguei o café. Daí, comecei a criar porco, comprei a terra e paguei com porco.

Karine: É da colonizadora Matelândia?

Dorinho: Essa mesmo!³⁵

A família do sr. Dorinho no Rio Grande do Sul trabalhava como arrendatário, ou seja, relação que permite ao sujeito o trabalho em uma determinada quantidade de terra, desenvolvendo atividades agrícolas e até mesmo contratar trabalhadores. Após alguns anos, sr. Dorinho e sua família viajaram para Matelândia, e trabalharam como “peão” que está relacionada a condições de trabalho que não o tornavam proprietário de terra. Depois que conseguiu um pedaço de terra, “a fiado”, passou a criar porcos, que já tinha conhecimento de como trabalhar, pois ele e sua família criavam porcos no Rio Grande do Sul. Com o dinheiro da venda dos porcos conseguiu parcelado, pagar a terra que havia comprado da Colonizadora Matelândia.

Partindo da análise da trajetória do sr. Dorinho, é possível identificar elementos na narrativa dele que se aproximam ao que foi narrado por sr. Juvelino, quando ambos apontam para a questão da influência da Colonizadora Matelândia, na contratação para o trabalho. Assim, relações de trabalho e de interesses por parte de sócios da colonizadora se tornam evidentes, pois alguns trabalhadores que saíram de suas terras apresentando dificuldades em conseguir sustentar a família visualizavam na vinda para Matelândia uma possível solução para suas necessidades e projetos, já os sócios da Colonizadora viam nesses sujeitos, a possibilidade de mão de obra.

³⁴Agrocafeeira é um distrito ou bairro de Matelândia.

³⁵Entrevista com Dorinho no dia 18 de julho de 2016 na residência do entrevistado.

As mudanças de objetivos e sonhos não foi algo vivenciado apenas pelo sr. Juvelino, sr. Dorinho, dona Albina e dona Tereza. Os planos feitos com a vinda para Matelândia passaram a serem repensados à medida que os sujeitos perceberam as condições em que se encontravam no novo lugar. “Deu tudo certo”, para o sr. Juvelino que conquistou por meio do trabalho na serraria da colonizadora e no seu comércio, os seus bens. Diante disso, é possível verificar que condição de vida presente na produção da sua memória, está vinculada as dificuldades do passado que fizeram parte do processo de conquista.

Durante entrevistas realizadas, percebi em algumas narrativas que além das condições e expectativas de mudanças dos sujeitos, outro fator que chamou atenção, está relacionado à promessa de terras aos soldados que serviram ao exército. Uma das entrevistadas que narra à condição, é a professora aposentada Edite, nascida no município de Planalto, no Rio Grande do Sul, 66 anos no dia da entrevista e veio morar em Matelândia em 1958. De acordo com ela:

O meu pai foi expedicionário da Segunda Guerra Mundial e ele tinha um documento que dizia que ele tinha direito de uma quantidade de terra do governo, por ele ser expedicionário. [...]. Meu pai ficou um ano e meio no exército durante o período de guerra. Sem mandar notícia pra família. Minha mãe ficou com irmão mais velho, o Darci, com oito meses de idade, doente. E ela tinha 16 anos. E meu pai foi para o exército com 19 anos. Quando meu pai voltou do exército, ele tinha um documento que dava direito. Como no Rio Grande do Sul não tinha essa reserva de terra do governo, tinham falado que aqui no Paraná tinha, então veio na esperança de conseguir, com aquele documento, conseguir um pedaço de terra. E na época seria ali por Cascavel, porque foi no início da colonização da região Oeste. [...].

Karine: e o documento valeu?

Edite: Não. Nós não conseguimos até hoje. Tem aqui em Matelândia, filhos de expedicionários que ainda recebem pensão daquela guerra. E meu pai não conseguiu nem a terra. O documento a gente tem guardado até hoje. E não valeu. E aí, a gente foi pra luta, trabalhar na roça e sobreviver.³⁶

De acordo com a narrativa de Edite, a vinda para Matelândia estava vinculada a recompensa do trabalho militar do pai. Tendo em conta essa informação, investiguei a Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967 da constituição³⁷, porém não está evidente o direito a propriedades, mas apresenta informações que caracterizam um ex-combatente e condições pós a segunda guerra mundial. Por fim, a terra prometida não foi encontrada, assim como aconteceu com o senhor Emílio, nascido em 1930, com 87 anos, aposentado, que serviu o

³⁶Entrevista realizada com Edite no dia 06 de setembro de 2017 na residência da entrevistada.

³⁷Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967- www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L5315.htm acesso dia 14-04-2018.

exército por um ano em 1945 e também alega ter recebido uma determinada área de terra pelo tempo que esteve no exército.

Além disso, de acordo com Edite, as escolhas e dificuldades começavam desde a vinda, selecionando o que iriam trazer nos caminhões. Os sujeitos que não tinham recursos para pagar pelo transporte eram obrigados a trazer poucos utensílios e posteriormente, trabalhar nas terras dos responsáveis pela empresa loteadora em Matelândia, com intuito de pagar as despesas da viagem. Geralmente, mais de uma família era transportada junta no mesmo caminhão dividindo espaço com animais, como vacas para o leite, galinhas e porcos trazidos pelas famílias para a produção e garantia de alimento.

Já em Matelândia, os sujeitos se estabeleceram em diferentes condições, ou seja, uns conseguiram com a venda das terras no estado de origem comprar terras, outros em contrapartida, aderiram ao trabalho em propriedades já estabelecidas, em Matelândia, posteriormente adquirindo alguma quantidade de terra, outros que permanecem sem terra. Assim, como discute Maria Aparecida de Moraes Silva, “o processo de expropriação produziu e continua produzindo uma massa enorme de errantes em busca de trabalho para a sobrevivência.”³⁸

1.1 CONFLITOS DE TERRA EM MATELÂNDIA

Nas fazendas, intercalando a condição de diarista, arrendatário ou agregado, parte dos sujeitos que entrevistei, apresentam nas narrativas, satisfações por ter melhorado a condição de vida em Matelândia, pois conseguiram comprar terra, terem casa para morar e por ainda desempenharem atividades, apesar da idade. No entanto, no contexto de incertezas que caracteriza Matelândia no período pesquisado, é evidente que a compra de terras não foi algo compartilhado pelos sujeitos que moraram e trabalharam em Matelândia.

Porém, estes que adquiriram propriedades, narraram que a trajetória de vida até o momento, está atrelada aos enfrentamentos que tiveram com relação à validade dos recibos, escrituras, o direito sobre a propriedade comprada e os acordos e acertos trabalhistas. Diante disso, passei a investigar como foi a emissão de documento e o pagamento pelas propriedades, como também, os motivos que ocasionaram conflitos de terra, deflagrando perseguições, mortes e resistência por parte dos sujeitos envolvidos, como é o caso dos entrevistados para a pesquisa. Além disso, se faz necessário estabelecer para aonde foram os sujeitos que trabalharam no meio rural e que não permaneceram em

³⁸ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século XXI**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, Pág. 58.

Matelândia levando em consideração os fatores repulsivos ou atrativos que desencadearam a questão.

Desta forma, para contribuir com a discussão, trago dados de um mapa³⁹ que representa o município de Matelândia e seus limites atuais. No entanto, após leituras, identifiquei que na década de 1950 até 1960, o território de Matelândia era formado pelos atuais municípios de Céu Azul, Vera Cruz, Ramilândia e Diamante do Oeste e posteriormente a 1960 ocorreram à emancipação dos municípios. Sendo assim, isso significa dizer que o município de Matelândia abrangia as seguintes áreas: Matelândia, 639,746 km², Ramilândia, 237,196 km² – (desmembra em 1979), Céu Azul 1.179,449 km² – (desmembra em 1966), Vera Cruz do Oeste 327,090 km² – (desmembra em 1979 de Céu Azul) e Diamante do Oeste com 309,1 km², desmembrado de Matelândia no dia 21 de dezembro de 1987. Ao somar os valores, foi possível identificar que o total da área de Matelândia era de 2.692,581 km² aproximadamente.

O município de Matelândia era constituído por grande extensão de terra, a qual, a partir de 1960 foi desmembrada, formando outros municípios. Os 2.692,581 km² de terras que compunham esse território eram parte da propriedade de Miguel Matte, que foram concedidas pelo governo do Estado do Paraná. Após investigações em torno dos processos iniciais de venda das terras e vindas de moradores para Matelândia, encontrei informações em endereços eletrônicos como *Jornal O Mensageiro*⁴⁰, no site do IBGE⁴¹, também no livro de Colodel e em narrativas de sujeitos, que expressam, mas não discutem o processo de compra e venda de terras pelas empresas particulares denominadas de colonizadoras.

No *Jornal O Mensageiro*, as terras que compreendem os 2.692,581 km² eram de propriedade do Estado (terras devolutas) e foram vendidas em 1930 aproximadamente, à família Matte, ou seja, a Miguel Emilio Matte, Waldemar Matte e João Emilio Matte, cujo imóvel denominou-se de Gleba Iguazu, ou seja, uma grande extensão de terra. Sendo assim, Miguel e seus irmãos tinham a missão de iniciar o processo de venda das propriedades, com vista a desenvolver as atividades agrícolas na fronteira, interceptando assim, de acordo com Colodel, o trabalho dos Mensus, na colheita da erva-mate e derrubadas árvores. Sobre a questão encontrei informações escritas também por Colodel em seu livro sobre Contexto e História de Matelândia. Segundo o autor:

³⁹MORESCO, Edite. POZZO, Terezinha Pietrobon Dal. Conhecendo a história e geografia de Matelândia.

⁴⁰Jornal O Mensageiro é da cidade de Medianeira. Matéria: **RUARO, AOS 100 ANOS FALA À MEMÓRIA TERRUNHA** - Edição: 1783 - 17/10/2013. <http://www.jornalmensageiro.com/materia.php?id=13012> - Acessado no dia 11-05- 2017.

⁴¹<http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=411560> Acessado no dia 11-05-2017.

Pelo contrato de compra firmado com o Estado do Paraná (governo de Lupion) Miguel Matte havia assumido o compromisso de promover a colonização nas áreas que havia adquirido. Para atender a essas exigências, procurou transladar para o Oeste paranaense dezenas de famílias compostas por colonos rio-grandenses, que seriam aqui instaladas em regime de pequena propriedade e com agricultura de subsistência, inicialmente. Todavia, esse projeto fracassou completamente⁴².

Este denominado fracasso teria se dado por falta de infraestrutura e investimento às famílias que aqui chegaram, as quais encontraram inúmeras dificuldades em permanecer nas terras nas décadas de 1930 até 1950. Diante disso, de acordo com Colodel, as famílias voltaram para seu estado de origem e outras procuraram se estabelecer nos municípios próximos, como Cascavel, Foz do Iguaçu, Toledo.

Com isso, segundo Colodel, Miguel Matte perdeu as terras, retornando ao poder do estado na condição de terras devolutas. Posteriormente as terras foram vendidas aos irmãos Luís Alberto Dalcanale e Alfredo Dalcanale Filho, juntamente com Alfredo Paschoal Ruaro, conhecido por iniciar o processo de formação, desmatamento e colonização de cidades como Toledo, Marechal Cândido Rondon e Céu Azul. Aqueles, portanto, fundaram e constituíram a Colonizadora Pinho & Terras⁴³. Outra questão importante, é que o governador do estado no período da compra das terras era o Moisés Lupion.

No entanto, por se tratar de grande quantidade de terras, foi necessário encontrar pessoas que tivessem dinheiro para criar e investir em outras colonizadoras e, assim, se associarem aos donos majoritários. Sendo assim, cada colonizadora criada ficou responsável por uma determinada parte de terras, que deveriam ser vendidas. De acordo com Colodel:

Foi assim que o patrimônio total adquirido inicialmente pela “Pinho e Terras” foi dividido entre as seguintes empresas de colonização: A “Colonizadora Gaúcha” ficou responsável por São Miguel do Iguaçu; a “Industrial Agrícola Bento Gonçalves” por Medianeira; a “Pinho e Terras” por Céu Azul e a “Colonizadora Matelândia” ficou com Matelândia propriamente dita⁴⁴.

Desta forma, cada colonizadora citada por Colodel ficou responsável pela venda das terras que pertenciam a Gleba Iguaçu. Cada colonizadora possuía sócios, os quais investiam uma quantidade de dinheiro inicial, denominado de quotas que variavam de acordo com o investimento de cada sócio e formavam a sociedade colonizadora,

⁴² COLODEL, José Augusto. **Matelândia: História e Contexto**. Cascavel, ASSOESTE, 1992, Pág. 173.

⁴³ *Ibid.*, p. 174.

⁴⁴ COLODEL, José Augusto. **Matelândia: História e Contexto**. Cascavel, ASSOESTE, 1992, Pág. 175.

lembrando que a Colonizadora Pinho & Terras possibilitou a criação de outras colonizadoras, mas que pertenciam ao mesmo grupo.

Para contribuir com a discussão, tive acesso a parte de um documento⁴⁵ que se refere à descrição e condição dos sócios da colonizadora Matelândia, que inicialmente eram 92 acionistas. O documento faz parte da certidão que oficializa a criação da Colonizadora Matelândia em 10 de maio de 1951, que um dos entrevistados permitiu o contato e leitura.

Além disso, o documento apresenta descrição de todos os sócios como também a quantidade de quotas vinculadas ao investimento na colonizadora Matelândia. O documento é composto por 14 cláusulas que regulamentava a organização e funcionamento da empresa colonizadora. Dentre estas, destacaria algumas cláusulas: a quinta cláusula evidencia que a colonizadora Matelândia foi criada para colonizar e lotear uma gleba de terras localizada no município de Foz do Iguaçu, como também, comércio de madeira, agricultura, pecuária, industrialização, importação e exportação dentre outras atividades. Além disso, na cláusula sétima, os diretores da colonizadora Matelândia escolhidos foram Benjamin Luiz Biazus e Luiz Dal Canale Filho.

No decorrer da pesquisa, fui até o primeiro Cartório de Registro de Imóveis, Ataliba Ayres de Aguirra em Foz do Iguaçu, para levantar informações sobre o processo de compra de terras pela Colonizadora Matelândia Limitada. No cartório, recebi a escritura atualizada das terras que estiveram de posse da Colonizadora Matelândia. A figura abaixo que obtive no Cartório apresenta as propriedades demarcadas que pertenciam à Colonizadora Matelândia.

**Planta de polígonos de terras divididas da Colonizadora Matelândia LTDA.
Município de Matelândia. Estado do Paraná.**

1º POLIGONO	114 LOTES RURAIS COM 29.461.600 M ²
2º POLIGONO	72 LOTES RURAIS COM 22.957.670 M ²
2º POLIGONO	92 CHÁCARAS COM 1.915.100 M ²
2º POLIGONO	MATELÂNDIA COM 1.738.980 M ²
3º POLIGONO	176 LOTES RURAIS COM 55.671.750 M ²
4º POLIGONO	156 LOTES RURAIS COM 100.442.668 M ²
4º POLIGONO	157 CHÁCARAS COM 4.731.364 M ²
4º POLIGONO	VILA ESMERALDA COM 469.200 M ²
5º POLIGONO	98 LOTES RURAIS COM 31.170.600 M ²

⁴⁵ Ver anexo 02.

6° POLIGONO	30 LOTES RURAIS COM 10.346.910M ²
7° POLIGONO	130 LOTES RURAIS COM 44.876.000 M ²
7° POLIGONO	161 CHÁCARAS COM 5.334.000 M ²
7° POLIGONO	VILA MARQUEZITA COM 730.000 M ²
TOTAL:	309.845.842 M ²

Na tabela⁴⁶ acima, é possível visualizar as propriedades de terra que estiveram nas mãos da Colonizadora Matelândia registradas no Cartório de Foz do Iguaçu, sob o número 1848, do livro numero 3, que data 11 de novembro de 1950. A partir das informações acima, foi possível observar que as terras de propriedade da colonizadora Matelândia, eram de 309.845.842 m² que equivale a 309.845 Km², divididas em 7 polígonos ou partes de terra, sendo que cada polígonos era dividido em áreas menores que foram vendidos aos sujeitos trazidos para Matelândia. No entanto, é importante evidenciar que o registro das áreas totais da colonizadora Matelândia apresentado acima na tabela, foi esquematizado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, no ano de 1976. Desta forma, o período anterior a isso, as demarcações eram feitas a “olho nu” sem localização exata da propriedade, o que pode ter contribuído para desencadear conflitos por áreas sem delimitação e conhecimento dos sujeitos.

Além da tabela acima com as áreas que pertenceram à colonizadora Matelândia, analisando a escritura das terras que foram de propriedade da colonizadora Matelândia, percebi que além dos 309.845.842 m², a colonizadora Matelândia adquiriu outra área de 193.600.000 m² ou 193,6 Km², que somando resultará em 503,445.842m² ou 503,445 Km².

Sendo assim, diante das análises na escritura de compra, a colonizadora Matelândia possuía escritura, documento legal de proprietário da quantidade de aproximadamente 503,445 Km², porém, a área total de Matelândia em 2018, é de 639,746 km², portanto, qual a origem dos 136,301 Km²? Uma possível probabilidade, mas que não investiguei, é que a expansão territorial ocorreu posteriormente ao período de colonização, com o processo de emancipação dos municípios. No entanto, outra justificativa pode estar atrelada ao fato da colonizadora Matelândia possuir as terras em divisa com propriedades que pertenciam a outras colonizadoras, isso significa que por não ser possível medir as propriedades no período anterior a 1970, os limites podem ter sido ultrapassados. É a partir desses cálculos que a investigação se consolida e contribuiu para problematizar a narrativa

⁴⁶ Anexo 3.

dos entrevistados e de Colodel, contrapondo com as informações presente no Cartório de Foz do Iguaçu.

Além disso, a propaganda e a venda das terras que compreendia a Colonizadora Matelândia ultrapassaram as 800 colônias⁴⁷. Resumidamente, de acordo com Colodel e entrevistados como Ercílio, Emília, Antônio e Beto⁴⁸, parte dos conflitos que ocorreram em Matelândia, estão relacionados à venda de terras que não pertenciam a Colonizadora Matelândia. Diante disso, investiguei as áreas próximas às terras da Colonizadora Matelândia e identifiquei a Colônia Guairacá e Gleba Ocoy, áreas que pertenciam ao estado e estavam em processo para iniciar a divisão das áreas e a exploração. Atualmente essas áreas compreendem a vilas como o Barreirão, Feijão Verde, Vila Esmeralda, Ramilândia, Vila Brasil, Fazenda Mesquita, Fazenda Padroeira (áreas de Matelândia), Diamante do Oeste, Vera Cruz, Medianeira, São Miguel do Iguaçu.

Partindo disso, de acordo com Leonir Olderico Colombo houve a sobreposição de propriedades feitas pela Colonizadora Matelândia, que acarretavam problemas com o registro (escritura) das propriedades que perduravam até a década de 2010:

Nos trabalhos topográficos, no momento de levantamento periférico e do montante da área, constatou-se uma sobreposição na Gleba Silva Jardim. Foi identificado que a Colonizadora Bento Gonçalves e a Colonizadora Matelândia expandiram suas áreas numa faixa de 2 quilômetros de largura numa extensão de 21,76 quilômetros. (...). Esse problema ainda persiste na atualidade [2013], ou seja, muitos que adquiriram terras da Colonizadora Matelândia nessa faixa de sobreposição, somente estão conseguindo regularizar o direito à propriedade através de Ação de Usucapião, pois somente possuem contrato de compra e venda com a Colonizadora e ao tentar registrar em Cartório de Registro de Imóveis, o total da área disponível da Colonizadora já está esgotada, não sendo possível seu registro. Isso significa que, na prática as Colonizadoras Matelândia e Bento Gonçalves comercializaram mais terras do que as da área registrada em cartório⁴⁹.

Dona Emília⁵⁰ também relata situação semelhante. De acordo com dona Emília, a Colonizadora concedia documentação a terras que lhe foram designadas e também de áreas que não lhe pertenciam. As pessoas que estiveram envolvidas nessa situação, passaram da condição de “dono” para intruso ou posseiro. De acordo com dona Emília:

Então o falecido pai plantou muito, muito rami lá. Ele ganhou muito dinheiro. E daí, os caras vieram, os donos que tinham os documentos da terra, daí, eles quiseram. Daí, o pai falou: "vocês me paga a derrubada

⁴⁷Cada colonizadora ficou responsável em escriturar e vender uma determinada quantidade de terra ou colônias.

⁴⁸ Ambos os nomes utilizei pseudônimos.

⁴⁹ COLOMBO, Leonir Olderico. “**No Rastro Do Burro**: Memórias e discursos do “Colono Posseiro”. Foz do Iguaçu, 2013, pág.130.

⁵⁰ Uso de pseudônimo para essa entrevistada.

que eu gastei, né?". Então, eles pagaram a derrubada. O pai não teve prejuízo...

Karine: Teu pai teve que dar a terra...

Emília: Entregar pra eles, porque era só direito que ele tinha comprado. Meu pai teve muita sorte porque ele tirou o dinheiro que ele gastou lá. Não era dona, daí quando chegava o dono você tinha que entregar. Daí, o falecido pai disse: "eu derrubei tudo isso ali e agora vocês...", quando o pai comprou já tava derrubado o mato. E aí, só ele plantou rami, daí o pai só ganhou lá na terra, mas aquele não viu se era ela que tinha derrubado, mas aquele que vendeu pro meu pai, meu pai comprou que nem fosse 600 cruzeiros por alqueire e valia a derrubada, né? Daí o pai tirou o dinheiro da derrubada. Agora, 800 colônias que tinha aqui dentro, tinha terra, tinha tudo os documentos eles entregavam os documentos legal, mas aquele lá da Vila, da Ramilândia, era tudo terra grilada, que eles diziam. Tinha o dono e eles vendiam de novo.⁵¹

Por meio da entrevista com senhora Emília, é possível analisar que a Colonizadora possuía documentação legal das 800 colônias de terra. Lembrando que parte das terras que formam o interior de Matelândia pertencia à Colonizadora Pinho e Terras e Colonizadora Bento Gonçalves. Desta forma, se as terras vendidas pela Colonizadora ultrapassavam o que estava presente na escritura, o comprador não recebia a escritura legal da propriedade, pois quem possuía o documento eram as demais colonizadoras. Com isso, um terreno passou a ter mais que um dono, assim como aconteceu com o pai da senhora Emília.

Com relação à questão, o entrevistado Beto, apresenta outras informações que corroboram com a discussão:

Beto: A colonizadora ela quis ampliar sua área, na época ela entrou no, a sigla chamava "TCU" alguma coisa assim, era Terras da União, era um órgão do governo federal que titulava as terras lá em Brasília, eles entraram pedindo o quê? Pediram uma ampliação do título pra colonizadora e daí essa área iria até lá pra Vila Esmeralda pra li. Daí entraram o requerimento, protocolaram o projeto, mas não foi titulado.

Karine: Não foi aprovado?

Beto: Não foi aprovado. Nesse meio tempo a colonizadora achou que ia ser aprovado o que que ela fez? Ela botou uma gremessora aqui no meio da mata e mediu, 10 alqueiro, 10 alqueiro, 10 alqueiro e vendeu e deu a escritura, mais como que ela deu a escritura se ela não tinha o título?⁵²

A partir da entrevista com Beto, a sigla TCU significa Tribunal de Contas da União, que era responsável pelo fornecimento dos títulos para as colonizadoras e compradores de terra. Além disso, podemos observar que a colonizadora sabendo que as propriedades eram da União e não possuíam ainda a escritura reconhecida pelo estado,

⁵¹Entrevista realizada com Emília no dia 30 de janeiro de 2017 na residência da entrevistada.

⁵² Uso de pseudônimo para esse entrevistado. Entrevista com o senhor Beto no dia 10 de abril de 2017 na residência do entrevistado.

passaram a vender as propriedades a homens e mulheres que por meio do trabalho e outras condições, conseguiram juntar dinheiro e adquirir um pedaço de terra.

Seguindo a reflexão, trago para a discussão a entrevista com Ercílio⁵³, que permite analisar por meio da sua narração, a questão da autoridade que obrigava os sujeitos a saírem de suas terras, mesmo possuindo documentação que comprovasse a compra da propriedade através da colonizadora. De acordo com Ercílio:

Eu comprei duas chácara na vila Esmeralda em 1960. E...numa fiz as escritura, né? Porque a Colonizadora não tava dando escrituras daquela terra. E eu tava lá na fazenda esperando o café. E comprei as chácara e fiz uma derrubada lá. Aí, eu plantava arroz e outras coisas lá. Porque quando o café ficou maior, não dava pra plantar mais. E no fim entrou o sequestro daquelas terras, lá em 1965. Eu acabei perdendo aquela chácara. Daí, eu comprei aqui, na Santa Lucia em 1968.

Karine: O que foi esse sequestro, seu Emílio?

Ercílio: O sequestro das área, da área, né?

Karine: A Colonizadora pegou de volta?

Ercílio: Não. A Colonizadora ela possuía...eles tinham 800 colônia. E eles venderam mais do que a quantia de terra que eles tinham. Então, entrou o sequestro, botaram portão lá e os jagunço pra cuidar. Cê não podia mais nem tirar nada de lá, e aí formou aquela Ramilândia lá, que eles foram vendendo a terra... que não a colonizadora...aqueles que tavam morando foram respeitado. Mas eu não tava morando...lá. Então era considerado como grilo. Mas eu tinha contrato que comprei ela. Até paguei, olha, paguei à vista. O dinheiro que eu tinha eu apliquei 200 mil cruzeiros na terra.[...].

Karine: Aí quando o senhor perdeu aquela área aquela vez, daí veio pra Matelândia?

Ercílio: Eu comprei aqui em Santa Lúcia. É, eu...eu custei pagar aquela terra. [...].⁵⁴

Quando Ercílio narra à imposição de um portão, está relacionado ao fato de que a propriedade reivindicada pelo dono, foi cercada por jagunços para evitar possível resistência e permanência de Ercílio e dos demais sujeitos posseiros que moravam nas terras e que possuíam contrato de compra. De acordo com Colombo⁵⁵, “para entendimento, posse perfaz o espaço de terra ocupado por pessoas ou famílias (posseiros), os quais não possuem documentos comprobatórios de propriedade emitidos pelos poder público”. No entanto, alguns sujeitos alegavam ter documentos emitidos pela Colonizadora, porém, eram documentos sem validade, que foram emitidos e transferidos para os compradores. Além disso, Ercílio ressalta que a condição vivida por ele, foi compartilhada por outros trabalhadores, ou seja:

⁵³ Uso de pseudônimo para esse entrevistado.

⁵⁴Entrevista com o senhor Ercílio no dia 20 de maio de 2016 na residência do entrevistado.

⁵⁵COLOMBO, Leonir Olderico. “No Rastro Do Burro: Memórias e discursos do “Colono Posseiro”. Foz do Iguaçu, 2013, pág. 55.

Karine: E aconteceu com outros trabalhadores?

Ercílio: Ah, aconteceu. E eu reclamei muito, mas eles diziam: “o senhor devia ter morado lá”.

Karine: Aí jogavam a culpa pro senhor.

Ercílio: Pois é...jogavam a culpa pra gente. A gente não queria...brigar com ninguém, e ir morar lá não...por que depois duns anos ali *tava feio*, o negócio lá, morreu muita gente lá. [...]. Aí, entrou aquele sequestro das terras. Então botaram guardas lá. E não passava das terras dali pra frente. E esse sequestro pegava as minhas chácaras lá.

Karine: E quem que colocou esse portão?

Ercílio: Olha, a Justiça deu ganho de causa para os donos aquelas áreas lá e ficou tudo sequestrado.

Karine: Por que as terras que o senhor comprou não era legal?

Ercílio: Não era legal! Se eu tivesse escriturado, mas eu tinha só contrato, com a colonizadora. Eu acabei perdendo uma chácara, a outra eu conseguiu vender e recebi antes do sequestro.⁵⁶

De acordo com a narrativa do sr. Ercílio, as terras que ele comprou, já possuíam donos, assim, o “sequestro” aconteceu quando os donos, que possuíam as escrituras, requereram na justiça o direito sob as propriedades. Ao mesmo tempo em que o entrevistado evidencia a injustiça, as palavras reforçam o medo enfrentado pelos sujeitos que compartilharam a condição do sr. Ercílio. Diante do enfrentamento, o entrevistado vendeu a outra propriedade, sem documentação, o que garantiu a possibilidade de adquirir outra propriedade.

O uso da coação violenta atingia outros patamares por outros sujeitos, ou seja, promoviam ameaças e até mesmo o assassinato de famílias para que se retirassem – ou fossem retirados - das terras, e ainda entregar os documentos de compra da propriedade. De acordo com Ema:

Ali por Ramilândia, Vila Esmeralda, aquela região, eles queimavam os barracos, queimavam famílias inteiras para tomar as terras. O doutor fulano, que era advogado e que já morreu, ele foi um daqueles que mandava o jagunço matar as famílias. Então, uma vez um homem foi aqui na casa dessa mulher, no barraco dela, que ela tinha os três filhos, né? E o marido tinha ido não sei pra onde... e ela estava em casa e esse homem foi lá e queria que ela desse a escritura da terra que eles estavam morando, o jagunço, o senhor fulano. E daí, ele ia lá nas casas e queria os documentos. Daí, ela disse: Sim, pode deixar que eu vou buscar! Foi lá dentro e pegou uma foice e veio pra fora e falou pra ele: o que você quer mesmo? Não, por que eu quero o documento da terra de vocês. Ai ela passou a mão na foice e falou: o documento que eu vou te dar é uma foicada no pescoço pra você não fazer isso pra mais ninguém, por que a terra é nossa e nós que pagamô. E ela fez ele sair correndo da casa dela. Porque eu enquanto menina e adolescente, meus pais tinham uma pensão. Quantas vezes que nós acordamos de noite para socorrer famílias que fugiram de lá para se esconder. [...]. Na região de Ramilândia, Vila Esmeralda deu morte pra mais de metro. [...].Ela é resto de uma família

⁵⁶ Entrevista com o senhor Ercílio no dia 20 de maio de 2016 na residência do entrevistado.

inteira que foi queimada, porque ela conseguiu fugir. Queimaram o barraco, o pai e a mãe saíram, aí eles mataram os pais dela, e atacou fogo no barraco. Essa moça fugiu por um buraco, e foi no escuro, e eles não viram ela, sobrou só ela da família. [...]. E eu via as pessoas chorarem dentro da minha casa por causa disso. Achavam pessoas mortas e podres que o senhor fulano matava. Ele era um terror.⁵⁷

A partir da narração de dona Ema, moradora de Matelândia, com 80 anos de idade, é possível identificar as condições existentes em Matelândia nas décadas de 1950 e 1960, período anterior à fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. São evidências de um período conflituoso, marcado por relações de exploração e luta pela permanência nas terras ou para adquiri-las.

Com relação ao “fulano”, encontrei alguns documentos que apontam para possíveis denúncias que foram feitas devido à conduta dele em Matelândia. Alguns entrevistados chegaram a narrar que o senhor “fulano” circulava pelas terras e propriedades incendiando casas, matando famílias para o patrão não pagar o acerto dos dias trabalhados na propriedade. O documento data 7 outubro de 1968, que foi enviado ao Secretário de Segurança do Paraná narra:

“O comando de Francisco Beltrão foi procurado por uma comissão de colonos de Santa Helena, Matelândia, Medianeira e São Miguel do Iguaçu, a qual solicitou providências a face de grande número de “jagunços” armados estarem espancando famílias e procurados despejando de suas casas. [...]”⁵⁸.

Diante da descrição do documento acima, é possível observar que os moradores de diferentes cidades procuraram a polícia de Francisco Beltrão para fazer a denúncia, mas nessas regiões já existia a presença dos departamentos de polícia, o que torna possível pensar que essas poderiam estar envolvidas com os jagunços e proprietários de terra na expulsão dos trabalhadores das terras. O fortalecimento da violência por parte dos fazendeiros estava vinculado ao fortalecimento e reação dos trabalhadores rurais com relação aos contratos de trabalho e compra de terra. Com relação à questão, Clifford Welch aponta que:

Como os desafios dos colonos preocupavam os fazendeiros, eles tornaram a disciplina nas fazendas ainda mais rígida, recrutando seus camaradas mais violentos para servir como capangas e para policiar suas propriedades. Estes homens – alguns, valentões que gostavam de violência, outros, trabalhadores rurais comuns coagidos a fazer o serviço – eram a polícia do fazendeiro, sempre presente.⁵⁹

⁵⁷ Entrevista realizada com a senhora Ema no dia 06 de setembro de 2017 na residência da entrevistada.

⁵⁸ Ver anexo 04.

⁵⁹ WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada**: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pág. 54.

Além disso, durante os anos de 1970, as notícias de perseguições e injustiças do meio rural em Matelândia fizeram parte do cenário nacional e jornais da época. E com relação a questão, o documento que data o ano de 1968, representa um exemplo das denúncias feitas ao Secretário de Segurança do Estado do Paraná, informando da presença de jagunços e das ameaças contra famílias em Matelândia, com o intuito de tomar as terras. No entanto, podemos perceber que condição de violência configuravam situações de expropriação dos direitos trabalhistas e a inobservância do Estatuto da Terra e do Trabalhador Rural, promulgado em 1963, portanto, anterior às situações narradas (1968).

Outra informação muito importante presente nessa documentação está relacionada à distância em que estavam situadas as bases militares nesse período, já que a comissão precisou se deslocar para Francisco Beltrão para registrar a denúncia. No entanto, me deparei com outro documento o qual afirma que os conflitos não pararam de acontecer e que haveria a possibilidade de eclodir movimentos dos trabalhadores rurais nesses lugares. O documento apresenta a movimentação de trabalhadores do meio rural, o que enfatiza não se tratar de um problema apenas de uma pequena parcela, e sim de uma manifestação, um ato que demonstra os problemas que permeavam as regiões de Matelândia, Medianeira, São Miguel do Iguazu e Santa Helena. Desta forma, é possível analisar que a continuidade dos conflitos sem a intervenção do Estado demonstra interesses por parte do órgão de segurança do Estado.

Com relação aos conflitos de terra ocorridos em Matelândia, trago também parte do jornal O Estado de São Paulo, publicado no dia 9 de novembro de 1971, que apresenta denúncias sobre práticas terroristas em Matelândia. Além disso, a matéria aponta que nem mesmo com a elaboração do Estatuto da terra de 1964 e do Estatuto do trabalhador rural de 1963, as pressões e conflitos foram cessados em Matelândia. O recorte é de 1971, informando também, sobre os ataques de jagunços em várias regiões do Paraná como Matelândia:

“Jagunços invadem Matelândia. O município de Matelândia no Paraná, está sofrendo a ação de jagunços fortemente armados e vive sob clima de tensão, segundo denúncia formulada na Assembleia Legislativa, pelo deputado Nivaldo Kruger, do MDB”. Jornal o Estado de São Paulo, 10/11/1971.⁶⁰

Além disso, outro elemento apontado como fator para desencadear conflitos de terra em várias regiões do Paraná, está vinculado ao processo de grilagem, presente na

⁶⁰ Ver anexo 05.

memória dos entrevistados como prática recorrente da classe dominante e ocupantes do governo do Paraná, como aponta o sr. Paulo:

Karine: mas como que funcionava essa grilagem? O que é grileiro? Pois as pessoas comentam mais eu não entendi?

Paulo: porque assim, na época, no governo de Lupion⁶¹, ele deu títulos, como por exemplo o Etimura, ali na fazenda Rami. Ele deu por exemplo mil hectares. Eles como era mato entraram abrindo tudo, não tinha ninguém, ele pegaram três mil hectares. Por não tinha como medir na época. Mesmo que tinham os travessões, onde dava as divisas, mas onde não tinha isso, eles iam entrando e derrubando. Inclusive o siclano esse pessoal ai tem terras que até hoje não tem documentação.[...] e eu ouvia muito tiroteiro entre os jagunços e fazendeiros, por que eu puxava lenha para as serrarias.

Karine: E esse Lupion então dava terra para as pessoas mais ricas?

Paulo: amigos e pessoas envolvidas na política⁶².

Durante o governo de Lupion, as trocas de favores e apoios políticos envolviam a retribuição por meio de propriedades rurais. Assim, o sujeito beneficiado pelo governo de Lupion, recebia documentação e não necessariamente ia ao encontro da terra para iniciar as atividades, guardava os documentos, que eram corroídos e sujos por grilos. No entanto, com a valorização das terras, os proprietários retomavam os documentos e assim, procuravam encontrar as propriedades, porém, outros sujeitos estavam morando na terra, e assim iniciava o conflito para comprovar quem eram os donos da propriedade. Além de Paulo, o senhor Ercílio também evidencia parte da questão:

Karine: podemos dizer que parte do conflito de terra em Matelândia está relacionado à Colonizadora Matelândia?

Ercílio: A gente nem sabia se aquelas terras eram legal ou ilegal. Por que o governador do Estado, o Lupion, titulou até 5 vezes uma mesma área. Vendia o titulo tanto para os grandes que compravam, vendia 5 vezes pra 5 pessoas diferentes. E depois dava aquela encrenca. Quem é o dono, o mais antigo?

Karine: ai então quem ficava com a terra?

Ercílio: O mais antigo. Ai ia pra justiça, ai a justiça arrastava essa decisão por muito tempo, ai nesse tempo esses se matavam, brigavam por causa da terra⁶³.

Podemos perceber de acordo com a narração de Paulo e Ercílio, que a prática da venda de terras para mais que um dono ou griladas, esteve de certa forma, vinculada também ao governo do Paraná. De acordo com os entrevistados, Lupion titulava as terras e vendia para várias pessoas, principalmente políticos em troca de favores. Quando a situação começava a ser resolvida na violência, a justiça entrava com a causa para encontrar o verdadeiro dono. Mas até que isso acontecia, muitas mortes e violências como

⁶¹Moyses Lupion (1908 – 1991) governou o Estado do Paraná de 1947 a 1951 e de 1956 a 1961.

⁶²Entrevista com o senhor Paulo no dia 04 de março de 2018 na residência do entrevistado.

⁶³Entrevista realizada com Ercílio no dia 20 julho 2016 na residência do entrevistado.

uma forma de resolver a situação era provocada. Assim como, o senhor Ercílio que a propriedade quando havia duplicidade no contrato, o documento mais antigo ficava com a propriedade. No entanto, de acordo outros materiais e informações, foram possíveis identificar que existiram outros critérios para denominar o dono para a propriedade.

Assim, a partir da menção de Lupion pelos entrevistados, passei a pesquisar e investigar alguns elementos que contribuíssem para contextualizar a narrativa. Diante disso, encontrei uma matéria no Jornal Gazeta do Povo, publicada no dia 13/04/2010, por Vinicius Boreki⁶⁴ que aponta para as consequências da “Era Lupion” (de 1947 a 1951 e de 1956 a 1960), a muitos trabalhadores e proprietários de terra. De acordo com parte da matéria:

O instituto da Superintendência Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra-PR), pode ser obrigado a arcar com o pagamento de aproximadamente R\$ 20 bilhões em indenizações de terra que, na origem, eram federais. [...]. É preciso voltar no tempo para compreender a questão. Moisés Lupion, governador do estado por duas vezes (de 1947 a 1951 e de 1956 a 1960), cedeu títulos de propriedade a inúmeras pessoas nas regiões Oeste e Sudoeste, supostamente com a intenção de povoar o Paraná. Os títulos, no entanto, não eram válidos, pois a Constituição Federal da época determinava que a faixa de fronteira era propriedade federal – artigo, aliás, mantido na atual Constituição. Apesar de inválidos, os documentos causaram disputa jurídica. Houve também disputa violenta no campo pela posse das terras, acabando com mortes de posseiros no interior do Paraná. Com a intenção de acabar com as disputas, um recém-criado Incra, na década de 1970, realizou operação pente-fino para determinar os reais donos da terra. Na época, o órgão adotou o critério legal de garantir a posse a quem realmente explorasse as áreas. Para isso, contudo, havia necessidade de expulsar alguns dos detentores de títulos nulos.⁶⁵

Diante da matéria, é possível observar que a atuação do Estado em prol do povoamento, desencadeou conflitos e principalmente, mortes e assassinatos em diferentes áreas rurais principalmente em Matelândia. De acordo com o Sr. Beto, durante o governo de Moisés Lupion que grande parte dos conflitos foram criados pois:

Beto: dava pra um deputado, dava pra um senador, dava pro ministro, "você faz campanha pra mim lá no Paraná que eu te dou um título de tantos mil alqueiro e pronto".[...] Foi o Lupion que fez, ele titulou as terras que a, e outra coisa, outro grande problema surgido foi que o Lupion titulou, o Lupion deu o título.

Karine: Do estado pra pessoa?

Beto: Do estado pra pessoa. Só que aqui é faixa de fronteira, e a faixa de fronteira e domínio da união, só a união podia titular então, tu ver a confusão que se criou, sendo que existia dois titulares, 1 que recebeu da

⁶⁴ Possui graduação em Comunicação Social: Jornalismo pela Universidade Positivo (2007). Atualmente é repórter - Gazeta do Povo.

⁶⁵ <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/era-lupion-gera-acao-bilionaria-no-campo> 060b5rqrebyg60dly04mkgw9a Acesso dia 24 de janeiro de 2018.

união, outro recebeu do estado e o posseiro no meio da história, né? E aí começou a, os conflitos, começou brigas, processo no fórum, houve muita morte, houve muito, morreu muita gente, aí tinha o senhor, o fazendeiro contrataram meia dúzia que na época se chamava jagunço. [...]. Metia um portão na estrada "esse daqui pra cá não passa ninguém, esse daqui pra cá é meu." Isso aconteceu muito aqui na Vila Esmeralda, Ramilândia, Fazenda Diamante, eu estou falando de Matelândia, não estou falando de Medianeira ou de Santa Helena que é tudo a mesma história. Aí eles, começou essa briga e começou morte e daí o mais forte, armava as pessoas e ficava aí se precisar assustar, se você vai escrever isso pode falar "matavam alguém, assustava os outros...Outros, o que que acontecia, iam de noite, colocar fogo no rancho do cara, pra assustar os cara, pra os caras ir embora. E o INCRA tinha conhecimento desse cadastro. Tinha conhecimento, de que tinha o cadastro da propriedade, tinha o cadastro da propriedade com os posseiros, por que também cadastraram. Que o INCRA tinha conhecimento disso, mais aí tudo dependia de uma demanda judicial.[...]. Essa área, não tinha mais solução, um titulado, outro titulado e o posseiro. [...]. Aí houve muito despejo, a justiça despejou, houve muito despejo dessa gente, o juiz deu, liminar, despejou, jogou gente, foi lá polícia jogou seu pessoal na beira da estrada, isso aconteceu aqui em Vila Esmeralda, Ramilândia aí aconteceu⁶⁶.

Ainda com relação à entrevista do sr. Beto, podemos observar que a venda de títulos de propriedades esteve vinculada a interesses e comprometimentos políticos. Desta forma, com a valorização das propriedades e o desenvolvimento das atividades cafeeiras, partes dos proprietários buscaram identificar qual era a área de seu domínio. Diante disso, o proprietário que recebeu o documento de dono do estado e os que receberam documento de proprietário da colonizadora Matelândia passou a ocupar o mesmo lugar como sendo a sua propriedade. Aos que tinham poder, a violência, morte e perseguição foram formas de impor sua autoridade, e ao sujeito que tinha a vida e o trabalho, restou sair da propriedade ou resistir.

Assim, diante dos acontecidos, o INCRA, como instituição que tinha por intuito a regularização das propriedades rurais, passou a atuar em Matelândia na figura do entrevistado sr. Beto⁶⁷. De acordo com ele:

Beto: É, pelo INCRA, é o INCRA Unidade Municipal de Cadastramento, não era assim um setor fundiário, era a parte de documentação e de cadastramento das propriedades né?

Karine: Isso seria mais ou menos em que ano? Em que época?

Beto: Em 65, que o INCRA foi criado, iniciou-se um cadastramento de todas as propriedades do Brasil. [...]. Depois o INCRA mudou totalmente de rumo né? Como é que se diz? A filosofia do INCRA mudou né? Até então o INCRA era apenas um órgão de cadastramento né? De tomar o conhecimento das propriedades do Brasil, o que era, onde existia o minifúndio, latifúndio né? E a partir daí o INCRA precisava ter um

⁶⁶ Entrevista realizada com o senhor Beto no dia 10 de abril de 2018 na residência do entrevistado.

⁶⁷ Ibid.

espelho da situação aonde era, qual é o espelho? O espelho era um cadastro né? Cada um precisava cadastrar sua propriedade, e naquele tempo você cadastrava, houve muita duplicidade de cadastro, por que se cadastrava o titular que era por exemplo aqui existia muito latifundiário né? Muito latifúndio existia aqui, e houve muita invasão de terra né?

A partir da entrevista com o sr. Beto foi possível analisar a postura do INCRA com relação ao conflito de terra no Paraná, além disso, seria por meio dessa instituição a possibilidade de promover o cadastro das propriedades e conseqüentemente, redução dos conflitos no campo. De acordo com o sr. Beto, primeiramente foi criado o IMBRA, que significa Instituto brasileiro de Reforma Agrária no ano de 1960 e sendo substituído pelo INCRA em 1970. Partindo do Decreto-Lei nº 1.110, de 9 de julho de 1970:

Art. 2º Passam ao INCRA todos os direitos, competência, atribuições e responsabilidades do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária (IBRA), do Instituto Nacional de Desenvolvimento Agrário (INDA) e do Grupo Executivo da Reforma Agrária (GERA), que ficam extintos a partir da posse do Presidente do novo Instituto⁶⁸.

Partes dos conflitos foram silenciados quando o INCRA iniciou um processo de regularização das terras em Matelândia, ou seja, delimitar o tamanho das propriedades e dar a documentação emitida pelo Estado ao sujeito que estivesse morando na propriedade. Procurei assim, investigar quais eram os critérios analisados pelo INCRA para nomear como dono determinado sujeito. Sendo assim, o entrevistado evidencia que diversas áreas em Matelândia foram palco de disputa entre posseiros, ou seja, quem tinha direito a posse da terra, e aos proprietários que possuíam a documentação emitida pelas colonizadoras ou pelo Estado. De acordo com o Sr. Beto, o INCRA atuou com o intuito de minimizar os conflitos e regularizar a documentação das propriedades. No entanto, diante de investigações com moradores em Matelândia, existem sujeitos com propriedades não reconhecidas e sem documentação. De acordo com sr. Beto⁶⁹:

Beto: Aí o INCRA desapropriou, anulou toda documentação e reconheceu o que tava de posse da terra.

Karine: Em cima da terra?

Beto: É! Mas antes disso, o INCRA tomou posse da área, o INCRA transcreveu todo esses documentos, esses títulos pro nome do INCRA, se tornou uma área do governo federal, e aí tituló! Comprou, não comprou, se apossou, o que foi que aconteceu daqui pra trás o INCRA não quis saber. O INCRA que foi lá fez a vistoria, exemplo: o fulano morava lá, têm uma área de terra que eles estavam ocupando de 3 alqueire, vai ser titulado esses 3 alqueire pra ele..Ah e a Karine tinha 10 alqueire, vai ser titulado 10". "O outro tinha um alqueire, vai ser titulado 1 pra ele". E esse pessoal que tinha o título, o INCRA fez um depósito na justiça e

⁶⁸ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/De1110.htm. Acesso dia 04-07-2017.

⁶⁹ Entrevista realizada com o senhor Beto no dia 10 de abril de 2018 na residência do entrevistado.

indenizou aqueles que de fato conseguiram comprovar que eram dono, o INCRA pagou.

Karine: Aqueles que comprovavam que eram dono?

Beto: E teve um monte que blefou, entendeu, que não tinha título e documento! E os que comprovaram, o INCRA deixou aquele dinheiro na justiça e na justiça o processo correu, correu, até que alguns receberam. Mas era preciso comprovar que a pessoa era dono da terra.

Partindo da narrativa do sr. Beto, é possível analisar a postura e os critérios do INCRA em estabelecer os documentos e escrituras das propriedades para os sujeitos. Diante da narrativa, a postura do INCRA foi destituir todas as propriedades que tinham problemas de duplicidade de escrituras e também nomear dono o sujeito que estava trabalhando na propriedade. Com isso, outros sujeitos que comprovavam a documentação, mas não estavam morando na propriedade, foram ressarcidos financeiramente pelo governo. Outros sujeitos, durante as entrevistas, narraram que diante da atuação do INCRA, a nova documentação emitia que garantia a propriedade, resultou em custo financeiro equivalente ao valor da propriedade, ou seja, os sujeitos pagaram pela documentação, e assim alegam terem pagado duas vezes pela mesma propriedade.

Um sujeito que narra à perda de terras durante a intervenção do INCRA em Matelândia foi o senhor Davi. Em entrevista com o senhor Davi, estive em contato com o documento que comprova que Davi havia comprado uma determinada área de terra em Ramilândia. No entanto, com a estratégia adotada pelo INCRA de dar escritura ao sujeito que estivesse morando e trabalhando na propriedade. No entanto, outros sujeitos perderam as áreas adquiridas. É o caso do sr. Davi que perdeu a posse da terra adquirida por ele no ano de 1966, ou seja, antes da atuação do INCRA.

A partir do documento⁷⁰ é possível observar que se trata de um contrato de compra e venda de terras, mas não a escritura da propriedade. No contrato, podemos observar as cláusulas que norteiam a compra e venda de três lotes na colônia Guairacá e que o contrato está devidamente registrado no cartório de imóveis de Foz do Iguaçu no ano de 1966. Com relação às cláusulas, é possível analisar que o quinto item está relacionado ao não pagamento da propriedade, garantindo ao vendedor que se não houvesse o pagamento devido, as terras voltariam ao vendedor sem a necessidade de devolver algum valor ao comprador e, além disso, se não houvesse a medição correta do terreno, os vendedores deveriam ressarcir os compradores, o que nos remete a pensar que havia a possibilidade de alteração no tamanho real da propriedade. Já na cláusula nona, as

⁷⁰ Ver anexo 06.

madeiras da propriedade não poderiam ser vendidas a terceiros assim como a área comprada não poderia ser vendida sem antes a quitação de todo o valor.

Por fim, a décima cláusula indica que o documento inicial da compra não era a escritura oficial, e somente depois de 60 dias a escritura seria entregue ao adquirente da propriedade, o que não aconteceu com o senhor Davi, pois o mesmo não recebeu a escritura, o que resulta em uma posse, quando o sujeito não tem o documento registrado pelo estado sobre a propriedade.

Seguindo a discussão, diante das incertezas de comprar e ser donos das terras, a permanência na propriedade foi uma estratégia de tentar garantir o direito da propriedade por meio do expediente jurídico do usucapião. Para conseguir ser proprietário de uma determinada área sem escritura, o sujeito precisava recorrer ao advogado e comprovar o tempo em que permaneceu e trabalhou na propriedade, isso também se denomina posse. No entanto, os sujeitos entrevistados narram posseiro como um sujeito ilegal e não se identificavam com a condição. Com relação a questão, durante a entrevista com o senhor Aécio e sua esposa Julia, ambos com 75 anos, foi possível verificar a identificação de um posseiro:

Karine: As terras que vocês ganharam com o trabalho na fazenda União Cafeeira foi no Feijão Verde?

Aécio: Não. Lá nós entremô de posse. Fizemô uma posse lá, e entremô lá [risos]. Eu fui na Matelândia. Naquela terra quem mandava era o “fulano”, daí eu peguei um contrato com ele, daí eu falei eu vou te pagar a terra, só não me incomoda. Mas daí quem incomodo foi outro que dizia que a terra era dele.[...].

Julia: e tinha tanta gente lá abrindo picada, e mais os jagunços. Meu deus, que tanto medo eu passei lá.

Karine: Mas daí vocês chegaram a pagar por essas terras?

Julia: Não! Nós cheguemô a fazer uma colheita nessa terra, e depois compremô aqui.[...]. E quando o INCRA passou, nós tivemos que pagar a escritura e as despesas do INCRA⁷¹.

Na narrativa do sr. Aécio e dona Júlia, é possível observar que eles tentaram adquirir uma determinada área de terra, que até então não apresentava ter mais que um dono, mas eles sabiam que sua “propriedade” poderia ser uma posse de outro. De acordo com eles, a área concedida foi negociada com o “fulano”, um sócio da Colonizadora Matelândia. No entanto, o “fulano” não era o dono legal, o que gerou pressões sobre o senhor Aécio, pois o dono legal apareceu e apresentou a documentação de proprietário. As pressões sobre a família, os jagunços e talvez a ameaça do proprietário, levaram seu Aécio

⁷¹ Entrevista realizada com o senhor Aécio e Júlia no dia 18 de julho de 2016 na residência dos entrevistados.

a avaliar a permanência na área em que estava como posseiro. Depois de conseguir arrecadar dinheiro com a colheita de cereais na propriedade, o senhor Aécio e sua esposa conseguiram comprar 2 alqueires de terra, que também estavam irregulares. De acordo com os entrevistados, houve “sossego” quando o INCRA demarcou todas as propriedades de constantes conflitos e forneceu a escritura.

Além disso, foi possível perceber no riso dos entrevistados, que a condição de posseiro ou intruso, não era vista com bons olhos pela sociedade dominante e por isso, o que os leva a negar estarem nessa condição. Outra questão importante que podemos observar na construção da narrativa dos entrevistados, diz respeito à questão dos costumes apontados e narrados pelos entrevistados como parte integral das relações em Matelândia, que condenam ou enaltecem as condições de cada sujeito. As narrativas apresentavam costumes vividos em seus locais de origem, que foram incorporados e trazidos quando da vinda para Matelândia.

Assim, as transformações na vida dos sujeitos são percebidas à medida que o presente e o passado na memória se contradizem. Em Matelândia, os assassinatos eram constantes, e está presente em na memória e na trajetória dos entrevistados para essa pesquisa. Dona Maria, moradora de Matelândia desde 1970, aponta para a violência realizada contra os trabalhadores diaristas nas propriedades em Matelândia.

Karine: E assim dona Maria a senhora lembra se houve muita briga de terra em Matelândia:

Maria : olha quando eu mudei para Matelândia, eu ouvi falar de briga de terra lá pra Ramilândia. Tem muita gente que tem terra ai por que matou e roubou dos outros. Olha menina eu morava lá em Minas antes de chegar em São Paulo e me casar, eu sube lá em Minas que tinha família daqui que era rico aqui, mais ficou rico por que mandava matar os outros, para se apropriar das terras. Tinha uma pensão aqui em Matelândia que abrigava esses coitados que vinham trabalhar aqui de diarista, dai quando os caras recebia o dinheiro do trabalho, alguém mandava matar, roubava o dinheiro e dava um sumiço no corpo e ai a mala desse morte ficava lá na pensão, lá era cheio de malas abandonadas, o dono nunca mais apareceu⁷².

Dona Maria conta que os trabalhadores eram mortos quando recebiam o dinheiro provindo do trabalho nas propriedades. Em outro momento na entrevista, Maria afirma que soube de uma família que morava em Matelândia, e pediu o acerto ao dono da terra para mudar para outra cidade. De acordo com ela, essa família foi executada pelo patrão para não pagar o acerto ao trabalhador. Essa informação de morte e perseguições chegou até

⁷² Entrevista realizada com a dona Maria no dia 14 de junho de 2017 na residência da entrevistada.

Minas Gerais, segundo dona Maria, antes dela vir para o Paraná já ouviu falar da fama de Matelândia.

Diante da violência registrada em documentos e na memória dos sujeitos entrevistados, questionei o Sr. Ercílio sobre quem continuou morando em Matelândia, com todas essas condições e enfrentamentos que foram citados no capítulo:

Karine: E quando o senhor chegou aqui tinha muitos idosos trabalhando?

Ercílio: Não que eu lembre. (...). Os pioneiros que chegaram aqui no início perpassaram muitas dificuldades. Mas os fortes venceram.

Karine: e quem era os fortes para o senhor?

Ercílio: aqueles que permaneceram, encaram as dificuldades. A gente quando vai fazer alguma coisa, tem gente que tem iniciativa, mas não analisa, pondera, faz a conta se vai dar ou não, aí chega as dificuldades eles fogem, largam tudo, aí não prospera. Nós temos que ter persistência nas coisas que a gente quer⁷³.

De acordo com o sr. Ercílio, diante de tantas ameaças e problemas sociais em Matelândia, a dificuldade de permanecer e lutar para mudar essas condições eram muitas. Levando em consideração os projetos de vida de cada um, a saída e a permanência faziam partes das escolhas e de como cada um visualizava as suas condições. Com isso, avaliar a partir da trajetória e das relações de vida, continuar ou encontrar outros lugares para começar a vida foram estratégias encontradas pelos trabalhadores em Matelândia. Isso para quem conseguiu escapar das condições de morte, perseguição e assassinato.

Partindo das informações discutidas, é possível analisar que as relações de trabalho e constituição da vida em Matelândia, contribuíram para problematizar a ideia de que mudar para outra região era sinal de que a vida iria melhorar, ou seja, o ato de mudar de localidade ou de país é analisado por muitos durante a história como um costume que evidencia transformação na condição. Além disso, outra questão importante sobre os costumes está relacionada à mudança nos modos de produzir e nas relações de trabalho observada a partir décadas de 1970. As transformações foram constituídas e disputadas no modo de vida e trabalho, selecionando e excluindo trabalhos que exerciam o modo de produção baseado na força braçal e trabalho familiar.

O desenvolvimento das práticas capitalistas e de expropriação do meio rural desencadeou conflitos e resistências às mudanças e transformação na organização da vida e do trabalho dos sujeitos em Matelândia. De acordo com Thompson:

Em outro sentido, os problemas são diferentes, e possivelmente mais agudos, porque o processo do capitalismo e a conduta não econômica baseada nos costumes estão em conflito, um conflito consciente e ativo,

⁷³ Entrevista realizada com o senhor Ercílio no dia 20 de maio de 2016 na residência do entrevistado.

como que numa resistência aos novos padrões de consumo (necessidade), às inovações técnicas ou à racionalização do trabalho que ameaçam desintegra os costumes e, algumas vezes, também, a organização familiar dos papéis produtivos⁷⁴.

Pensando as mudanças de práticas trabalhistas impostas na Inglaterra no final do século XVIII, Thompson avaliava que “o processo de industrialização precisa impor o sofrimento e a destruição de modos de vidas estimados e mais antigos, em qualquer contexto social concebível.”⁷⁵ Trazendo essa discussão para Matelândia, é possível pensar que a mudança nos padrões de vida e de trabalho dos sujeitos, representam o avanço de práticas capitalistas na região. Assim como Cunico aponta para as transformações no oeste do Paraná em decorrência do desenvolvimento do Agronegócio. De acordo com a autora:

O chamado agronegócio tem sido tratado hegemonicamente como algo totalmente novo e diferente no campo. Busca-se ocultar que os constantes e contínuos processos de reorganização da produção no campo são resultado da necessidade que o capitalismo tem de se modificar e reorganizar para continuar se expandindo. Ou seja, o agronegócio está inserido no processo de transformação das relações capitalistas no campo.⁷⁶

Diante das questões levantadas e problematizadas durante o capítulo, é possível dialogar com o que Wood apresenta sobre as condições ou situações de articulação de classe. Ela afirma que:

“As formações de classe surgem e se desenvolvem à medida que homens e mulheres vivem suas relações produtivas e experimentam suas situações determinadas, no interior do conjunto das relações sociais, com a cultura e esperanças que herdamos, e a medida que trabalham de formas culturais suas experiências.”⁷⁷

Sendo assim, diante das pressões e do processo histórico que foi apresentado e discutido anteriormente, é possível perceber que os fatores vividos, herdados e o projeto de vida dos sujeitos, ao se depararem com os interesses de outros grupos, neste caso em Matelândia, fazendeiros, proprietários de terra que independentemente da forma e de como, se preocuparam em garantir seus interesses e desenvolvimento do agronegócio. “A consciência de uma identidade de interesses entre todos esses diversos grupos de

⁷⁴ THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume II, pág. 21.

⁷⁵ THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume II, pág.29.

⁷⁶ CUNICO, Jaqueline. **Viver e trabalhar no campo**: produção agropecuária, relações de trabalho e tensões no extremo oeste paranaense, 1970-2012. Marechal Cândido Rondon, 2014, pág.42.

⁷⁷ WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 1995, pág.76.

trabalhadores contra os interesses de outras classes.”⁷⁸ Em Matelândia as relações apresentadas e discutidas no capítulo, supõem que os sujeitos apresentavam nas narrativas, condições que articulam e constituem a classe. No entanto, a classe em si, apresenta contradições em sua constituição e atuação, possibilitando o desenvolvimento da consciência de classe como sujeitos que estavam compartilhando condições de exploração, expropriação e reagiram individualmente ou coletivamente resistindo e ao mesmo tempo impondo suas práticas, crenças e projetos.

Desta forma, enfatizo a proposta de classe de acordo com Wood, que parece parafrasear Thompson, quando discutem, “as formações de classe e a descoberta da consciência de classe se desenvolveram a partir do processo de luta, à medida que as pessoas “vivem” e “trabalham” suas situações de classe”⁷⁹. E nesse sentido a luta precede a classe. São essas questões enfrentadas por esses sujeitos que contribuíram para a articulação de pessoas em torno de soluções para resolver suas aflições, medo e garantir os seus direitos que estavam sendo pressionados por outras classes. Isso demonstra que o sujeito pensa e age diante da sua realidade, ele não é totalmente submisso.

O período histórico analisado é construído a partir de contradição, sonhos, projetos, dos entrevistados e do governo. A análise do presente e passado contribui para evidenciar as transformações que ocorreram socialmente e que contribuíram para a construção da memória. As mudanças de valores, práticas, costumes, contribuem para que a trajetória do sujeito seja avaliada. As transformações sociais, econômicas e políticas promovem a reorganização da classe, atribuindo mudanças nas metas, objetivos dos sujeitos, mudanças de valores. A resistência à mudança nos modos de vida, estão relacionadas também, a alteração do modo de vida e costumes do sujeito.

Neste momento, é importante retomar matéria que foi apresentada no início do capítulo, que apresenta informações que faz pensar Matelândia como um município que não houve conflitos, pressões, mortes. Diante destas condições é possível perceber a dimensão e a complexidade da vida e dos problemas enfrentados pelos trabalhadores rurais em Matelândia e o quanto a memória foi reconstruída por meio do interesse de grupos dominantes.

1.2 CONDIÇÕES DE SAÚDE, ALIMENTAÇÃO E MORADIA EM MATELÂNDIA

⁷⁸ THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume II, pág. 17.

⁷⁹ WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 1995, pág. 76.

Diante do ambiente de carências e privações, os sujeitos constituíram práticas caseiras, isto é, naturais, para amenizar a falta de cuidados médicos ou tratamentos, quando havia doentes ou pessoas que se acidentavam no trabalho. Exemplo disso é a atuação de alguns sujeitos em atividades de parteira, como o caso da mãe de Dona Inês, com 74 anos, aposentada, veio do Rio Grande do Sul para Matelândia no ano de 1956, com seus pais. De acordo com Inês:

Inês: Daí, minha mãe parteira, coitada, vivia em volta, porque não tinha médico aquela época. Ela vivia pros matos. Longe, vinham buscar ela. [...]. Ia atender as mulheres e ficava em volta. Meu Deus, quanta fome que ela passou, coitadinha.

Karine: E ela recebia alguma coisa?

Inês: Alguns pagavam um pouquinho. Agora esses dias mesmo veio um cara lá em casa. A mãe dele teve acho que 10, 12 filhos... só sei que um monte de filho. E a mãe dele ficou acho que uns dois dias lá, sofrendo pra ganhar essa criança. Aí, pediram o que a mãe queria receber em troca do trabalho de parteira. Daí, a mãe falou: se querem me dar alguma coisa, né? Ele foi lá e arrumou um pacotinho de coloral pra dar pra mãe (risos). Era sofrido. Minha mãe sofreu. Minha mãe andava lá na chácara, vinha embora com fome, pegava se lavava e ela tinha o curso mesmo de parteira. Tinha feito lá no Rio Grande. Aqui também ela tinha a carteira de parteira e tudo. (...) É, a gente passou alguma, porque falta de médico, né?⁸⁰ [...]. O falecido pai pegou uma mordida [de cobra]. E subiu o inchume dois dedos assim, veio até metade dele, até que levaram ele pra Cascavel. A cobra mordeu ele lá em Agroocafeeira, onde ele estava trabalhando de derrubar mato e colocar fogo para limpar a terra. Depois que a cobra picou ele, trouxeram com o jipe aqui no hospital, mas só tinha meia dose de injeção. Daí, foram pra Cascavel até que chegou lá, inchou assim, dois dedos de altura.⁸¹

A partir da entrevista com Inês, é possível analisar os riscos a vida dos sujeitos, diante de fatores naturais como a presença de animais peçonhentos, por se tratar de terras em processo de desmatamento, como também, os acidentes de trabalho, ocasionados por máquinas que não ofereciam segurança ao trabalhador. De acordo com Inês, em Matelândia havia um hospital, chamado de Hospital Caravaggio, construídos por famílias de Matelândia no ano de 1965. No entanto, em decorrência da falta de medicamento e atendimento especializado, se fazia necessário procurar hospitais em Cascavel e Foz do Iguaçu. Também, o trabalho de parteira foi um dos recursos utilizados por homens e mulheres antes da existência dos hospitais, desta forma, se caracteriza como prática envolvendo a condição dos sujeitos e solução para as necessidades emergenciais.

Quando as questões de saúde eram de emergência e mais complexas, pessoas feridas ou doentes precisavam ser levadas para outras cidades, que oferecessem o

⁸⁰Entrevista realizada com Inês no dia 30 de janeiro de 2017.

⁸¹ Ibid.

atendimento necessário. Além disso, a busca pelos serviços médicos era dificultada ainda pela necessidade de pagamento, como conta o sr. Ercílio:

Karine: E como era a questão da saúde, seu Emilio? Quando o senhor chegou já tinha médicos em Matelândia ?

Ercílio: Não! Antes tempo não tinha. Vamos dizer no começo aqui não tinha nem médico. Tinha que ir lá em Cascavel [a aproximadamente 68 km). Nem Medianeira [15 km] tinha médico. Depois que apareceu. E não tinha SUS, era tudo no bolso. Se você precisava de médico tinha que pagar. E dava. Não sei se os médicos não eram tão gananciosos. E povo ia no médico e se não tinha dinheiro negociava, e depois pagava⁸².

O sr. Ercílio narra à necessidade de buscar auxílio saúde em regiões distantes como também a cobrança de valores pelo atendimento, pois o Sistema Único de Saúde, foi criado no ano de 1988, o que pode ter contribuído para o surgimento e fortalecimento de práticas caseiras, como a profissão de parteira, que não estava vinculada a valores, mas legitimada pela condição e o financeiro de cada sujeito, pois o pagamento era opcional.

Além das questões enfrentadas nas condições precárias de atendimento médico em Matelândia, as práticas caseiras iam além do trabalho de parteira. Com relação à questão, sr. Juvelino e sua esposa Paulina, 85 anos e esposa, participaram da entrevista, narraram como a família armazenava os alimentos da caça, coleta e o que plantavam:

Karine: e como era a alimentação de vocês em Matelândia quando começaram a vida aqui?

Paulina: Nós só comia carne do mato, dos bicho, de veado, de tudo, tinha tipo de uma galinha, que hoje é Jacutinga, matava umas. Meu Deus, mas daí como não tinha geladeira e não tinha nada eu limpava ela e botava no fundo do poço pendurada com gancho. Aí lá ela ficava congelada, era assim que fazia, essas coisas são boas, porque hoje acha que tudo é difícil. Aquele tempo que era difícil e não achamos difícil nenhuma vez. Eu não achei difícil e não estragou nenhuma carne. Daí, tirava e enchia o tanque de água, porque tinha que puxar ali no poço, tirava o tanto de frango e o tanto botava lá em baixo. No outro dia, puxava pra cima, tava fresquinho, não tinha mosca, não tinha nada, é coisa que muita gente tem que saber.⁸³

A indisponibilidade de alguns recursos, no caso, para a conservação dos alimentos, contribuiu para a utilização de práticas que pudessem solucionar provisoriamente algumas necessidades. Partindo da fala de dona Paulina, podemos perceber que a partir do presente, existem facilidades e condições que promoveram melhorias na vida das pessoas, tendo em conta as trajetórias passadas. Para dona Paulina é importante que as pessoas conheçam as dificuldades enfrentadas por ela e seu esposo, como forma de analisar as relações e condições de vida no presente vivido a partir de informações narradas e reforçadas pela

⁸² Entrevista realizada com Ercílio no dia 20 de setembro de 2017 na residência do entrevistado.

⁸³ Entrevista realizada com Ercílio no dia 20 de setembro de 2017 na residência do entrevistado.

memória. Além disso, por não haver acesso a eletrodomésticos e a energia elétrica, as famílias guardavam as carnes dentro de latas de banha para conservar o alimento, e até mesmo em poços de água. Não havia mercados e opções de produtos, como se depreende na fala do sr. Ercílio:

Karine: Tudo que vocês se alimentavam era o que vocês que produziam nas fazendas?

Ercílio: Sim! Porque nos anos de 50, 60 o comércio era muito pequeno. Acho que tinha umas 5 ou 6 casas aí que vendia poucas coisas.

Karine: E quando vocês não tinham algum alimento vocês compravam? O que vocês faziam?

Ercílio: Se comprava. Às vezes, negociava por outra coisa: Pra mim tá faltando isso, e pra mim tá faltando aquilo, então vamos trocar! Porque não tinha tanta fartura e nem dinheiro pra ficar comprando tudo o que nós precisava.⁸⁴

Na narrativa do sr. Ercílio é possível perceber que a troca de alimentos entre os moradores foi uma das formas encontradas por eles para suprir as carências vividas no local. Além disso, podemos observar que na fazenda Brizola que Ercílio trabalhou era permitido que o trabalhador plantasse milho, trigo e até criar animais nas terras do proprietário. Nesse período, por não ter diversidade de alimentos, era comum a presença de mantimentos trazidos de cidades como de Foz do Iguaçu ou Cascavel e posteriormente revendidos aos moradores em Matelândia. Além das trocas feitas diretamente em Matelândia, havia também a questão da importação de produtos da Argentina e do Paraguai. No entanto, essa importação não era permitida legalmente e com isso, optaram pela prática de corromper os funcionários da aduana, desobedecendo aos acordos de fronteiras, oferecendo presentes e regalias para que acontecesse o comércio.

Além do contrabando de alimentos, outra prática possível de identificar foi o contrabando de café para o Paraguai, o que evidencia as diferentes práticas para sobreviver e enfrentar as condições daquele presente. A família era de São Paulo, e em 1962 se fixaram moradia em Matelândia. De acordo com o entrevistado, o café que era colhido passava por uma classificação, sendo que os grãos bons e maduros eram transportados para o porto de Paranaguá e posteriormente levados para serem vendidos em outros países. No entanto, o grão de café verde e não desenvolvido, eram levados até as margens do Rio Paraná e exportados até o Paraguai por meio de embarcações. De acordo com seu Antônio:

Daí veio a época do contrabando. Daí os café ruim eles vendiam para os contrabandistas. Em média por vez ia de 10 a 20 caminhão em cambio para o Paraguai. E daí naquela época não tinha asfalto, ai o exército prendia, a polícia mordida daqui a foz, a polícia ia parando os caminhão, todos pediam dinheiro. [...]. Teve épocas que o Paraguai era o segundo em

⁸⁴Entrevista com Ercílio no dia 20 de maio de 2016 na residência do entrevistado.

exportação de café do mundo, e não tinha plantação de café.[...]. O maior produtor de café em Matelândia era a fazenda Rami, e lá era tudo café, era 4 milhões de pé de café. Os donos da fazenda Rami era de Londrina, eles mexiam com café e com o rami também. A fazenda Padroeira também era muito grande. Diamante tinha muito café, Vera Cruz também. [...]. Esse café que eles vendiam para os contrabandistas, era de baixo padrão, mas os caras não queriam saber, por que quando o café chegava, era descontado os café preto, os café ardido, os mal granados, pesava e descontava, ai eles ficavam com o café ruim, e vendia tudo depois. Muitos ganharam dinheiro que nem água. [...].⁸⁵

A narrativa do senhor Antônio apresenta elementos que possibilitam analisar o trabalho com o café e o contrabando. De acordo com Antônio, o contrabando de café por mais que apresentasse consequências, era lucrativo para a empresa e para quem o desempenhava. Além disso, é possível perceber que os transportadores do café mantinham acordos com policiais para que permitisse o transporte, condição semelhante ao que acontece com os contrabandistas de mercadorias e tecnologias anos depois. Além disso, o senhor Antônio cita algumas áreas produtoras de café, evidenciando a Fazenda Rami e a Fazenda Padroeira, como sendo grandes produtoras de café.

Outro fator que considerei sobre as condições de vida foi a moradia. Inicialmente, quando da chegada das famílias trazidas pela empresa loteadora ou colonizadora em Matelândia, geralmente moravam em casas improvisadas e construídas por sujeitos que não possuíam terras e que normalmente trabalhavam para a Colonizadora Matelândia para ter moradia ou pagar pelo transporte da mudança. A partir da entrevista com a sra. Inês, é possível identificar esta relação:

Karine: Dona Inês, quando chegavam aqui as casas que vocês moravam era de vocês?

Inês: Não, da firma.

Karine: Daí vocês pagavam um aluguel?

Inês: Não cobrava, não tinha aluguel naquela época. O seu Biazus nunca cobrou um tostão de aluguel. [...] A gente arrumou lá, daí o pai trabalhava com a carroça, fazia muito frete, porque puxava madeira, as coisas e aqui quase ninguém tinha, condução, carroça, aí meu pai foi comprando a madeira pra construir a nossa casa.⁸⁶

De acordo com a entrevistada, as famílias que adquiriam propriedades de terra da Colonizadora Matelândia tinham um tempo para ficar nas casas oferecidas pela Colonizadora. Porém, outras famílias, que chegassem a Matelândia sem intermediação da Colonizadora Matelândia, precisavam comprar as terras, construir casas ou trabalhar em

⁸⁵ Entrevista realizada com o senhor Antônio no dia 06 de agosto de 2018 na residência do entrevistado.

⁸⁶ Entrevista realizada com Inês no dia 30 de janeiro de 2017 na residência da entrevistada.

terras que ofereciam casas para se alojarem em troca do trabalho nas plantações. No entanto, morar nas fazendas era parte do acordo verbal de trabalho, ou melhor, determinada pelo proprietário.

1.3 RELAÇÕES DE TRABALHO EM MATELÂNDIA

É conveniente ressaltar que antes da elaboração do ETR, em Matelândia e demais regiões do país, predominavam diferentes relações de trabalho, norteadas pelas desigualdades sociais e trabalhistas no meio rural, assim como ficou constatado nas narrativas de alguns sujeitos participantes dessa pesquisa. Diante disso, é pertinente analisar em Matelândia, além do trabalho nas propriedades, o trabalho de paraguaios e argentinos, que atuaram na derruba das árvores, como também nas colheitas de erva-mate. Esses trabalhadores eram denominados de *Mensus* por receberem o salário mensalmente e trabalhavam de forma braçal em uma *Obrage*, que de acordo com Colodel é:

O termo, também retirado do castelhano, passou a designar as propriedades e/explorações instaladas onde havia a predominância de uma flora tipicamente adaptada ao clima subtropical nos Estados vizinhos a Argentina e Paraguai. [...]. Para os obrages, (posseiros das áreas de exploração), que exploravam a erva- mate e a madeira no oeste do Paraná e no sul do Mato Grosso, os lucros eram formidáveis⁸⁷.

Com isso, após a chegada de sujeitos vindos de diferentes estados do Brasil para Matelândia, os paraguaios e argentinos passaram a disputar o trabalho e sobrevivência. De acordo com Colodel, o lucro com a exploração da madeira e erva mate, era muito elevado, comparado ao valor pago aos *mensus* pelo trabalho. Com relação a essa questão, Mauricio Dezordi⁸⁸ em dissertação que aborda o tema, analisa também as relações de trabalho e cultura presentes em Matelândia:

Além da presença indígena, ainda no século XIX é notável a presença de ervateiros e madeiros estrangeiros no extremo Oeste do Paraná, empreendedores que aproveitavam o leito navegável do rio Paraná em direção à Argentina para o transporte e comércio da madeira e da erva-mate extraída e cultivada na região — comércio esse que envolvia exportação a países europeus.

Diante disso, a exploração do trabalho e dos recursos naturais marca o desenvolvimento do comércio de contrabando de madeira, caracterizando assim, as primeiras relações de trabalho em Matelândia. Da mesma forma que as relações e condições de trabalho pareciam se eternizar, os trabalhadores avaliavam as condições. O

⁸⁷ COLODEL, José Augusto. **Matelândia: História e Contexto**. Cascavel, ASSOESTE, 1992. (Página 129).

⁸⁸ DEZORDI, Mauricio. **O Brasão e o ramo de café: Migração, simbologia e identidade no município de Matelândia 1950-1980**. Foz do Iguaçu, 2015. (Página 48).

trabalhar em Matelândia promovia o processo de giro dentre as diferentes propriedades e padrões, sendo assim, os sujeitos constituíam-se agentes da sua história e passavam, mesmo que de forma inconsciente, a ser avaliadores e construtores de resistência diante das condições estabelecidas por outros. A entrevistada Orlandina narra a seguinte questão:

Karine: E as terras eram de quem?

Orlandina: Era terras senhor Biazus! Nós viemos morar aqui de arrendatário, porque não tinha como comprar o sítio ali. Nós demoremos muito pra comprar esse lote. E fiquemô morando na terras dos outros. Aí, moremos um ano lá no Silva, moremos mais um ano na fazenda do Carboni, moremos nas terras do Duarte, mais uns quatro ano, depois moremos mais um ano e pouco ali nos sítio que era do Gumercindo. Aí, depois moremos um pouco com a dona Tereza, ali no sítio dela, até comprar esse lote e fazer a minha casinha de madeira.⁸⁹

A sra. Orlandina, nasceu em Passo Fundo no Rio Grande do Sul no dia 27 de março de 1935. Orlandina veio para Matelândia aproximadamente em 1968, junto com seus filhos, seguindo seu esposo, que havia vendido às terras que estavam hipotecadas, ou seja, ofertadas como garantia de pagamento ao banco em troca de financiamento, em Passo Fundo.

Diante da narrativa da senhora Orlandina, é possível avaliar que a permanência em diferentes propriedades era estratégica ou demonstra problemas com os acordos e proprietários. Interessante quando ela cita os sobrenomes dos proprietários, o que proporciona a ideia de que ser conhecido pelo sobrenome evidenciava algum tipo de respeito ou autoridade. Além disso, destaco que a entrevistada trabalhou nas terras de um dos sócios da Colonizadora, que era considerado um grande proprietário, por possuir área acima de cinco colônias.

Portanto, dona Orlandina veio para Matelândia em 1968 e o ETR foi elaborado em 1963, isso significa pensar que as relações de trabalho narradas, mesmo com a elaboração do Estatuto do Trabalhador Rural, não houve garantia dos direitos. Isso pode estar relacionado a falhas ou “brechas na lei” e possibilidades aos proprietários de terra, que contribuíram para fraudes e irregularidades nos contratos de trabalho e pela reorganização do processo de produção a fim de burlar o pagamento dos direitos trabalhistas. Diante disso, Cunico afirma que:

Embora o Estatuto do Trabalhador Rural de 1963, assim como as leis posteriores nº 5.889, de 1973, e nº 6.019, de 1978, não regulamentaram o trabalho temporário criando uma preferência a ele pela burguesia agrária, não podemos desconsiderar que o ETR foi resultado também de um processo de lutas dos trabalhadores rurais e não uma simples concessão do Estado à classe trabalhadora. Portanto, não é o ETR o responsável pela expulsão dos trabalhadores permanentes do campo e sim a classe

⁸⁹ Entrevista realizada com Orlandina no dia 05 de agosto de 2017 na residência da entrevistada.

patronal rural que se negou a cumprir os direitos trabalhistas encontrando uma brecha através do trabalho eventual, reorganizando a produção agropecuária⁹⁰.

De acordo com Cunico, é possível analisar que a classe patronal, visualizou o ETR como afronta aos interesses da classe, passando a se reorganizar, negando ou alterando o cumprimento das leis trabalhistas. Com relação à questão, Silva, problematiza a elaboração e de que forma a classe patronal utilizou o ETR para excluir e substituir relações de trabalhos que vigoraram nas décadas de 60 e 70 no Brasil. Para Silva, o intuito era negar direitos trabalhistas e promover incentivo ao desenvolvimento das tecnologias para a agricultura. Diante disso, afirma que:

A condição de trabalhador rural, posseiro, colono, arrendatário, parceiro, sitiante é substituída pela do volante, eventual, ocasional, aquele que voa, irresponsável, que não para em lugar nenhum, que não tem responsabilidades. Frisa-se que essas leis não só regulamentaram a expulsão como também legitimaram a condição de volante, do *excluído da lei pela lei*. Esse processo de volantização da força de trabalho permitiu os sucessos da modernização agrícola garantidos pelo Estatuto da Terra (1964) e pelo Proálcool (1975).⁹¹

A partir da discussão de Silva, é possível analisar que o título “trabalhador rural”, contribuiu para aglutinar diferentes condições e relações de trabalho no campo, além de minimizar possibilidades legais de resistência, ou seja, “ao mesmo tempo que o trabalhador é produzido, ele é negado pelas relações jurídicas”⁹², assim como trabalhistas. Mais isso não significa afirmar que os trabalhadores não reagiram diante das injustiças e descumprimento da lei, por isso a constituição de Movimento dos Agricultores Sem Terra como o MASTRO⁹³ e até mesmo, a fundação de Sindicatos dos Trabalhadores Rurais.

Com a discussão sobre as condições de trabalho, trago parte da narrativa do sr. Ercílio que veio morar em Matelândia, no ano de 1955 e não possuía terra. Quando ele chegou a Matelândia, trabalhou na Fazenda Brizola durante sete anos para, assim, adquirir suas propriedades. A partir da entrevista com Ercílio, foi possível perceber como era o

⁹⁰CUNICO, Jaqueline. **Viver e trabalhar no campo**: produção agropecuária, relações de trabalho e tensões no extremo oeste paranaense, 1970-2012. Marechal Cândido Rondon, 2014. (Página 63).

⁹¹SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século XXI**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. (Página 66 -67).

⁹² SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século XXI**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999 (Página 18).

⁹³ JUNIOR, Leozil Ribeiro de Moraes. **Mastro**: a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra no Oeste do Paraná (1970-1990). 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

contrato de trabalho na fazenda em que trabalhou, enfatizando as relações e condições do trabalho:

E a gente veio lá do sul e morou ali. E depois de uns quatro ou cinco ano eu comprei duas chácaras que tinha dois alqueire de terra e paguei 200 mil cruzeiros na época. Devagarzinho a gente foi comprando. [...]. As terras [fazenda Brizola] ficavam perto ali de onde é a Vila Brasil. Ali era a União Cafeeira. Nós morava nos fundos da fazenda. Moramos ali uns cinco anos. [...]. Chegamos ali e fomos plantando café. Eu vim com uma mão na frente e outra atrás. (risos). Até a mudança, o genro do dono da fazenda ele pagou pra depois a gente ir pagando, tinha que devolver o dinheiro. Porque a gente não tinha aquele dinheiro. Eu sou de família pobre. [...]. Chegamos ali com a Bodega, que era o nome de uma vaca que nós tinha. Aí, ela criou e dava leite que era uma beleza. E a gente dava pasto pra ela comer. E a gente vendia o leite para o pessoal ali da fazenda, por que ninguém tinha vaca. Nós ficamos 60 dias na fazenda até que eles construíram nossa casinha. Casa não, era um galpão. Aí, eu comecei a plantar o café, aí veio um café muito bonito. Durante cinco anos, era tudo pra mim e depois eu tinha que dar 40% para o dono da fazenda. Era justo, né? Mas, tem sempre aquele ditado: quando o povo acha um ovo, vai vê ainda é pouco. Estava uma carga de café linda. No quarto ano, eu colhi uns 20 sacos de café, e no outro ano todos diziam que ia passar de mil sacos. Mas depois que deu a geadada, eu consegui levantar com ajuda dos peões 400 sacos de café. [...]. Eu vivia que nem um tatu pra dar conta do serviço. Se aplicou tanto trabalho, gastos, porque sozinho não era fácil.

Karine: e como que era ali na fazenda seu Emilio, quando vocês chegavam na fazenda tinha outras famílias também?

Ercílio: tinha. E cada uma tinha uma parte para cuidar. Eu tinha seis alqueires de terra.

Karine: e o senhor lembra quantas famílias tinha nessa fazenda?

Ercílio: Deixa eu lembrar! Eram 14 famílias. E tinha que trabalhar porque era essa a minha profissão aqui. [...]. Mas eu não tinha que ter saído do exército, porque eu estava crescendo lá⁹⁴.

O senhor Ercílio trabalhou com a formação de café na fazenda Brizola e morava em uma construção denominada por ele como sendo um galpão e não uma casa, devido à condição precária do imóvel, ou seja, lugar para morar e trabalhar refletia a necessidade do senhor Ercílio naquele momento, o que contribuiu também para as decisões e permanência. As informações apresentadas na narrativa evidenciam as dificuldades já na vinda para Matelândia, tendo a viagem paga pelo proprietário da fazenda Brizola. Na relação de trabalho vivenciada por Ercílio na fazenda, além de estar em dívida com o proprietário da fazenda, o acordo era que parte entrava com o trabalho e os custos e o proprietário ganhava parte da produção, ou seja, recebia uma porcentagem (no caso, 40%), pois era o proprietário das terras e 60% da produção ficavam para o trabalhador, atrelados ao trabalho árduo, difícil, cansativo e inseguro como evidencia Ercílio.

⁹⁴ Entrevista realizada com o senhor Ercílio no dia 20 de maio de 2016 na residência do entrevistado

No contrato narrado por Ercílio, cada família dependendo da quantidade de membros, recebia determinada quantidade de pés de café para plantar e cuidar, sendo possível na fazenda Brizola, o cultivo de alimentos para a sobrevivência da família. No caso, Ercílio recebeu seis alqueires de terras (144 mil m² de terra). Para quem não tinha terra, aquela quantidade significava ter condições diferentes dos peões que trabalhavam por um valor diário. Diante das características do tipo de trabalho desenvolvido por Ercílio, podemos perceber uma aproximação às relações de trabalho denominada de colonato, que de acordo com Cunico:

“Combina-se a força de trabalho de toda a família, mulher e filhos maiores de 14 anos. Cada chefe da família era responsável por tratar de um número de pés de cafeeiros, de acordo com o tamanho de sua família, na proporção de 2000 a 3000 pés por pessoa adulta. O colono ainda poderia ter o direito de plantar produtos para a subsistência entre os pés de café, ou em uma roça separada – a palhada ou terra solteira e também usufruía de uma moradia.”⁹⁵

Diante disso, podemos observar que o contrato era estabelecido entre o trabalhador e o patrão, assegurando a prestação do trabalho como garantia de permanência nas terras. Nas propriedades que cultivavam o café, rami e hortelã, contava com o esforço das famílias e também de diaristas. Os trabalhadores que moravam nas fazendas, contratavam diaristas para as chamadas “empreitadas” ou condição de trabalho “por dia”, para realizarem a limpeza das áreas mais baixas, queimando as “capoeiras” para que depois as árvores fossem cortadas e dar início às plantações, ou até mesmo, carregando as madeiras para as serrarias e colheita do café. De acordo com Ercílio:

Karine: O senhor estava me contando que lá na fazenda Brizola que o senhor foi morar e trabalhar, o senhor contratava peão para trabalhar com você?

Ercílio: Tinha só pra colheita! No mais eu fazia tudo sozinho. Na colheita do café, um trabalhador por mais que trabalha, ele chega a colher 100 a 150 sacos de café. Porque não era fácil. E mais que dez sacos por dia não conseguia colher. Porque o trabalho era muito cansativo e não era todo dia, porque se chovia não tinha como trabalhar.

Karine: E como que era esse contrato de trabalho? O senhor chamava os vizinhos ou conhecidos?

Ercílio: Olha nas colheitas eram todo mundo que contratava. Eu contratei uma pra colher cem sacos de café. Naquele tempo não tinha negócio de direitos para o trabalhador, não. Se pagava nas colheitas de café 100 cruzeiros por dia. Aqui todo mundo trabalha sem direitos. A remuneração era combinada e pronto, aceitava ou não. Mas, já nos grandes centros já estavam tudo legalizado já⁹⁶.

⁹⁵CUNICO, Jaqueline. **Viver e trabalhar no campo**: produção agropecuária, relações de trabalho e tensões no extremo oeste paranaense (1970-2012). Marechal Cândido Rondon, 2014. (Página 64).

⁹⁶ Entrevista realizada com o senhor Ercílio no dia 20 de maio de 2016 na residência do entrevistado.

Nas empreitadas eram feitos acordos e não contratos, ou seja, trabalhava-se uma determinada quantidade de dias por um determinado valor ou até mesmo, por troca de serviços. Tal situação é analisada por Ercílio como falta de legalidade, ou seja, não se tinha conhecimento de leis que viessem determinar as relações e condições de trabalho no meio rural. Ercílio, partindo da sua trajetória de trabalho e do presente, evidencia que no campo, parecia não haver leis que legalizassem os acordos trabalhistas como aparentemente existia no trabalho em indústrias, na cidade.

Além disso, o senhor Ercílio ao dizer que “nas colheitas eram todo mundo que contratava”, parte do presente das relações de trabalho, ou seja, se fosse considerado um crime essa prática, o senhor Ercílio não seria o único a ser condenado. Com relação a narrativa “aceitava ou não” aponta para possível resistência dos diaristas em aceitarem o valor e o trabalho.

Partindo das entrevistas citadas anteriormente com relação ao trabalho em Matelândia, o interessante é analisar que partes dos sujeitos que entrevistei, trabalharam por alguns anos em Matelândia, em propriedades de outros sujeitos, no entanto, não se viam como trabalhadores assalariados como tantos outros sujeitos. Na fala de Ercílio é possível observar um rompante da condição que ele narra e o que realmente prevalecia, ou seja, ele era como os demais, um trabalhador sem terra. Isso aponta para a questão da criminalização e assassinatos dos trabalhadores rurais, e conseqüentemente o medo.

Compartilhando com a narrativa do senhor Ercílio com relação ao trabalho na fazenda Brizola, apresento parte da entrevista feita com o senhor Ivanir, que aponta em sua narrativa, ações que caracterizam as relações de trabalho e como ele avalia as condições de sua trajetória, uma vez que o senhor Ivanir também trabalhou na fazenda Brizola. De acordo com Ivanir:

Karine: Mas quando o senhor chegou aqui, o senhor fez como? Foi pedir trabalho na fazenda?

Ivanir: Sim, e eles me deram trabaio, me ajudaram com dinheiro ainda, depois eu paguei ele. Olha, eu sofri. Bahh!!! Não sei como é que tô vivo ainda, com 81 ano na garupa já e trabaio ainda. [...]

Karine: Quando o senhor começou a trabalhar ali na fazenda Brizola, o senhor fez algum acordo de trabalho, ou era tudo na conversa?

Ivanir: Era tudo na conversa!

Karine: Mas qual era o acordo entre vocês?

Ivanir: Eles me deram 60% de café pra mim, 60 pra mim. Veja, de cada 100 por exemplo, 60 era meu e 40 era deles. Nunca mais me acontece uma coisa dessa. Sempre eles pagam menos pro tabaiador. E lá eu ganhava mais. E lá eu me fiz com o café e comprei aqui. [...] na fazenda eu fiquei 10 ano lá⁹⁷.

⁹⁷ Entrevista realizada com o senhor Ivanir no dia 18 de julho de 2017 na residência do entrevistado.

Em Matelândia, o senhor Ivanir não tinha lugar para morar, desta forma, aceitou trabalhar como formador ou plantador de café na fazenda Brizola. Durante 10 anos que trabalhou na fazenda, o acordo era que 40% da produção eram destinados ao proprietário e 60% para o trabalhador. Ivanir avaliou que não era uma condição comum ganhar mais que o patrão. Ao levarmos em consideração o trabalho, as condições de trabalho, os 60% não pagariam o gasto e o desgaste do senhor Ivanir. No entanto, ao dialogar com sua condição no Rio Grande do Sul, quando seu trabalho era apenas para ter o que comer e dormir, 60% foi avaliado por Ivanir como uma excelente proposta de trabalho. Isso demonstra a atuação do sujeito na história, as imposições são feitas, porém são avaliadas pelos trabalhadores. Além disso, o senhor Ivanir, até recebeu dinheiro antecipado, o que podemos problematizar como sendo uma das maneiras de aprisionar o trabalhador nas imposições de trabalho do proprietário da fazenda. Além disso, o senhor Ivanir trabalhou como diarista do senhor Ercílio durante as colheitas de café no período que moraram na fazenda Brizola. De acordo com Ivanir:

Karine: Ah, então o senhor cuidava dos seus pés de café e trabalhava pra o Ercílio também?

Ivanir: Sim! Até o falecido “fulano” dava serviço pra mim. Eu fazia de tudo pra ganhar um dinheirinho e comprar as coisa pra mim, pra comer.

Karine: Por que a renda do café vinha a cada um tempo né?

Ivanir: sim, a renda do café era uma vez por ano.

Karine: Aí como o senhor ia sobreviver nesse período!

Ivanir: Aí é que tá, eu tinha que trabaia fora. Daí eu trabalhava nas terras dentro da fazenda e também fora da fazenda pra ganhar dinheiro. Ihh foi sofrido. Barbaridade! Ihh, foi lutado. Daí depois comprei aqui, e estou lutando ainda, trabalhando ainda.

Sendo assim, Ivanir cuidava, mas não era o dono dos seus cinco mil pés de café e ainda trabalhava para Ercílio, auxiliando-o no trabalho por dia para aumentar a renda. A condição era compartilhada pelos trabalhadores naquele período, ou seja, trabalharem em mais que uma propriedade. Por isso, Ivanir trabalhava nas terras da fazenda e também fora da fazenda para conseguir dinheiro e até mesmo mudar a condição de empregado para proprietário. No entanto, a vida difícil que Ivanir narra, não eternizou sua história, pois com seu trabalho, conseguiu adquirir terras e em 2017, aposentando, continuava trabalhando no campo com plantações e criação de vacas de leite. A forma como Ivanir narra sua trajetória, tem o intuito de mostrar que foi por meio de seu trabalho nas fazendas que conseguiu adquirir as suas terras, condição que não foi comum a todos os trabalhadores em Matelândia.

Ainda em relação aos combinados de trabalho, em entrevista com a senhora Onésima, aposentada, com 82 anos, o acordo em que 60% da produção era destinada ao

trabalhador e 40% ao empregador não foi comum a todos os trabalhadores, ou seja, a entrevistada Onésima, que veio de Santa Catarina com seus pais em 1954, aponta que nas terras em que trabalhou, tendo como proprietário o senhor Luís B., o acordo era que 60% era do patrão e apenas 40% era do empregado. De acordo com Onésima:

Karine: E como era o combinado entre o Luiz e sua família dona Onésima?

Onésima: Funcionava assim, depois que eles vinham buscar o café, eles davam 40% da produção para meu pai e ficavam com 60% pra eles. Mas era muito pouco, não dava quase pra nada, e olha que demorava pra colher café, era uma vez por ano. Aí nós tinha que planta nossa comida ou buscar na argentina por que aqui não tinha nem o que comprar.

Karine: Mas em outros lugares era assim também, 60% do patrão e 40 % do trabalhador?

Onésima: Não! Tinha outros lugares de Matelândia que era combinado diferente. Era até 60% para o trabalhador, aí era bom! Mas a gente ficou lá nas terras por que o Biazus foi muito bom pra minha família, ajudou muito nós!⁹⁸

Por meio da entrevista com dona Onésima, podemos observar que a entrevistada avalia a sua condição de trabalhadora e o que recebia pelo trabalho, pois narra que em outros lugares em Matelândia o valor era superior ao que recebiam. A família de dona Onésima permaneceu na propriedade até o momento em que o café não suporta as baixas temperaturas. Diante disso, a família de Onésima recebeu um lote com uma casa na cidade, onde a família vive atualmente, como forma de acerto pelos 17 anos de trabalho na propriedade.

Durante aproximadamente 20 anos, o café representou uma fonte econômica para os proprietários de terra e oferta de serviço para os trabalhadores. Nas colheitas de café, eram feitos acordos entre o patrão e o peão. Esses acordos não eram baseados em leis nacionais do trabalho. Com relação a isso, entrevistei a sra. Emília:

Karine: E seu pai aqui ele tinha empregado ou era a família que tocava?

Emília: Era a família, tinha um peão lá no sítio, mas era mais a família. Daí, nós ia lá, a Lurdes... o Laurindo trabalhou muito. É, trabalhava por dia, pagava por dia, quando era pra colher o café tinha que pagar, tanto por lata, por exemplo 5 reais a lata que você tira de café. Daí, a pessoa quanto mais trabalhava... Que nem meu pai dizia "se a gente fala, vou pagar 20 cruzeiros por dia eles vão lá, tiram um pouquinho e ficam se amolando; se eu pago 5 cruzeiros eles fazem ligeiro e fazem com mais ânimo". E daí, quem tirava 4 latas ganhava 20, quem tirava 5 tirava 25 e quem tirava 6... E tinha quem tirava 6 e tinha quem tirava 3, mas daí, cada um ganhava o que... E ele tava certo porque conforme o que você trabalhava ganhava, e todo mundo fazia assim naquela época, era melhor do que pagar por dia, por dia... Hoje em dia não tem, é mais difícil, né? E ele depois vendia o café tudo.⁹⁹

⁹⁸ Entrevista realizada com Onésima no dia 10 de julho de 2018 na residência da entrevistada.

⁹⁹ Entrevista realizada com Emília no dia 30 de janeiro de 2017 na residência da entrevistada.

Existia um fluxo de pessoas que vinham para Matelândia, outras mudavam para cidades vizinhas e famílias que moravam na cidade e iam para o meio rural para trabalhar. De acordo com Emília, durante as colheitas do café, os acordos mudaram, ou seja, antes pagava um determinado valor pelo dia trabalhado, o que não foi visualizado por ela como sendo filha de proprietário de terra como positivo por que “eles ficavam se amolando”, ou seja, parados. Portanto, posteriormente, os acordos de trabalho foram baseados na quantidade colhida pelo trabalhador, ou seja, quanto mais colhia, automaticamente ganhava mais, evitando assim, de acordo com Emília, que o trabalhador distanciasse a atenção do trabalho. Com relação à questão, Silva aponta que:

Trata-se de uma forma de salário mais vantajosa ao capitalista uma vez que a intensidade do trabalho não depende dos investimentos em capital constante, mas do próprio trabalhador. É um salário que reforça as diferenças de habilidade, força, energia, perseverança dos trabalhadores individualmente, provocando diferenças nos seus rendimentos e o estabelecimento de concorrência entre eles. Esta competição estimula o aumento da intensidade do trabalho e, conseqüentemente, da produtividade.¹⁰⁰

Diante disso, podemos observar que a condição analisada por Emília como necessária ao trabalho e colheita do café, sendo uma forma de extração da força de trabalho independente de investimentos capitais. A forma de pagamento pelo trabalho e a quantidade colhida de café reforça a desigualdade dentro da classe dos trabalhadores rurais, pois havia diferenças nas habilidades e força na produção.

A produção de café em Matelândia fortaleceu a economia e contribuiu significativamente para a chegada de vários sujeitos de diferentes estados do Brasil e até mesmo de outros países. Durante as décadas de 50 e 60, quando no Paraná a produção de café estava no seu auge, as propagandas realizadas enalteciam a produção em Matelândia. Com relação a isso, por meio do Jornal Correio Riograndense, citado anteriormente, foi possível identificar outra matéria¹⁰¹ sobre o cultivo do café em Matelândia, de acordo com a matéria “O grande negócio da época é cultivar café. O café, nos preços base que está hoje, oferece verdadeiras fortunas aos que se dedicarem a sua cultura.” Com 10 alqueires, uma colônia, o trabalhador poderia plantar 16.000 covas de café, com uma renda anual de um milhão e meio de cruzeiros a partir do quinto ano. Além disso, na mesma matéria eram colocadas fotos de plantação de mamão, trigo e entre outras culturas, com o intuito de enaltecer a fertilidade das terras de Matelândia.

¹⁰⁰SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século XXI**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. pág.82.

¹⁰¹ Anexo 07

Porém, depois de alguns anos, o café deixou de oferecer lucratividade em decorrência das geadas que aconteceram, principalmente na década de 1970, destruindo grande parte da produção cafeeira. E assim, famílias que trabalhavam com o café foram expulsas das terras e levadas para outros estados do Brasil, ou buscaram trabalhar em atividades no meio urbano. Com relação a isso, o sr. Paulo, nascido em Passo Fundo- RS e que chegou em Matelândia no ano de 1968, com 17 anos de idade, comentou sobre essa questão:

Em 1968, teve o recenseamento do IBGE. Então, aí eu fui fazer curso em Medianeira. Daí, eu peguei só o setor da fazenda Rami. E aí, outras pessoas foram na fazenda Padroeira e em outras fazendas. Eu sei que eu fiz a fazenda Rami e eu sei que nunca mais esqueci esse número: deu 646 famílias dentro da fazenda Rami. E lá foi fácil fazer o recenseamento por que tinha as colônias que eles falavam e ai tinha em média 20 a 30 morador em cada colônia. Cada um tocava 10 mil pé de café, outros 20, conforme o tamanho da família. Eles pegavam a quantidade de café para cuidar e plantar, porque era só café e não podia criar nenhuma galinha dentro da fazenda, porque os donos não aceitavam. Então, era fácil, já tinha uma noção. Aí, eu chegava nas famílias e pedia quantas pessoas moravam ali e quantos pés de café tocavam. Fazia duas a três colônias daquela por dia. Eu tinha meu jipinho e daí eu ia, por que era muita terra e as colônias ficavam longe. Em média seis pessoas cada família, então você pode ter uma noção de quanta gente tinha lá. Aí, quando deu aquela geada feia, ali por 70, o café queimou tudo, não tinha mais como produzir, e a fazenda foi transformada em pastagem. Daí, o que o Itimura, que era o dono fez, ele alugou carretas, né? Ia lá numa colônia daquela onde tinha 30 famílias, jogava todos os baguios e mudanças que era pouca coisa, jogava nas carretas e mais uns ônibus para levar todas essas famílias para Rondônia, Mato Grosso, levou todas as famílias lá pra cima, só ficou os encarregados. Porque cada colônia tinha um encarregado, responsável em cuidar da produção, ai eles tinham a sede central onde tinha os secadores para preparar o café. Chegaram e eram largados lá, porque Rondônia estava começando também. Depois, nós chegamos a encontrar gente dessas famílias em São Paulo.¹⁰²

Com isso, de acordo com o Sr. Paulo, no período que ele realizou o senso demográfico na fazenda Rami, identificou a existência de as 646 famílias, uma quantidade que marcou memória do Sr. Paulo, por se tratar de famílias que viviam em péssimas condições, sendo proibida, inclusive, a criação de animais na fazenda por parte das famílias. Podemos identificar que não estamos nos referenciando à relação do colonato nessa situação e relação trabalhista, pois, de acordo com a discussão de Welch, colonato é a relação trabalhista “sistema misto de pagamento por empreitada e pagamento de salário, agitado no contexto das conflituosas relações de classe.”¹⁰³ Mas, além disso, o sistema de

¹⁰²Entrevista realizada com Paulo no dia 4 de março de 2018 na residência do entrevistado.

¹⁰³ WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada:** as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010. (Página 52).

colonato determinava que “os colonos eram contratados anualmente para cuidar de um dado número de pés de café em troca de um salário fixo anual, moradia e um pacote de direitos de uso da terra, tais como o direito de plantar milho ou feijão entre as fileiras de café.”¹⁰⁴

Porém, diante da narrativa de Paulo, as relações de trabalho na fazenda Rami, o trabalhador não poderia plantar alimento para o seu sustento, assim, precisavam comprar nas mercearias que algumas fazendas implantaram. No entanto, após investigação no site da prefeitura de Ramilândia, identifiquei que na história oficial do município, mais de 1500 famílias moravam na fazenda Rami¹⁰⁵. Isso permite apontar as contradições e limitações das fontes históricas, evidenciando a análise do historiador diante disso.

Além do plantio de café, algumas propriedades cultivavam o rami, principalmente em Ramilândia. Em pesquisa no site da prefeitura de Ramilândia como também por meio de entrevista com o senhor Antônio, Paulo e Beto, a fazenda Rami recebia esse nome, pois iniciou com a plantação do Rami e posteriormente ampliando para a plantação do café. No entanto, a fazenda foi analisada pelos entrevistados como sendo uma das maiores produtoras de café em Matelândia. De acordo com o entrevistado Beto:

O Rami eu nem sei a origem, entendeu? Essa fazenda Rami na verdade, ela devia ter se chamado fazenda Cafezal e não fazenda Rami, por que ela tinha uma área de rami lá de 150 à 200 alqueires, mais à área dela era 4.000 e tantos alqueires¹⁰⁶.

O Rami não é uma planta comum em Matelândia e no Brasil. De acordo com o entrevistado Davi, as famílias que iniciaram o cultivo do rami eram de origem japonesa, como os Itimura. O senhor Davi, morador de Minas Gerais, veio para o Paraná trabalhar na derruba de mato e plantio de café, pois acreditava na possibilidade de “puxar dinheiro com rastelo”. Segundo Davi:

Eu vim de minas gerais trabalhar na derrubada de mato em São Pedro, em 1952 e eu era solteiro, ai comecei a namorar a filha do patrão, e nessa fazenda em São Pedro do Ivaí, meu sogro montou um armazém e me pediu pra ajudar a administrar e fornecer alimentos na fazenda para os trabalhadores. Morei 5 anos nessa fazenda. Ai sai de lá e vim pra Matelândia na fazenda do meu sogro aqui para trabalhar com o comércio. [...]. Aí os caminhão que vinha buscar o rami na fazenda, traziam os alimentos para eu vender aos camaradas da fazenda¹⁰⁷.

¹⁰⁴ Ibid., p. 159.

¹⁰⁵ <http://www.ramilandia.pr.gov.br/> - Acesso dia 04/03/2018.

¹⁰⁶ Entrevista realizada com o senhor Beto no dia 10 de abril de 2018 na residência do entrevistado.

¹⁰⁷ Entrevista realizada com o senhor Davi no dia 04 de fevereiro de 2018 na residência do entrevistado.

A partir da entrevista de Davi, podemos perceber a narrativa de um trabalhador que como ele diz, casou com a filha do patrão, mas que o casamento não o fez proprietário, continuando seu trabalho como funcionário para o dono da propriedade, o senhor Pedro, o sogro. Em Matelândia, Pedro comprou 350 alqueires de terra do Luís Itimura, instituindo a Fazenda Água Cristalina que alternou a produção agrícola no cultivo de café, rami, hortelã. Com isso, Davi trabalhou na mercearia dentro da fazenda na venda de alimentos para os “camaradas”, ou seja, os trabalhadores da fazenda. Davi passou a fornecer mercadoria para outras fazendas como a Fazenda Rami, Fazenda Padroeira, Fazenda Cristalina, Fazenda São Domingo. Segundo o entrevistado, manter a mercearia era uma estratégia dos proprietários para não permitir que os trabalhadores saíssem da fazenda ou tivessem possibilidades de trabalho que melhorasse a condição, seja, “de agulha pra cima eu tinha pra vender, tinha de tudo ali para o povo não sair fora”, e até mesmo remédios e vacinas eram vendidos e aplicados por Davi na mercearia.

E a partir disso, passei a obter informações que possibilitaram analisar como funcionavam os pagamentos aos trabalhadores da fazenda Rami, que de acordo com Davi passavam de 800 famílias somente nessa fazenda.

Karine: e como o senhor negociava com as famílias que estavam na fazenda, eles tinha dinheiro para comprar?

Davi: Eu fornecia com ordem na venda, eles pagavam os camaradas com as ordens, com o papelzinho, e eu fazia os pagamentos na fazenda. [...]. Toda a sexta feira eu ai pegar pagamento pra fazer troco das ordens para os camaradas da fazenda. A fazenda fazia pagamento por ordem, semanalmente, por semana, o que os camarada ganhava na semana eles traziam lá o valor que tinham ganho, peonada tudo vinha tomar cerveja, tudo naquele papelzinho. Ai o Etimura pagava um tanto em dinheiro por que a peonada também queria dinheiro. E tinha o João que era administrador da fazenda que me ajudou um monte¹⁰⁸.

De acordo com Davi, é possível analisar que os pagamentos eram feitos semanalmente em “ordem”, o que se refere a uma determinada quantidade para cada trabalhador. A ordem de pagamento era escrita em papel, e quando o senhor Davi recebia esse documento, vendia para o trabalhador e descontava o valor desta ordem. Por fim, outros preferiam trocar a ordem pelo dinheiro e não somente por alimento. Desta forma, é possível perceber as relações de trabalho que não estavam vinculadas às leis trabalhistas, isso significa que para o trabalhador e o patrão, os acordos eram livres e travados a partir dos interesses e condição dos sujeitos, na maioria das vezes do patrão.

¹⁰⁸ Entrevista realizada com o senhor Davi no dia 04 de fevereiro de 2018 na residência do entrevistado.

Já na colheita do rami eram utilizadas máquinas chamadas de desfibradoras ou descorticadoras e também de periquito. O rami após o crescimento forma um caule rígido e de difícil manuseio, por isso, o uso das máquinas para cortar o caule e retirar a fibra, sendo colhido por trabalhadores e enviado para as indústrias na produção de cordas, balaios e até mesmo tecidos.

O senhor Sussumo Itimura também chamado de Luís Itimura, a partir de levantamento de dados em sites, observei que além da carreira agrícola, Sussumo desenvolveu trajetória na política, sendo prefeito de Uraí por várias vezes e considerado o prefeito mais idoso a assumir o cargo. De acordo com Davi, Sussumo tinha muitas propriedades de terras o que necessitou de muita mão de obra no trabalho com o rami e o café. De acordo com Davi¹⁰⁹:

O Etimura começou na fazenda com duzentos conto de Uraí, e depois foi comprando e ficou o rei do rami no Brasil. E quase do café, ele só perdeu no café para o Geremias Lunardelli. Mas o Etimura plantou muito café também ele tinha 99 fazendas.

Além disso, as primeiras áreas de terra do Sussumo em Matelândia eram de 5.752 alqueires que comprou do até então governador do Paraná, Moises Lupion. Assim, 5.752 alqueires representavam para sujeitos como o sr. Davi, uma grande propriedade, “Quando eu entrei ali, ele tinha um camarada montava no burrinho e demorava 15 dias pra dar uma volta na fazenda”, o que fica evidente que se trata de um latifundiário.

Na Fazenda Rami, o historiador Aluizio Palmar, narra à trajetória dos trabalhadores e dos contratos de trabalho. De acordo com Aluizio:

Em outra ocasião fomos conversar com os trabalhadores da Fazenda Rami, em Matelândia, e ficamos chocados com a exploração a que eram submetidos os empregados. Muitos deles tinham os dedos decepados pelas máquinas, conhecidas como “periquitos”, nas quais eram desfibradas as hastes do rami, uma planta cuja fibra é utilizada na fabricação de tecidos, cordas e barbantes. A jornada de trabalho era estabelecida em regime de 12 horas por dia e o pagamento feito por meio de vale-barracão. Os trabalhadores estavam sempre endividados com o dono da fazenda – também dono do armazém, onde os produtos eram duas ou três vezes mais caros do que na cidade. Havia um esquema de segurança extremamente rígido e aqueles que eram apanhados em fuga sofriam castigos físicos.¹¹⁰

De acordo com Aluizio, os trabalhadores não podiam plantar alimentos na fazenda, e com isso, eram obrigados a receberem vales para comprar os alimentos, o que gerou dívidas às famílias e contratos sem fim. Além disso, o historiador evidencia a jornada de

¹⁰⁹ Entrevista realizada com o senhor Davi no dia 04 de fevereiro de 2018 na residência do entrevistado.

¹¹⁰ <https://www.documentosrevelados.com.br/conjunto-de-documentos-referente-a-militancia-politica-dealuizio-palmar/falando-um-pouco-de-mim-2/> - acessado dia 14/10/2017. É uma página da internet que possui documentos sobre o período militar no Brasil.

trabalho de 12 horas por dia, sendo que todos da família trabalhavam na fazenda. Aos que tentavam fugir, os castigos eram executados como forma de punir.

Outra questão importante é pensar como foi para os sujeitos trabalharem em algo que não era seguro. A execução do serviço ocasionou, em muitos casos, a mutilação dos trabalhadores, alguns perderam parte dos seus membros, levando em consideração as dificuldades posteriores em encontrar novos trabalhos, sem contar a falta de estrutura médica nessa região e os castigos que sofriam por qualquer tipo de reação às condições em que viviam. As máquinas não ofereciam segurança e esses trabalhadores não tinham conhecimento de como era o funcionamento das máquinas. Tais situações aparecem também na narrativa de dona Iracema:

Eu trabalhei só em rami nas fazendas. O trabalho lá tem os cortador de rami (...) que você corta aqueles feixão, leva numa banca, banca que se diz, daí botam lá, os que cortam carrega na banca e daí tem 2 homens que batem, 4 homens, que batem o rami, tira a fibra. A fibra tá na casca. Então, tem que passar na máquina, vai passando pra limpar aquela fibra. Eles faziam de bambu, né? Umas grades pra ponhar aquelas fibras secar, pra depois vender. Só que teve muita gente que perdeu a mão. Porque se não saber bater, enfia a mão dentro da máquina. Aquilo é que nem um cilindro de uma trilhadeira, semelhante. Ele é uma coisa que faz assim: se a fibra enrola, ele puxa o cara pra dentro, tem que soltar. É tipo um cilindro. Teve gente que perdeu o braço inteiro.¹¹¹

De acordo com a senhora Iracema, o trabalho com o Rami era arriscado e provocou danos físicos aos trabalhadores. No entanto, por meio da narrativa é possível perceber que os acidentes foram ocasionados pela inabilidade do trabalhador, ou seja, se não soubesse trabalhar com o Rami, o acidente era inevitável. Esses trabalhadores não recebiam instruções para o uso da máquina e, em caso de acidentes, também não tinham acesso à assistência médica e trabalhista. Portanto, além dos acidentes de trabalho serem frequentes, os trabalhadores viam-se desassistidos tanto no que se refere aos cuidados com a saúde quanto à direitos trabalhistas. Somado a isso devemos levar em consideração que os atendimentos públicos não existiam e a legislação trabalhista no meio rural, instituída no ano de 1963, não assegurava aos trabalhadores os direitos a assistência médica e trabalhista.

Um exemplo da questão se refere à narrativa do senhor Carlos¹¹², com 65 anos, veio do Rio Grande do Sul, no ano de 1965. Carlos foi vítima do trabalho com a colheita do rami e narra a sua trajetória com indignação e desabafo. Segundo o entrevistado, a família comprou duas colônias de 10 mil metros cada e uma chácara, porém, eram terras

¹¹¹Entrevista realizada com Iracema no dia 25 de março de 2017 na residência da entrevistada.

¹¹² Uso de pseudônimo.

improdutivas e com pastagem, o que os levou a trabalharem em terras arrendadas. Segundo o entrevistado:

Carlos: Em Matelândia os meus irmãos mais velho arrendaram terras ali onde é a Vila Pazza era tudo lavoura, colhia trigo na mão. E metade das terras eram lavoura de rami também. Daí meus irmãos arrendaram pra colher o rami, e no segundo dia de serviço eu me acidentei. Depois de 15 dias que nós morava em Matelândia.

Karine: Mas vocês não recebiam instrução que como trabalhar com a máquina que colhia o rami?

Carlos: Não e eu nunca tinha visto uma máquina! Na verdade a máquina eu me lembro muito bem desse dia, eu estava de um lado, e o meu irmão do outro lado, que tinha a parte onde tinha correia, daí um ficava na frente que era minha irmã e eu era o mais novo dos três. E eu estava do lado onde não tinha a correia. Daí a Gentile foi buscar água e demorou. Ai meu irmão falou assim: tira ali na frente que a Gentile está demorando, ai eu meti o garfo pra puxar as folhas que sobrou e estava dentro da máquina, mas estava muito molhado e não deu de puxar o bagaço do rami de dentro da máquina com o garfo, ai eu tirei o garfo e coloquei a mão, e ai a máquina desnuçou e puxou meu braço e daí a maquina lá dentro moeu. Daí eu cai pra trás e a minha sorte é que não ergui a tampa toda, senão tinha me puxado tudo pra dentro da maquina. Daí eu me lembro até hoje, que ficou um nervo mais cumprido e duas veias, foi em abril e eu ia completar 13 anos¹¹³.

A partir da entrevista com o sr. Carlos, é possível observar o trabalho infantil como também, perceber o sujeito contrapondo a realidade em que viveu no Rio Grande do Sul, na produção e colheita de uva, e o surgimento das primeiras máquinas de colheita. Segundo o entrevistado, os efeitos e dores ainda persistem. Durante a entrevista, demonstra sua insatisfação e o descaso dos proprietários de terra, ressaltando sua luta e superação em viver e dar condição de vida a sua família diante das suas dificuldades. Dona Iracema narra como sendo culpa do trabalhador o acidente, no entanto, o senhor Carlos, narra como falta de informação e descaso dos proprietários da máquina e da terra, quando diz que nunca tinha visto a máquina.

A falta de recursos médicos atrasou o atendimento, pois é possível observar na narrativa que não era comum a presença de carros na cidade, e o deslocamento até o hospital poderia prejudicar ainda mais a saúde dos que se acidentavam no trabalho. De acordo com Carlos:

Karine: e depois como levaram o senhor para o hospital?

Carlos: só tinha um jipe na cidade. Daí meu irmão foi chamar o cara dono do jipe. Enquanto isso minha irmã rasgou a saia dela e amarrou o meu braço para parar o sangue. Ai cheguei no hospital já foi pra cirurgia com o doutor Mario, aquele açougueiro. [...]. Mas tu imagina que eu sinto dor até hoje e no frio é pior por que não circula sangue.[...]. Eu fiquei seis meses no hospital, por que o médico fechou mal e abriu os

¹¹³ Entrevista realizada com o senhor Carlos no dia 03 de abril de 2018 na residência do entrevistado.

pontos quatro dia depois. Os pontos caiu tudo e não tinha como costurar de volta¹¹⁴.

Com relação à narrativa, o sr. Carlos denuncia o atendimento que recebeu durante o período que esteve no hospital, bem como o médico que prestou os atendimentos. Uma irmã do sr. Carlos trabalhava no hospital, no período em que foi atendido. Sendo assim, podemos observar que em Matelândia havia dificuldades com atendimentos médicos e gratuitos à população do meio rural e até mesmo do meio urbano, pois os hospitais eram particulares e, localizados em outras cidades, o que evidencia a desestruturação e necessidade de atendimento gratuito à população. Além disso, o entrevistado narra outras considerações importantes para analisar a condição de trabalho dos sujeitos que trabalharam com o rami. De acordo com o sr. Carlos:

Em 65 no mês de abril enquanto estava no hospital de Matelândia, apareceu gente que perdeu os dedos, gente com foçada na perna, e só do rami tinha entrado 36 pessoas que tinha se acidentado com a máquina do rami. Só no mês de abril naquele hospital. E lá pra Cascavel e Céu Azul era todo dia gente sendo levado com acidente como eu¹¹⁵.

Além disso, o entrevistado, partindo de suas lembranças e aflições, narra o aparecimento de outros trabalhadores que se acidentaram no trabalho, o que evidencia que em Matelândia as condições de trabalho ofertadas aos trabalhadores não eram seguras e não recebiam o amparo legal pelo acidente sofrido. Desta forma, é possível associar os acidentes e relações desiguais de trabalho como condição comum aos trabalhadores entrevistados, o que permite pensar sobre o fazer-se da classe.

As consequências do trabalho com o rami são visíveis no sr. Carlos, que ainda sente dores no braço amputado. A dor é parcela da indignação, revolta, exploração. Carlos narra também, como foi o contato com o dono das terras em que ele e seus irmãos trabalhavam após o acidente:

Carlos: Depois do acidente, que meus irmãos foram colher o trigo que plantaram nas terras do fulano, e eles davam porcentagem para o fulano. Ai depois do acidente comigo, o veio fulano, dono das terras, deu dois saco de trigo pra mãe em troca do meu acidente, naquela época. [...]. Mais ai teve uma época depois do acidente que fui procurar o fulano pra me vender uma chácara, mas o filho não deixou porque pensava que eu ia sacanear por causa do acidente, eles achavam que eu não ia pagar. Daí eu fui atrás das papelada ali no sindicato pelo Funrural e com 20 anos me aposentei. E em 1990 foi feita nova pericia em foz, e foi interferida minha aposentadoria, daí eu precisava prova de onde eu estava

¹¹⁴ Ibid.

¹¹⁵ Ibid.

trabalhando, até que fui falar de novo com o veio fulano e ai ele não quis assinar por que o filho disse que ia comprometer, que eu ia acabar incomodando e não sei o que, e o Ivo não deixou o veio assinar de novo. O veio falou bem assim pra mim, estava eu, o fulano e o sicrano, só que nada escrito: o dia que eu morrer, vou te deixar um capital, ai quando o véio morreu, dois meses depois mandaram derrubar a casa.[...]. Aí eu tentei recorrer e contratei um tal de Fonseca, que disse que eu tinha direito de receber indenização. Aí marcaram uma reunião comigo, o fulano e o filho dele, e não me chamaram pra entrar. Depois que eles conversaram, o advogado disse que o documento que eles tinham em mãos, responsabilizava meus irmãos do meu acidente, e ai meus irmãos tinham que pagar a indenização.

Karine: Mas como isso?

Carlos: é porque o filho do veio fulano era estudado já, aí deve ter feito um documento tirando o deles da reta, um contrato, que eles fizeram depois do acidente. Ai se eu fosse mexer na justiça quem teria que pagar eram meus irmãos mais velhos.[...].¹¹⁶

O sr. Carlos, e seus irmãos foram contratados pelo “fulano” na colheita do Rami, relação de trabalho não assegurada em documentos, pois os acordos eram tratados verbalmente. Após a colheita do Rami e o acidente com o sr. Carlos, os irmãos passaram a plantar trigo na propriedade de fulano por meio de arrendamento, parte oferece a terra e a outra parte planta e colhe em troca de porcentagem ao proprietário. Durante o pagamento da renda, o proprietário ofereceu dois sacos de trigo à família do sr. Carlos como forma de “resolver” o acidente de trabalho. No entanto, sr. Carlos que passou a ser maior de idade, buscou rever esse acerto, que para ele não era legítimo ou suficiente para suprir todas as suas dificuldades e restrições. No entanto, a partir da narrativa do sr. Carlos, é possível sugerir manipulação e fraude de documentos a favor do patrão e contra o trabalhador, o que para sr. Carlos não resolvia recorrer judicialmente, já que seus irmãos foram acusados de serem os responsáveis pelo acidente de trabalho dele.

Como se pode notar as condições de vida, dificuldades nas relações de trabalho e questões de saúde narradas pelos entrevistados são compartilhadas entre esses trabalhadores, evidenciando como ocorreu o processo de constituição das relações e espaços em Matelândia. Dialogando com essa noção, percebo que em Matelândia as lutas e condições que estavam presentes corroboram para a articulação de parte daqueles trabalhadores. Sendo assim, é esse cenário político, econômico e social que demarcam interesses, relações e contradições de vida, como também a diversidade de condições vivenciadas e narradas pelos sujeitos entrevistados. De acordo com Thompson, “a relação de exploração é mais que a soma de injustiças e antagonismos mútuos. É uma relação que

¹¹⁶ Entrevista realizada com o senhor Carlos no dia 03 de abril de 2018 na residência do entrevistado.

pode ser encontrada em diferentes contextos históricos sob formas distintas, que estão relacionadas a formas correspondentes de propriedade e poder estatal.”¹¹⁷

Diante desse conjunto de situações vivenciadas e compartilhadas por estes trabalhadores, é possível pensar sobre o processo de formação da classe dos trabalhadores rurais e assim problematizar a atuação do STR de Matelândia, diante de tantas narrativas de desigualdade, pressões, violência, descumprimento de leis e os diferentes sujeitos que estiveram presente no meio rural em Matelândia no período anterior a fundação do sindicato dos trabalhadores rurais de Matelândia. Esse debate constitui o segundo capítulo da dissertação.

CAPÍTULO II

FORMAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE MATELÂNDIA.

Diante das discussões apresentadas no primeiro capítulo, é possível perceber que Matelândia desde a década de 50 até 70, foi cenário de carências médicas, de moradia, relações de expropriação de trabalho, terra e violência física, social e trabalhista. Esse apontamento faz parte da metodologia proposta na dissertação, ou seja, investigar o período anterior à fundação do STR e assim, perceber que elementos narrados no primeiro capítulo, foram levados em consideração para a organização do STR em Matelândia que compõem o segundo capítulo.

Enfatizando a questão do sindicalismo do meio rural, existe uma vasta quantidade de discussões construídas por historiadores, sociólogos, geógrafos e filósofos, entre outros sujeitos. De forma geral, são contribuições que evidenciam, discutem e problematizam relações de trabalho e condições de vida em torno da organização e atuação dos diferentes sujeitos no contexto rural, como por exemplo, posseiros, meeiros, arrendatários, diaristas, assalariados, parceiros, pequenos proprietários, agricultores familiares, grandes proprietários, entre outros, que analisados e problematizados, denunciam as irregularidades, violência no trabalho e nos acordos trabalhistas, assassinatos e, principalmente, discutem a articulação do estado, Igreja Católica e o Partido Comunista no meio rural. Embora, não sejam encontradas, nas produções bibliográficas, referências que

¹¹⁷ THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária**. A maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume II. pág.28.

discutissem a organização sindical dos trabalhadores rurais em Matelândia, especificamente, obtive pontos de contato e diálogo para pensar esta organização.

De acordo com a historiografia sobre a organização e desenvolvimento das atividades sindicais no Brasil, se faz necessário atrelar discussão a partir do ano de 1930, quando o governo as denomina como órgãos públicos, com a pretensão de estabelecer concentração de instituições sindicais urbanas em torno de atribuições e características determinadas pelo governo. Para isso, foi criado o Ministério do Trabalho, Turismo e Comércio (MTIC), o qual ficaria responsável por organizar os sindicatos em torno das normas e padrões estabelecidos. Desta forma, a postura do Estado em torno da questão sindical pode estar relacionada ao intuito de tentar imobilizar as atividades sindicais, assim como discute Claudinei Colleti em dissertação que discute a estrutura sindical no campo:

Na década de 1930, a partir da criação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio (Decreto n.º 19433, de 26/11/1930) e da promulgação da chamada ‘Lei de sindicalização’ (Decreto-Lei n.º 19770 de 19/03/1931) teve início o funcionamento da estrutura sindical oficial brasileira, cuja principal característica seria o atrelamento e subordinação das organizações trabalhistas ao aparelho do Estado com o objetivo de controlá-las e de amortecer a luta de classes¹¹⁸.

No entanto, mesmo diante das normas de organização, o reconhecimento dos sindicatos não foi algo conquistado rapidamente pelos trabalhadores. Ao contrário, de acordo com a construção historiográfica sobre sindicatos, os sujeitos resistiram ao governo atuando na ilegalidade, ou seja, não apresentavam na organização sindical, as determinações do Ministério do Trabalho. E partindo disso, é interessante pensar, que no século XXI, essas determinações permanecem, ou seja, o trabalhador rural e urbano precisa fazer parte de um determinado sindicato para que ele possa ter acesso às leis ou auxílios. Com isso, é possível pensar que o governo buscava promover concentração de sindicatos em torno das leis elaboradas sem a participação da classe trabalhadora, com o intuito de diminuir autonomia do movimento sindical.

Nas determinações de 1930, os trabalhadores urbanos e rurais foram tratados diferentemente com aprovação da Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) de 1942, não cabendo aos rurais à formação de sindicatos. Além disso, acordo com Silva, “desde 1943, os trabalhadores rurais haviam adquirido direito a salário mínimo, férias anuais pagas e aviso prévio, pela CLT, mas estes direitos permaneceram letra morta”.¹¹⁹ Porém, isso não significa que as denúncias e reivindicações dos trabalhadores rurais não permaneciam. Os

¹¹⁸ COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo**: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Unicamp. São Paulo, 1996. (Página 35).

¹¹⁹ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século XXI**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999. pág.64.

debates sobre a organização rural perpassaram as décadas de 50 e somente em 1963, é possível evidenciar a legislação que permitia a organização de sindicatos que não fossem mistos.

No entanto, a falta de legislação ou representatividade por parte do estado não significou ausência de organizações rurais no campo. Assim, os trabalhadores rurais tiveram na trajetória de organização a atuação do Partido Comunista Brasileiro, que contribuíram para a organização dos trabalhadores urbanos e também para a questão rural. De acordo com Leila de Menezes Stein e Carolina Ramos¹²⁰, o sindicalismo rural no Brasil, tem suas primeiras organizações e atuações por intermédio das primeiras conferências e reuniões de trabalhadores do meio rural a partir dos anos de 1950 com a União dos Trabalhadores e Lavradores da Agricultura no Brasil (ULTAB) e Ligas Camponesas do Nordeste que datam o ano de 1954.¹²¹ Além disso, no ano de 1960 no Rio Grande do Sul surgiu o Movimento dos Agricultores Sem Terra (MASTER). Posteriormente a isso, outras organizações passam aglutinar interesses e posturas políticas para a organização dos trabalhadores rurais.

Diante dos apontamentos, é possível identificar que regularização trabalhista do meio urbano adquiriu díspares proporções em comparação com o meio rural, o que permite problematizar os fatores que desencadearam desiguais atuações do governo. Diante da questão, leituras e análises na dissertação de Ramos permitiu evidenciar que o motivo:

“[...] deve-se muito as pressões de frações da classe dominante agrária junto às agências da sociedade política responsáveis pela formulação da legislação sindical, bem como à existência de variadas propostas de organização para o meio rural emanadas de distintas entidades representativas da classe patronal agrícola¹²².”

Portanto, é possível observar que a classe patronal desacelerou a formulação e aprovação das leis que viessem atender o meio rural, isso, pois, os interesses patronais não são representativos e voltados a atender os objetivos dos trabalhadores rurais. Assim, a criação do ETR faz pensar nas medidas intervencionistas da classe patronal em aprovar e elaborar leis aos trabalhadores a partir do interesse dos patrões, ou seja, projetos em disputa. Ainda sobre a legislação trabalhista no meio rural, Moreira discute em seu relatório de pós-doutorado, que o Estatuto do Trabalhador Rural foi aprovado em 1963,

¹²⁰ RAMOS, Carolina. **Capital e trabalho no Sindicalismo rural Brasileiro**: uma análise sobre a CNA e sobre a Contag (1964-1985). Rio de Janeiro. 2011. (Página 30).

¹²¹STEIN, Leila de Menezes. **A construção de sindicatos de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)**. Capinas. SP: (s.n) 1997. pág.07.

¹²² RAMOS, Carolina. **Capital e trabalho no Sindicalismo rural Brasileiro**: uma análise sobre a CNA e sobre a Contag (1964-1985). Rio de Janeiro. 2011, pág.31

Lei n. 4.214, de 2 de março de 1963, revogado com a Lei 5889, de 8 de junho de 1973. De acordo com Moreira:

Com a reformulação do Estatuto do Trabalhador Rural pelo governo civil e militar tornou possível precarizar ainda mais as relações de trabalho no campo, pois possibilitou os contratos temporários de trabalho, associado às transformações na base técnica e da sazonalidade da produção agrícola, que necessitava de pouca mão de obra permanente. Contudo, a legislação reconheceu os direitos trabalhistas dos trabalhadores rurais, como férias remuneradas, décimo terceiro salário, horas extras, moradia, saúde, repouso semanal, estabilidade no emprego depois de 10 anos, entre outros direitos, e constituiu a base para as reclamações trabalhistas na Justiça do Trabalho. A igualdade de direitos entre os trabalhadores rurais e urbanos ocorreu apenas com a Constituição Federal de 1988¹²³.

Dialogando com os apontamentos de Moreira, alguns dos sujeitos entrevistados como dona Orlandina, Ivanir e Maria narram a trajetória de injustiças mesmo depois da aprovação e reformulação do ETR, o que pode ter contribuído para a organização dos trabalhadores rurais em torno de sindicatos, para que os direitos transcritos no ETR fossem de fato aplicados, beneficiando o trabalhador rural nas diferentes condições e relações de trabalho. No entanto, de acordo com Silva, o ETR em suas entrelinhas, não garantiu o cumprimento dos direitos adquiridos com o estatuto, ou seja:

“Na verdade, todos os direitos transformavam-se em não direitos, mediante o processo de expropriação, legitimado pela lei. Esse deslocamento só foi possível na medida em que a própria lei continha os germes de exclusão destes trabalhadores dos direitos, por meio da produção dos volantes. Estes, ao se transformarem em força de trabalho dotada de um equivalente geral, passaram, em contrapartida, a ter suas particularidades e individualidades reduzidas a um denominador comum, ou seja, todos eram livres para vender a força de trabalho sem as amarras anteriores, e iguais. Liberdade e igualdade eram os dois pressupostos básicos deste processo, assegurados pela lei¹²⁴.”

Assim Silva, discute a expropriação e injustiças sociais no campo no município de Ribeirão Preto, São Paulo, entre os anos de 1987 à 1990, o que problematiza a ideia de que no meio rural, as relações de injustiças e perseguições deixaram de acontecer. Portanto, a construção do imaginário de que o ETR contribuiria para sanear as desigualdades no campo, trazendo consigo a Reforma Agrária foram estratégias políticas para legitimar a desestruturação da classe dos trabalhadores rural.

Trazendo a discussão para pensar Matelândia, as atividades de constituição do STR iniciaram propriamente em 1970, no entanto, a carta sindical foi outorgada em 1973, ou

¹²³ MOREIRA, Vagner José. **História da avicultura no Oeste do Paraná: trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013)**. Grifo rodapé, pág.10.

¹²⁴ SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do fim do século XXI**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999, pág. 77.

seja, o Ministério do trabalho aprova o Estatuto e o funcionamento do STR. Assim, de acordo com Arilson da Silva Favareto, “o sindicalismo, assim como qualquer movimento social, tem sua razão de ser na existência de um determinado conflito, o que o dota de sentido e que está em sua raiz, em sua base, no caso do sindicalismo, o conflito social em torno do trabalho”¹²⁵. Nesse sentido, o sindicalismo rural tem como base e existência, as desigualdades trabalhistas e as consequências dos atritos entre os interesses de patrão e trabalhador rural. Mas em Matelândia qual era conflito?

Com relação aos sujeitos que estiveram envolvidos na luta pelo movimento sindical em Matelândia, identifiquei que parte dos entrevistados para a pesquisa se tornaram pequenos proprietários de terra. No entanto, os sujeitos que possuíam propriedades de terra (recorrentemente consideradas como pequenas propriedades), narravam a vida deles evidenciando a trajetória como trabalhadores rurais, independente da condição e das propriedades adquiridas. Mas, é possível denominar trabalhador rural como proprietário rural? Essa questão se tornou evidente quando pesquisei qual o conceito legal e quais são as atividades desenvolvidas por um trabalhador rural. Portanto, trabalhador rural é:

Art. 2º Trabalhador rural para os efeitos desta é toda pessoa física que presta serviços a empregador rural, em propriedade rural ou prédio rústico, mediante salário pago em dinheiro ou "in natura", ou parte "in natura" e parte em dinheiro.¹²⁶

Assim, é possível analisar que o trabalhador rural é o sujeito que presta serviço ao patrão no meio rural, para receber alguma quantidade pelo trabalho. No entanto, o historiador Welch, na obra “As sementes foram plantadas”, problematiza a construção histórica do termo trabalhador rural por meio da atuação do Partido Comunista Brasileiro, que vincula o termo camponês para denominar e até mesmo amenizar as diferenças na classe. De acordo com Welch:

Dos anos de 1920 até os anos de 1950, o PCB usou a palavra camponês como um termo genérico para tentar construir uma identidade central entre os trabalhadores do campo. O termo, bem como a categoria social, entrou na língua portuguesa em 1794. [...]. No Brasil, foi principalmente usada no discurso político para significar não somente pequenos proprietários de terra, mas todas as categorias de trabalhadores agrícolas, incluindo assalariados, arrendatários, migrantes e trabalhadores contratados. Contudo, nos anos de 1950, o PCB passou a falar sobre trabalhadores agrícolas e lavradores, fazendo distinção entre os

¹²⁵ FAVARETO, Arilson da Silva. **Agricultores, trabalhadores-** Estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT. Campinas. 2001, pág.29.

¹²⁶ Lei nº 4.214 - de 2 de março de 1963- <http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/42/1963/4214.htm>- acesso no dia 17-01-2018.

assalariados e os agricultores familiares. Nos anos de 1960, o termo trabalhador rural passou a substituir camponês como um termo genérico. Essa transição lexical foi incorporada nas entidades organizacionais que marcaram a fundação oficial do movimento, os sindicatos de trabalhadores rurais, os quais ganharam sanção estatutária de representação de todas as categorias de trabalhadores rurais, incluindo os assalariados e agricultores familiares, a partir de 1961¹²⁷.

Dialogando com a contribuição de Welch, foi possível perceber durante as entrevistas, que os sujeitos narravam às trajetórias de vida e de trabalho como trabalhadores rurais, independentemente se adquiriram propriedades, incluindo então, arrendatário, meeiro, parceiro e assalariado. Assim, alguns apontamentos levaram a identificar o sentimento de pertencer ao grupo não somente pelo esforço físico, mas também por legitimar o discurso e direitos em ser considerado trabalhador e não proprietário de muitas terras. Assim, uns lutaram em Matelândia para sobreviver, sustentar a família, legitimar o registro das terras e até mesmo ampliar as propriedades.

Em Matelândia, os interesses heterogêneos, foram unificados no STR. Inicialmente, o projeto sindical em Matelândia não evidenciou e privilegiou as diferenças. Com relação a isso, o entrevistado Miguel, em sua narrativa evidencia a condição de trabalho dele como sendo de trabalhador rural. De acordo com ele:

Karine: O senhor foi de família de agricultores?

Miguel: Sim de agricultores. Me criei na roça. E a minha profissão era trabalhador rural. Eu tinha uma propriedade no Rio Xaxim, e depois de um tempo eu vendi e fiquei mais em função do sindicato. Mais tarde eu comprei uma chácara aqui no Barreirão. Mas era uma propriedade muito pequena e para plantar eu precisava ter técnica e eu já tinha perdido essa noção da agricultura e de como trabalhar. Não acompanhei a evolução da agricultura. E quem não acompanhou a evolução ficou pra trás e teve que vender a terra. Quem não mecanizava e não modernizava, ficava pra trás por que não dava de sobreviver.¹²⁸

A partir da narrativa de Miguel, é possível analisar a trajetória de vida na atividade agrícola como pequeno proprietário de terra, em média 3 alqueires. No entanto, é possível perceber que independente da constituição e condição de pequeno proprietário, o sujeito do meio rural, analisa sua condição de vida e trabalho. Assim, para o entrevistado, proprietário é o sujeito com mais que 10 alqueires, com fazendas e maquinários agrícolas. E já para o sujeito que não possui terra, 3 alqueires já representa um proprietário. No entanto, nas alterações feitas no ETR no ano de 25 de maio de 1971, no Artigo 3º, trabalhador rural era quem:

¹²⁷ WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada:** as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010, pág.28.

¹²⁸ Entrevista realizada com Miguel no dia 12 de junho de 2008 na residência do entrevistado.

§ 1º Considera-se trabalhador rural, para os efeitos desta Lei Complementar:

- a) a pessoa física que presta serviços de natureza rural a empregador, mediante remuneração de qualquer espécie.
- b) o produtor, proprietário ou não, que sem empregado, trabalhe na atividade rural, individualmente ou em regime de economia familiar, assim entendido o trabalho dos membros da família indispensável à própria subsistência e exercido em condições de mutua dependência e colaboração.¹²⁹

Assim, podemos observar que a mudança no ETR, passa a classificar o pequeno proprietário como trabalhador rural¹³⁰. Além disso, o conceito trabalhador rural está vinculado às informações trazidas na memória do sujeito, bem como os valores adquiridos na trajetória de cada um. Mas é importante ressaltar que STR aglutinou diferentes condições de trabalho rural e interesses em torno de questões comuns.

Além disso, na entrevista, Miguel faz uma avaliação das mudanças no modo de produção do campo, bem como as técnicas de plantio. O processo narrado por Miguel é a mecanização do campo no Paraná, o que contribuiu para a saída de pequenos proprietários do campo para morar na cidade ou até mesmo tornaram empregados de grandes proprietários de terra. A transformação das relações de trabalho no campo e o modo de produção desencadeou a descontinuidade de sujeitos na atividade agrícola, pois não é uma “evolução” coletiva, e sim, uma marginalização do trabalhador e favorecimento do agronegócio.

Outro fator importante está vinculado à organização dos sujeitos do meio rural, compartilhando diferentes relações de trabalho no campo. A composição sindical no meio rural, de forma geral no Paraná, perpassou por grupos de assalariados agrícolas, posseiros, parceiros, arrendatários e pequenos proprietários, o que nos leva a pensar em uma direção e representação sindical heterogênea e diversificada assim como a base sindical. Com relação à questão, Silva afirma que, “desde sua criação, o sindicalismo rural do Paraná tinha como marca distintiva um corpo de associados heterogêneo sob uma diretoria mais ou menos homogênea de pequenos proprietários de terra. (...). Quadro aliás que se repete e se acentua continuamente até hoje”.¹³¹

¹²⁹Lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971-
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/LCP/Lcp11.htm#art23 – acesso dia 17-11-2018.

¹³⁰ Em Matelândia, o sujeito para fazer parte do STR pode ter no máximo 4 módulos fiscais, com 18 hectares cada módulo, então até 72 hectares de terra. E o sujeito que contrata trabalhadores legalmente com carteira assinada, já não é mais pertence mais ao STR, tendo que se associar no Sindicato Patronal. Assim o STR de Matelândia reforça a permanência das famílias no trabalho e no campo.

¹³¹SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Paraná**. Curitiba. Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006, pág.137.

Além disso, Silva denomina como sendo uma estratégia aglutinar diferentes grupos do meio rural, considerando que nas décadas de 40, 50 e 60, os “dispositivos de legislação sindical excluía os lavradores e trabalhadores rurais, os comunistas adotaram uma fórmula de enquadramento desses grupos sociais suficientes, flexíveis e simples a ser construída¹³²”. Portanto, é possível pensar que os sindicatos constituídos sobre a tutela do governo a partir das décadas de 60, estiveram atrelados a solucionar insatisfações coletivas e pontuais, deixando de ser uma instituição de combate e luta para se transformação em uma instituição de apoio e assistência médica, jurídica, escolar, odontológica. Diante disso, o Partido Comunista inicia a política de união dos excluídos e marginalizados pela lei.

Em 1963, com a criação do Estatuto do Trabalhador Rural, os sujeitos que compunham as diversas relações no campo, passam a serem assistidos por lei. Assim, o ETR atuou na organização e articulação legislativa dos trabalhadores do meio rural, auxiliando na criação de sindicatos que apresentavam trajetória de acordo com o interesse do governo, como forma de promover a ordem no meio rural. De acordo com Silva¹³³, de forma geral, os sindicatos criados a partir de 1960, possuíam as seguintes características: Paternalismo estatal, controle político do estado, por meio da cobrança de impostos sindicais, o que fortalece o governo em não retirar essa cobrança pelos benefícios que recebe reconhecimento do STR por meio do Ministério do Trabalho, fiscalização na doutrina sindical implantada.

De acordo do o ETR, o sindicato estava designado ao cumprimento das seguintes obrigações de acordo com o artigo 116:

- “Art. 116. São deveres dos sindicatos:
- a) colaborar com os produtos públicos no desenvolvimento da solidariedade social;
 - b) manter serviços de assistência para seus associados;
 - c) promover a conciliação nos dissídios de trabalho;
 - d) promover a criação de cooperativas para as classes representadas;
 - e) fundar e manter escolas de alfabetização e pré-vocacionais.”¹³⁴

Desta forma, procurei investigar quais as pautas e objetivos que norteavam a fundação do STR de Matelândia, levando em consideração a descrição do ETR artigo 116. Para tanto, procurei materiais sobre as primeiras reuniões ou discussões que estivessem atreladas a fundação do sindicato no município de Matelândia, com o intuito de identificar

¹³² Ibid., p. 105.

¹³³ SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Paraná**. Curitiba. Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006,pág.184.

¹³⁴ http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1950-1969/L4214.htm - ETR de 1964 – acesso dia 27 de setembro de 2017.

as características e demandas da atuação do STR do município. De início, encontrei dificuldades, pois as atas ou documentos desse momento foram perdidos no incêndio que ocorreu no sindicato em 1995. Diante disso, optei em entrevistas os primeiros membros do sindicato e, assim, identificar informações que viessem contribuir para pensar o processo de organização dos trabalhadores rurais de Matelândia.

Com isso, durante algumas investigações que realizei em 2011, entrei em contato com o Senhor Miguel, hoje já falecido, e que na época da entrevista, estava com dificuldades de saúde. Com a entrevista marcada, procurei conversar com Miguel, que era visto por muitos entrevistados, como sendo quem iniciou o sindicato no município de Matelândia, o sujeito que convidou e instigou outros do meio rural a conhecerem e colaborarem com a criação da instituição.

No entanto, Miguel não organizou a fundação do STR de Matelândia sozinho, com a construção da dissertação outros sujeitos que até já faleceram estiveram juntos com Miguel, e outros como Dorinho, José, Emílio Arlindo, Alécio, Alfredo que foram citados e apresentados na dissertação, seguem como sócios e atuantes no STR.

Com relação a Miguel, um homem de 75 anos na época da entrevista, casado, nasceu no dia, 27 de abril de 1934, no município de Jaraguá do Sul, em Santa Catarina. Ao vir para Matelândia em 1963, Miguel trabalhou por 18 anos na agricultura, onde plantava soja, milho. Posteriormente, vendeu o sítio em Agrocafeeira e veio para o espaço urbano. Formou uma família com quatro filhos, Aparecida Maria, Maria de Fátima, Moacir Salvador e Antônio e a esposa dona Cida. Miguel permaneceu como presidente eleito no STR em Matelândia do período de 1973 até 1988.

Sobre o início da mobilização para a fundação do STR, durante a entrevista com Miguel, foi possível analisar as principais dificuldades iniciais de organizar o STR. De acordo com Miguel:

No começo foi difícil de encontrar apoio da comunidade. Porque sem apoio da comunidade a gente não consegue. Ai eu comecei a procurar apoio e fui falar com o vigário, o padre Vitoldo. E ai ele pesquisou, ficou uma hora, duas horas, dei um papel pra ele ler, sobre sindicato, que eu recebi lá de Cascavel, e que estava funcionando, e apontava as vantagens. E no final o padre Vitoldo disse: tem missa agora toda a semana, você pode ir comigo? Disse: eu posso. E fui. Então, todo o dia eu ia junto na missa e ele falava sobre a entidade, a pregação dele era sobre união dos trabalhadores. E no final ele me apresentou. Ai a gente terminou o rodízio, e ai ele disse agora eu vou para Toledo, lá tem um padre que é só para isso, se chama padre Weber, ai ele trouxe o padre Weber, o padre Weber ficou mais de uma semana aqui. Aí nos percorremos todo o município, o município era grande, Diamante, Vera Cruz, ai depois agente já avisou: Domingo todos no pavilhão da igreja, aonde o povo se reuniu. Recebi um incentivo grande, aí consegui na

reunião 300 assinaturas, e eu não sabia que tinha uma quantia de assinaturas, aí tive que correr atrás, pela colônia. Aí encaminhei para a federação no ministério do trabalho¹³⁵.

A partir da narrativa de Miguel é possível identificar alguns elementos elencados pelo entrevistado como sendo dificuldades, ou seja, a falta de apoio, ou até mesmo, a mobilização dos trabalhadores rurais para a fundação do sindicato, isso de certa forma, está relacionado ao desconhecimento sobre sindicato e até mesmo as ameaças do contexto narrado anterior a fundação do STR. Além disso, Miguel identifica que a construção do sindicato não deveria apenas partir da iniciativa, era preciso integrar a comunidade para o fortalecimento do movimento sindical. A narrativa de Miguel permite analisar a atuação de religiosos como o padre Vitoldo Kosichi, que morou em Matelândia nos anos de 1968 a 1972, e realizava as missas nas comunidades no período em que Miguel atuou na articulação do sindicato.

Outro elemento importante sobre a característica de Miguel é que além da proximidade com o padre Vitoldo, Miguel era ministro da eucaristia, no anos de 1970, o que contribuiu para obter apoio do padre Vitoldo¹³⁶ para as articulações das primeiras práticas do desenvolvimento do sindicato. Assim, de acordo com Miguel, a conscientização sobre o sindicato começou nas missas, pois ele acompanhava o padre, e após as cerimônias nas comunidades e até mesmo nos “sermões do padre”, era comentado sobre o sindicato e quando estariam acontecendo às reuniões para esclarecimento de dúvidas sobre como funcionava o sindicato. Portanto, inicialmente a mobilização para a fundação do STR esteve relacionada à atuação do Padre Vitoldo nas comunidades durante as missas e até mesmo nas festas das comunidades rurais.

Na entrevista, Miguel cita a presença de outro padre, o Aloísio Weber, que de acordo com Miguel, contribuiu para informar sobre organização no campo, instruindo os trabalhadores rurais sobre como organizar e constituir um sindicato. O padre Weber fez parte da organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, ou seja, de acordo com Flaviane Mônica Christ:

Com 86 anos, 55 deles como sacerdote, padre Aloísio José Weber, gaúcho de Venâncio Aires, (...) que atua em Foz do Iguaçu. Padre Aloísio vem de uma família com 10 filhos, sendo sete religiosos. “São três irmãs

¹³⁵ Entrevista realizada com o senhor Miguel no dia 12 de junho de 2008 na residência do entrevistado.

¹³⁶ Com relação ao padre Vitoldo, procurei informações sobre ele na Paróquia de Matelândia. De acordo com algumas narrativas, o padre era de origem polonesa, tipo bonachão, músico, cantor. O povo gostava dele, e não deixava de reparar que ele andava sempre de botas e fumava cachimbo. E não sabia ficar nervoso. Tocava gaita nas festas das capelas, à tarde. O Padre veio para Matelândia em 1963 e permaneceu até 1972.

freiras, dois irmãos lassalistas – educadores em escolas religiosas – e dois padres, fora outros três sobrinhos que também são religiosos”.¹³⁷

O padre Aloísio Weber era responsável por atender os municípios que pertenciam à diocese de Toledo. Os municípios de Matelândia, São Miguel do Iguaçu, faziam parte do grupo. Somente em 1978, Foz do Iguaçu e Cascavel se tornaram diocese, e assim, Matelândia pertencente à diocese de Foz do Iguaçu.

No que se refere à atuação sindical, o padre Weber não tinha por interesse resolver as denúncias de exploração do trabalho no meio rural, ou seja, “era muito mais uma tentativa de dar continuidade, sem sobressaltos, ao modo de vida dos trabalhadores garantindo sua religiosidade”.¹³⁸ Diante disso, o interesse com a orientação era enfatizar a influência cristã nas atividades do campo e sociais, com o intuito de manter a ordem e também os fiéis.

Com relação à presença e atuação do padre Weber em Matelândia, os entrevistados, senhora Elza e o Senhor Alfredo, casal de moradores de Matelândia, que desde a infância trabalharam na agricultura com seus pais, narram a atuação de Weber. Este casal sempre viveu da agricultura e hoje devido à idade arrendaram as terras, mas ainda moram no campo. Elza nasceu no dia 5 de janeiro de 1944, na roça e foi criada no Município de Jaraguá do Sul, distrito de Irineu Ramos. Começou a ir à escola com 7 anos, mas frequentou até o 4º ano do primário. Teve seis irmãos. O Senhor Alfredo, nasceu no ano de 1936 em Jaraguá do Sul. Tem 11 irmãos, sendo 1 mulher e 10 homens. Iniciou seus estudos com 9 anos e frequentou a escola até os 12. Logo após estudou no colégio Irmãos Maristas, em Curitiba, onde ficou 3 anos. Vieram para Matelândia no ano de 1970. Na narrativa de Elza é possível observar a presença de alguns elementos relacionados ao sindicato e a aproximação com a religião ou órgãos religiosos:

Elza: Nós chegamos em 70, e não morávamos aqui há muito tempo. Eu não sei dizer se era um ano, dois anos. Daí então teve uma reunião lá na paróquia, que aí o padre pegou os home e levou lá na casa paroquial, pra fazer a reunião ou pavilhão da igreja. E as mulheres da igreja com uma freira.

Karine: Olha só!

Elza: E lá começou, daí vieram de fundar o sindicato e não sei o que, não sei o que, lá com os homens e com as mulheres ela ensinou, assim, como que eu vou te dizer? A Economia doméstica.

Karine: A economia doméstica?

¹³⁷ CHRIST, Flaviane Mônica. **Memórias, projetos e lutas na formação histórica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu PR (1970-2009)**. Marechal Cândido Rondon. 2010, pág. 22.

¹³⁸ CHRIST, Flaviane Mônica. **Memórias, projetos e lutas na formação histórica do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu - PR (1970-2009)**. Marechal Cândido Rondon. 2010, pág.29.

Elza: É, assim, como você tem que fazer em casa, você nunca deve comprar mais do que você ganha, ela disse, sempre procurar sobrar um dinheirinho, pra precisar não comprar fiado, economizar tudo, ela disse "nada de alimentação por fora", assim, uma coisa, sabe? Aquilo me tocou. Depois daquilo nunca mais esvaziei bem a minha carteira (risos), ele também, o tempo que ele tinha, sempre, olha, a gente nunca tinha, deixa esse pra chamar o outro...

Karine: Quem convidou a senhora pra o encontro?

Elza: Eu acho que foi através do Miguel. Eu acho, não tô lembrando, eu sei que o negócio, a gente foi porque era lá na igreja, se fosse em outro lugar alí a gente não ia dar muita trela, né?

Karine: Por quê?

Elza: Porque a igreja representa uma coisa boa. Uma coisa séria.

Karine: E a freira não falava nada do sindicato pra você? Ela falava mais as coisas da casa?

Elza: É, pode ser que ela tenha tocado no assunto, mas aquilo não me marcou, sabe? O que me marcou foi assim...

Karine: O fato dela dizer como vocês tinham que se organizar em casa?

Elza: Isso, isso parece uma coisa que parece que não faz efeito, mas faz muito, se a gente leva a sério faz uma grande diferença.¹³⁹

Na entrevista de dona Elza é possível verificar a presença de elementos que reforçam a atuação da Igreja Católica na vida dos trabalhadores do meio rural em Matelândia. Assim, é possível verificar que o objetivo era organizar e criar um sindicato que contribuísse para garantir direitos com relação às situações de conflitos, compra e venda irregular de terras e acordos trabalhistas, como foi mencionado anteriormente. Além disso, a organização inicial do sindicato permite que dona Elza faça reflexões sobre a organização da família, no sentido de saber administrar os ganhos e as atividades, a fim de evitar passar dificuldades. Com relação a isso, Silva aponta que “para as senhoras e as moças, propunham-se conferências especiais sobre educação familiar, higiene e a saúde do lar”.¹⁴⁰ Outro fator relevante na narrativa de dona Elza, está vinculado em acreditar nas atuações e pregações vinculadas apenas a igreja, ou seja, se fosse outra situação ou lugar, a narradora reforça na narrativa que não participaria.

Essa informação também é mencionada por Ricci quando discute o fato da Igreja Católica ter utilizado inúmeros recursos educativos no meio rural, enfatizando o fato dos trabalhadores rurais estarem fora do padrão de produção para o mercado e dar ênfase a unidade familiar. Outra informação relevante com relação a isso se refere ao fato do incentivo da Igreja a formação das comunidades rurais, ou seja, por meio desse tipo de associação seria possível se integrar ao desenvolvimento econômico, promovendo o

¹³⁹ Entrevista realizada com a senhora Elza e o senhor Alfredo no dia 01 de setembro de 2016 na residência dos entrevistados.

¹⁴⁰ SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz:** comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Paraná. Curitiba. Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006, pág. 237.

emprego de novas técnicas de organização do trabalho rural, valorizando a organização familiar e negando os demais grupos. Portanto, de acordo com Ricci:

É importante notar que esta prática apoiava-se numa concepção que objetivava o desenvolvimento capitalista da agricultura. A referência desta prática foi o trabalho nas comunidades rurais, daí a origem da sua promoção permanente como unidade de organização dos trabalhadores naquele período¹⁴¹.

A unidade de organização dos trabalhadores rurais de Matelândia esteve vinculada a outra característica importante de Miguel, ou seja, a atuação na Igreja Católica como Ministro da Eucaristia, o que contribuiu possivelmente, para lhe conferir autoridade religiosa - católica, em um contexto cercado de conflitos, mortes e medo. De acordo com o sr. Alfredo e dona Elza:

Karine: E vocês tinham contato com essa ideia de sindicato antes de chegaram em Matelândia? Ou vocês não conheciam...

Elza: Não, não conhecia.

Karine: E quando vocês começaram a ouvir falar vocês acharam que seria uma boa ideia? O que pensaram do negócio do Sindicato.

Elza: Como foi um padre e veio e falou, aquilo deu pra gente já ficar confiando, né? O Miguel, ele também é de Jaraguá do Sul, a gente não conhecia ele lá, mas logo que chegou aqui ficou conhecendo eles, daí a gente ficou conhecendo eles, uma família muito direita, muito correta.

Alfredo: Católico.

Elza: Isso¹⁴².

De acordo com a entrevista com Elza e Alfredo, a figura de uma pessoa religiosa no movimento sindical de Matelândia, foi muito importante e até mesmo decisiva na articulação do Miguel. O fato de Miguel apresentar “boa conduta” socialmente, fazia com que as ideias dele fossem aceitas e interpretadas como não sendo uma farsa ou um golpe. Por se tratar de um assunto novo na vida dos dois, é comum que tivessem “receio” ou até mesmo desconfianças sobre sindicato. Desta forma, é possível identificar que as dúvidas são articuladas a partir de experiências vividas pelas pessoas, nesse caso por Alfredo e Elza.

No entanto, não foram apenas a senhora Elza e o senhor Alfredo que destacaram a característica da religiosidade de Miguel durante a fundação do Sindicato. Para Alécio, “Miguel era uma pessoa, que não sei. Aquilo nem parecia uma gente, pra mim, ele era uma pessoa assim, carismática, eu sempre gostei do seu Miguel, não sei porque, religioso,

¹⁴¹RICCI, Rudá, **Terra de ninguém**: representação sindical rural no Brasil. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.229p. pág.56.

¹⁴²Entrevista realizada com Elza e Alfredo no dia 19 de julho de 2016 na residência dos entrevistados.

calmo, e tinha muito conhecimento”¹⁴³. Da mesma forma que Alécio estabelece dúvida sobre as características de Miguel, o entrevistado dialoga com as diferenças e afinidades que contribuíram para que construísse a imagem de Miguel como um bom homem e um sujeito com conhecimento sobre sindicato. Assim como dona Elza e os senhores Alfredo e Alécio, Miguel é lembrado pelos entrevistados como um sujeito religioso e carismático, que amparado pelos princípios religiosos, buscou estabelecer parâmetros e concepções para a fundação do sindicato da mesma forma que contribuiu para a seleção dos sujeitos que fariam parte do STR.

Além disso, em entrevista com Aparecida, identifiquei que seu pai Miguel, além de ser ministro da igreja católica, fazia parte da Congregação Mariana¹⁴⁴ em Matelândia o que reforçava a vinculação dele com a igreja, auferindo-lhe uma autoridade moral. Aparecida, moradora de Foz do Iguaçu, trabalha como enfermeira chefe no Hospital Costa e Silva, profissão que considerava ter seguido em decorrência da atuação do pai, Miguel.

Desta forma, a partir das narrativas de Miguel, Alfredo, Alécio e Elza, a postura religiosa fortalecida no meio rural em Matelândia, esteve atrelada a outros fatores vinculados a movimentos rurais no Paraná. Assim, no Oeste do Paraná, como em outros estados, a igreja por meio dos padres, atuou em atividades com característica sindical e social, buscando estar organizando e até mesmo trazendo direcionamentos em regiões de conflitos por terra como aconteceu em Matelândia, em áreas que compreendem Ramilândia, Vila esmeralda. No entanto, a igreja se propunha organizar e levar às comunidades, ensinamentos sindicais e até mesmo de organização familiar, pois a mesma era favorável ao desenvolvimento da agricultura baseada na família rural.

No entanto, a luta pela organização dos trabalhadores rurais no campo a partir das décadas de 60, estava muito além de lutar contra o comunismo, ou seja, a instituição buscava aumentar o número de católicos. E com partidos voltados a ideias comunistas, a Igreja percebe o conservadorismo e liderança questionada, passando então, de acordo com Silva, “no lugar de simplesmente condenar as organizações “vermelhas”, os ou católicos,

¹⁴³ Entrevista realizada com o senhor Alécio no dia 20 de agosto de 2017 na residência do entrevistado.

¹⁴⁴ Sobre a questão Mariana, Silva faz alguns apontamentos que contribuem para pensar sobre outros líderes sindicais, líderes e participantes da Congregação Mariana. De acordo com Silva: O segundo grupo de militantes da Frente Agrária Paranaense era composto, talvez sem exceção, pelos filhos de Maria, ou seja, pelos militantes marianos, no masculino, evidentemente. A Congregação Mariana era um movimento da Igreja, reunindo os leigos para que eles recebessem uma instrução mais profunda da religião. [...]. Os fiéis de Maria se consagravam à liturgia e aos afazeres paroquiais. [...]. A maioria desses filhos de Maria eram jovens lavradores, colonos e mais particularmente, sitiantes.

decidiram intervir mesmo no campo, isto é, criar eles mesmos o seu movimento social e seus organismos no meio rural”.¹⁴⁵

Desta forma, foram organizadas a Frente Agrária Paranaense, que tinha como objetivo, reivindicações voltadas à escola, auxílio saúde, maternidade, à infância, como também à modernização da agricultura, com políticas de preservação do solo e cursos de formação técnica avançada. Em seu discurso, a instituição Igreja Católica defendia a Reforma Agrária de forma “diferente: autêntica, justa e inteligente, dentro do modelo cristão, respeitando as leis do país e baseada nas normas da justiça”.¹⁴⁶

Portanto, assim como a igreja católica, Miguel enfatizou a ordem e cumprimento das normas do governo. Com isso, a postura de Miguel com relação à vinculação a Igreja, contribuiu para que o STR de Matelândia adquirisse também, conduta representativa de apaziguamento das relações desiguais apontadas no primeiro capítulo, por meio de auxílios médicos e de advogados, pois, de acordo com sua filha Aparecida, Miguel era contrário ao sindicalismo que destruía e causava tumultos, sindicalismo combatente:

Aparecida: Que é bem diferente do sindicato de hoje, não é o sindicalismo de hoje, como o que se têm do pessoal dos metalúrgico que têm uma visão político partidário, de quebrar tudo. Meu pai tinha uma visão de assistência para as pessoas que precisavam entendeu? [...]. Tinha o direito à assistência jurídica, por que tinha muita gente que trabalhava na terra dos outros e daí era um, as pessoas tiravam tudo, deixava meio prisioneiros né? Principalmente ali na região da fazenda Padroeira, ficava meio prisioneiro, elas trabalhavam, trabalhavam e tinha que vender tudo pro patrão, e estavam sempre devendo e ficavam meio que prisioneiro né? Com isso ele teve muita ameaças de morte. Então ele dedicou a vida dele com a visão da assistência, dos benefícios para as pessoas que precisavam e não tinham aonde recorrer, que as vezes tinham que vender as terras.

Diante da narrativa de Aparecida, a postura de Miguel, era proporcionar assistência médica e até mesmo jurídica, aos sujeitos que necessitassem. No entanto, era a postura assistencialista que de acordo com Silva, a Igreja Católica defendia nas atividades voltadas aos trabalhadores rurais, sem manifestações, passeatas entre outras formas de reivindicação. Desta forma, o fato de Miguel reprovar a atuação oposta postura religiosa pode estar vinculado ao medo¹⁴⁷ e pelas políticas de perseguição e enfraquecimento do partido. Assim, é possível identificar a atuação da Igreja Católica influenciando na criação do Sindicato de Matelândia. Além disso, a posição de Miguel de acordo com Aparecida,

¹⁴⁵ SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz:** comunistas e católicos n história do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Paraná. Curitiba. Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006, pág.219.

¹⁴⁶ Ibid.p.232.

¹⁴⁷ Com relação a isso, lembro-me das narrativas da minha avó em dizer que as coisas que fazia de errado, ou que ela não concordasse era um “comunismo”.

não estava vinculada a questão partidária, o que de fato é uma postura da Igreja Católica com relação à presença das ideologias e condutas do Partido Comunista no Paraná.

Em oposição ao sindicalismo católico, o sindicalismo que o Partido Comunista Brasileiro defendia, tinha por objetivo garantir direitos aos trabalhadores, não apenas os determinados pelo governo, mas também, as reivindicações sociais do meio rural. Investigando a articulação de partidos, foi possível perceber atuação do PCB em inúmeros movimentos da história do Brasil em contradição ao governo, sendo duramente atacado a partir das práticas repressora e normativa. De acordo com Silva:

No entanto o golpe militar de 1º de abril de 1964, bloqueou todos os planos comunistas de desenvolvimento no Brasil. Além disso, o PCB acusa o governo de ter aumentado a pressão e repressão sobre os grupos do meio rural e passa a intervir na fundação e oficialização dos sindicatos que passam a se constituir no decorrer do período militar¹⁴⁸.

Além disso, vale ressaltar que anteriormente ao período militar, o PCB, atuava no meio rural no Paraná, como por exemplo, na Revolta de Porecatu como cita Silva:

A revolta de Porecatu ocorreu de 1944 até 1951, é o resultado das afrontas e interesses envolvendo as forças policiais dos estados do Paraná e de São Paulo que apoiavam jagunços, fazendeiros e grileiros em oposição aos posseiros e militantes do PCB. O principal motivo da revolta estava relacionado ao fato do estado do Paraná ter doado grandes áreas de terras para os fazendeiros e que já estavam sendo ocupadas pelos posseiros. No entanto, legalmente, ter a posse não significa ser dono da propriedade, porém, neste caso, os fazendeiros receberam doação do governo, ou seja, também não eram proprietários. Com relação ao local do conflito, Silva destaca os perímetros de Jaquapitã, Guaraci, Centenário do Sul e o centro da revolta, Porecatu¹⁴⁹.

Assim como a revolta de Porecatu, Silva evidencia outros conflitos no Paraná que denunciam a irregularidade e violência no campo, como por exemplo, a Revolta de 1957, no sudoeste Paraná, quando as companhias passaram a vender terras que estavam sendo ocupadas pelos posseiros da região, em Francisco Beltrão¹⁵⁰. Ainda de acordo com Silva, O PCB não conseguiu promover enraizamento da sua ideologia e prática sindical. Desta forma “Porecatu ficou igualmente marcada como a primeira e única tentativa de guerrilha camponesa que foi levada a cabo no território nacional pelo Partido Comunista durante toda sua existência”.¹⁵¹ Assim, o PCB na região oeste do Paraná não se destacou como em

¹⁴⁸ SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz:** comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Paraná. Curitiba. Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006, pág.143.

¹⁴⁹ SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz:** comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Paraná. Curitiba. Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006, pág.51.

¹⁵⁰ Ibid., p.167.

¹⁵¹ Ibid., p. 115.

outras regiões, isso por que, analisando a trajetória do STR de Marechal Cândido Rondon, Toledo, Corbélia, Medianeira, São Miguel do Iguçu, foi possível identificar a presença da militância da Igreja Católica, por meio da atuação de padres e freiras no oeste do Paraná.

No mesmo período de organização de fundação do STR de Matelândia, identifiquei a organização e atuação dos trabalhadores rurais e proprietários de terra no oeste do Paraná, como Medianeira (1971), Matelândia (1973), São Miguel do Iguçu (1974), Corbélia (1973) na fundação de sindicatos, o que traz consigo não uma mera coincidência, ainda mais por se tratar de um período de práticas ditatoriais, grilagem, mortes, violência e doenças.

Outra questão importante trajetória de Miguel, é o discurso do FUNRURAL como sendo um fator muito importante para o trabalhador rural e que não funcionava até então em Matelândia. Tratava-se de uma contribuição - que continua a ser cobrada pelo governo em 2018 - que deveria retornar ao município e aos trabalhadores rurais em forma de benefícios, como por exemplo, ambulatórios e consultórios. Na entrevista, Miguel afirma que um dos fatores de promover o movimento em prol da criação do sindicato no município foi o FUNRURAL:

Miguel: O que eu mais fiquei empolgando não era só o direito do trabalhador, era que nós pagava o Funrural, e tinha convenio com o Hospital Nossa Senhora do Caravággio, e esse convenio não aparecia. Aí eu fui uma vez, fui duas fui três, fui um ano, para falar com o chefe da organização sindical, sobre esse convenio. Por que essa verba pra nossa região de Matelândia ela existia, como não existiu o sindicato ela ficava no governo. Ninguém reivindicava mais era dos agricultores, esse dinheiro porque era recolhido do FUNRURAL(...). Minha ideia era dar o direito ao trabalhador que eles tinham, não era só assistência, era o direito que eles tinham.¹⁵²

A partir da narrativa de Miguel é possível identificar que o não retorno da verba do FUNRURAL ao município representava um direito não reconhecido e disponibilizado ao trabalhador e não apenas a questão assistencialista. Mas para que Miguel garantisse o direito, ele narrou inúmeros enfrentamentos com os donos¹⁵³ do hospital que recebia o benefício e não repassava aos trabalhadores rurais, bem como o enfrentamento com os proprietários de terras que não aceitaram a fundação do STR. Além disso, Miguel identifica os direitos do trabalhador rural, incluindo os interesses dele.

Com relação ao FUNRURAL, refere-se ao Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural, criado no ano de 1971, no governo de Emilio Geisel Médici. De acordo com o Art.

¹⁵²Entrevista realizada com o senhor Miguel no dia 12 de junho de 2008 na residência do entrevistado.

¹⁵³ Foram 12 famílias ricas do período.

2º da lei complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, discute que o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural consistirá na prestação dos seguintes benefícios:¹⁵⁴

- I – aposentadoria por velhice;
- II – aposentadoria por invalidez;
- III – pensão;
- IV – auxílio-funeral;
- V – serviço de saúde;
- VI – serviço de social.

A arrecadação do FUNRURAL pelo governo, de certa forma, contribuiu para que o retorno da arrecadação estivesse assegurado nos atendimentos médicos. No entanto, o repasse da verba seria por intermédio dos STR, que até então, não havia sido fundado em Matelândia. Miguel evidencia o fato do FUNRURAL e os benefícios em torno dessa contribuição com o governo como sendo um direito do trabalhador rural, não cumprido ou exercido.

Assim, é possível vincular a trajetória de Miguel nas atividades religiosas e também, sociais. No entanto, para além da política assistencialista, a postura sindical de Miguel está vincula as necessidades, como por exemplo, a falta de atendimento médico gratuito as trabalhadores rurais que pagavam o FUNRURAL, como também, os trabalhadores injustiçados pela postura dos proprietários de terra em Matelândia.

Diante disso, conforme o tema discutido anteriormente sobre saúde em Matelândia é importante ressaltar que na cidade não havia um hospital para atender a população, com isso os moradores da cidade e do campo precisavam se deslocar para Cascavel ou Foz do Iguaçu para obter algum tipo de tratamento. Somente no ano de 1965, foi criado o primeiro hospital conhecido como Hospital Caravaggio. Porém, o atendimento médico era particular, pois o hospital pertencia a algumas famílias de Matelândia. A princípio, de acordo com Miguel, o convênio do FUNRURAL existia nesse hospital, porém, os trabalhadores do campo não tinham acesso ao benefício, ou seja, o hospital recebia e não repassava os descontos e atendimentos gratuitos aos trabalhadores rurais.

Mas além da necessidade dos trabalhadores rurais de Matelândia, a criação de hospitais por meio do FUNRURAL, era uma prática do governo regente nas décadas de 70, vincular sindicato à questão da saúde. Mas além dos auxílios saúde, outra bandeira do sindicalismo rural vinculado ao governo, nesse período, é a questão da aposentadoria dos trabalhadores rurais, bem como dos pequenos proprietários de terra. Com relação à prestação de serviços, Silva evidencia que:

¹⁵⁴http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm acessado dia 20-05-2017.

Desde seu nascimento, uma das atividades mais valorizadas pelo sindicalismo brasileiro sempre foi a prestação de serviços de vários tipos para os seus associados, entre os quais notadamente a assistência a saúde. Aliás, o assistencialismo, uma espécie de filantropia sindical, será a marca registrada dos sindicatos pós-1964. A falta de uma estrutura estatal de previdência social, a ausência de uma responsabilidade formal nesse sentido por parte do patronato, somados aos precários poder aquisitivo das populações do campo, implicaram um acesso difícil – quase impossível – às estruturas de saúde (médicos, hospitais e dentistas) para as populações rurais; a tal ponto que a extensão da previdência social para o pessoal da agricultura constituiu uma das primeiras reivindicações do recém-nascido sindicalismo agrícola. (...). Talvez nas intenções iniciais, essa não passasse de uma medida temporária, mas logo se mostrou uma excelente estratégia para envolver camponeses e assalariados rurais¹⁵⁵.

Sendo assim, o fato do sindicato de Matelândia ter se desenvolvido como sendo assistencialista está de certa forma, vinculado às necessidades da população, e também era um dos requisitos para o STR se tornar uma instituição reconhecida pelo Ministério do Trabalho, e não foi assim somente nesse município, mas também em São Miguel do Iguaçu. Mas, além disso, a questão da luta pelo FUNRURAL está extremamente interligada também, com as necessidades de Miguel e sua família. De acordo com Aparecida:

Aparecida: Minha mãe ficou na UTI muito tempo e o médico pediu pra avisar a família que ia desligar os aparelho e tal, e nesse período que meu pai veio pra preparar a família e ela voltou, mas foi nesse período que falaram pra ele, daí eles não tinham condições de pagar toda essa despesa, aí falaram que se ele era agricultor podia internar pelo FUNRURAL, se ele tinha sindicato, e daí, por que na época não era o SUS né? Era o FUNRURAL, por que a maioria das pessoas e depois veio INAMPS, maioria das pessoas tinham o FUNRURAL, por que a maioria das pessoas viviam no campo né? Depois que teve aquela onda migratória né? Do homem do campo pra cidade, e que se ele tivesse o sindicato do trabalhador rural, eu conseguia internar ela e pagar as despesas e ele não precisava arcar com aquelas despesas, eu acredito que conversando com as pessoas que estavam ali internadas e também o pessoal do hospital vendo que eles não tinha condições, deve ter falado "O senhor é agricultor? Então vai lá no sindicato." Cascavel já tinha o sindicato do trabalhador rural e eu lembro que ele foi no sindicato do trabalhador, não sei se na época ele chegou à associar porque era muito longe, mas ali ele recebeu todas as informações e eles fez uma promessa. Que se minha mãe, Deus salvasse a minha mãe, então ele ia se dedicar pra ajudar as outras pessoas, ver como que fazia pra trazer esse sindicato pra Matelândia pras pessoas ter também essas assistência que ele teve né? Então foi nesse momento graças a enfermidade da minha mãe que ele adquiriu o conhecimento do que era sindicato né?¹⁵⁶

¹⁵⁵ SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz:** comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Paraná. Curitiba. Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006, pág.141.

¹⁵⁶ Entrevista realizada com Aparecida no dia 08 junho de 2018 na residência da entrevistada.

De acordo com Aparecida, Miguel foi orientando no hospital em Cascavel, no ano de 1969, a procurar o recurso do FUNRURAL, que arcaria com as despesas médicas de sua esposa. Miguel procurou o STR de Cascavel, o que possibilitou que estivesse em contato com o movimento sindical no meio rural. Segundo Aparecida, seu pai fez uma promessa, o que contribuiu para que Miguel buscasse auxílio a outros que precisassem dos atendimentos médicos. E com isso, procurou o padre Vitoldo em busca de orientação e auxílio em como proceder na constituição do STR.

Além de Miguel, Alécio, Emílio, o sr. Arlindo, com 85 anos, morador de Matelândia, participou do movimento de mobilização dos trabalhadores rurais para a criação do STR de Matelândia. Durante a entrevista, o sujeito se emocionou ao narrar a trajetória de vida dele durante o período em que participou na diretoria do STR, ocupando cargos de vice-presidente, presidente, conselheiro fiscal. De acordo com Arlindo, além do apoio dos padres, foi importante o contato com outros STR que estavam sendo organizados no período, “De sindicato na época, eu mesmo num intindia muito o que era sindicato. Mas daí começamô vê e daí nos fomo procurando onde já existia sindicato. Aí tinha Toledo, tinha de Corbélia, o de Cascavel”¹⁵⁷. Diante da narrativa de Arlindo, é possível analisar que as dificuldades se fizeram presentes, e mesmo sem compreender, identificavam ser uma necessidade do trabalhador rural, como eles.

Após investigações e tentativas de encontrar as atas sobre a fundação do Sindicato dos trabalhadores rurais de Matelândia, a filha de Miguel, encontrou uma xérox de algumas atas, guardas num baú, que armazena informações sobre a vida de Miguel e seu trabalho no sindicato juntamente com outros sujeitos. Na ata, a primeira reunião para a fundação do STR ocorreu em 17 de outubro de 1971, no pavilhão da Igreja Católica Matriz, com a presença de 261 titulados na ata como trabalhadores rurais, do município de Matelândia. Além disso, na ata consta que fizeram parte da mesa de honra o Padre Vitoldo Kosicki, citado por Miguel e Aparecida durante a entrevista.

De acordo com a ata, a convocação dos trabalhadores para a reunião de fundação do sindicato aconteceu por meio de panfletos espalhados pela cidade, prefeitura e pela rádio local. Durante a reunião, na ata consta que foram discutidos algumas vantagens dos trabalhadores com a fundação do STR, não apresentando na ata quais benefícios os trabalhadores ao apoiarem a ideia de criação do sindicato, que ocorreu de forma unanime. Em seguida, foram tratados assuntos relacionados ao estatuto dos trabalhadores rurais, que de acordo com a ata “obedeceriam ao modelo recomendado pelo Ministério do Trabalho e

¹⁵⁷ Entrevista com o senhor Arlindo no dia 24 de setembro de 2016 na residência do entrevistado.

Previdência Social”¹⁵⁸. De acordo com a ata, foi realizada a leitura e discussão de todos os artigos do estatuto, sendo aprovado na íntegra. No estatuto dos trabalhadores rurais de Matelândia, identifiquei no artigo 1º que o Sindicato dos trabalhadores rurais de Matelândia:

“É constituído par fins de coordenação, proteção e representação legal da categoria, profissional trabalhadores rurais, assim compreendidos, os que exerçam atividades rurais como assalariados permanentes e temporários na agricultura, pecuária e similares na produção rural, bem como os pequenos proprietários ou não, que exerçam atividades rurais, individualmente em regime familiar.”¹⁵⁹

Diante do Artigo 1º é possível identificar que o STR de Matelândia tinha por objetivos promover o atendimento sindical para diferentes sujeitos em contato com o trabalho agrícola, ou seja, a atuação do Estado na elaboração do estatuto contribuiu para a aglomeração de diferentes interesses em torno da instituição. No entanto, para ser sócio era necessário ser um sujeito idôneo, ou seja, honesto, confiável, sem crimes.

Durante a reunião de fundação, foi discutido também, qual seria o valor da contribuição sindical dos trabalhadores e quais seriam os membros que estariam nos cargos de presidente, tesoureiro, secretário, conselho fiscal. A votação ocorreu de forma individual por meio de cédulas e foi secreta, sendo o trabalhador responsável em votar no candidato da sua preferência. Com a votação, Miguel foi aclamado como presidente provisório, no entanto, na ata não cita a quantidade de votos e a presença de outros candidatos ao cargo de presidente do STR. Diante da leitura da ata, foi possível perceber que alguns sujeitos, incluindo Miguel, foram apresentados aos trabalhadores como sendo candidatos a diversos cargos no STR, e que bastaria o voto para oficializar os cargos e os sujeitos.

Após a ata inicial, a fundação oficial, ou seja, o reconhecimento do STR de Matelândia por meio da carta sindical ocorreu no dia 06 de fevereiro de 1973, ou seja, para que um sindicato pudesse atender as causas públicas e funcionar, precisa estar registrado na secretaria dos sindicatos. Assim, é possível analisar que o reconhecimento pelo governo aconteceu após um ano da ata de fundação (1971). De acordo com Miguel, isso aconteceu, pois era necessária mais de 500 assinaturas de trabalhadores rurais para a fundação do STR, e assim Miguel precisou completar as assinaturas para ser assim oficialmente reconhecido, e assim, assistir os sujeitos que apoiaram a organização sindical em Matelândia.

¹⁵⁸Retirado da ata nº 01 de fundação do sindicato dos trabalhadores.

¹⁵⁹Livro A. Extrato do Estatuto. Departamento de Imprensa Oficial-nº 117- Curitiba.

Durante a discussão do segundo capítulo, foi possível observar a atuação de Miguel no processo de fundação do STR de Matelândia e os principais objetivos narrados por ele com relação à instituição. No entanto, procurei outros trabalhadores que participaram da fundação do sindicato de Matelândia, além da presença de Miguel, como por exemplo, o senhor Alécio, Emílio, José, Dorinho, Arlindo, a senhora Irene, que além de participarem da organização das reuniões e posteriormente da diretoria do sindicato, eram também, associados e pequenos proprietários de terra, assim com a senhora Maria que se associou ao sindicato não como proprietária e sim como trabalhadora diarista. Assim, é possível identificar as aproximações e diferenças que se fizeram presentes durante e posteriormente a fundação do STR.

Com relação à atuação de outros sujeitos na fundação do STR em Matelândia, o senhor Alécio, pontua algumas questões que fez com que participasse da fundação do sindicato, questões que se aproximam com as ideias de Ercílio, Dorinho entre outros:

Alécio: olha o ano que começou esses contratos no papel, foi em 70 que começou o sindicato. E olha que o primeiro sindicato nem foi o de Matelândia, o primeiro foi fundado em Céu Azul! Eu e o pai nós tinha uma picape, nós fomos convidado a participar do sindicato, nós foi a Céu Azul participar da implantação do sindicato. Daí seu Miguel de Matelândia tava lá, daí ele falou assim para o pai, eles já se conhecia: "Seu Carré, não entra de sócio aqui, eu vou fundar um lá em Matelândia", aí o pai segurou. Meu pai foi primeiro que eu, sócio, eu já entrei 2 anos depois, esses dias tava caçando a carteirinha do pai, ele é o sócio numero 5. Seu Miguel foi um batalhador, ele fez grande coisa para o sindicato, ele foi um baita presidente¹⁶⁰.

O senhor Alécio evidencia a existência de outras pessoas para a fundação do STR, como por exemplo, em Céu Azul, o que possibilita identificar um período de movimentação sindical em diferentes cidades vizinhas a Matelândia. Além disso, a partir da narrativa do sr. Alécio, é possível evidenciar que Miguel é citado como o sujeito que fundou o sindicato, não necessariamente evidenciando ele e seu pai como membros da fundação, questionando assim, a ideia de pertencimento. Da mesma forma, podemos perceber que para Alécio, Miguel no período que esteve no sindicato como presidente eleito durante 16 anos, ou seja, de 1973 até 1989, trouxe melhorias para o sindicato, não necessariamente ao trabalhador rural.

No entanto, durante a entrevista de Alécio, foi possível identificar algumas informações sobre as práticas do STR de Matelândia com relação aos problemas sociais

¹⁶⁰ Entrevista com o senhor Alécio no dia 20 de agosto de 2017 na residência do entrevistado.

no município nos anos de 70, como também, quais foram às medidas adotadas e que nortearam a atuação do STR em Matelândia a partir da sua fundação:

Alécio: O seu Miguel gostava muito de ajudar na agricultura.

Karine: O que ele ajudava?

Alécio: A ideia dele era montar tipo uma cooperativa, onde tinha produto pra vender, semente pra fazer, uma loja, tinha várias coisas, ferramentas, tudo ele queria fazer.

Karine: E esses negócios de terra o senhor lembra se o Miguel trabalhava, o sindicato trabalhava?

Alécio: O sindicato sempre tentava apaziguar, passar mão, "deixa assim, vamos se acalmar, não vamo criar questão", porque aquele tempo, do seu Miguel, o sindicato não tinha uma voz tão ativa como tem hoje, hoje tem voz, hoje tem pessoas, aquele tempo o sindicato tinha uma voz, tinha uma pessoa que tava la brigando, hoje tem vários que tão lutando, hoje tem a FETAEP, tem a Federação.[...]

Karine: Em que ano que o senhor acha que começou a melhorar?

Alécio: A partir da hora que os lá de cima começou a ver que precisava de um incentivo, porque os daqui de baixo cansaram de pedir. Antigamente não era nada, você quer ver, os falecidos os presidentes que tiveram o sindicato, por exemplo, o prefeito não dava apoio a eles, médicos, não dava apoio pro sindicato.

Diante da narrativa de Alécio, é possível questionar como era a atuação de Miguel no sindicato, ou seja, é possível analisar que o STR não lutava de forma significativa pelos direitos dos trabalhadores, até porque de acordo com o entrevistado, não havia união entre os trabalhadores, não havia apoio de outros grupos e instituições que buscam auxiliar o STR como é o caso da CONTAG e da FETAEP. De acordo a narrativa, Alécio esperava outras posturas por parte da instituição, como por exemplo, que fosse mais combativo e atuante como o entrevistado identificar ser no presente dele. Porém, de acordo com a entrevista da Aparecida, seu pai, Miguel, não tinha por intuito fundar um sindicato que assegurasse ao trabalhador rural os direitos por meio de manifestações ou qualquer outra forma de reivindicação. Desta forma, é possível perceber que a postura adquirida com o mandato político de Miguel no STR não agradou a todos os sócios.

Um dos fatores que pode ter contribuído para a falta de representatividade e atuação de líderes sindicais como Miguel do STR de Matelândia, está relacionado a aglutinação de diferentes grupos do meio rural, o que contribuiu para a existência de conflitos internos na classe como, por exemplo, pequeno proprietário que fazia acordo de meeiro e arrendamento sem documentação legal, o que provavelmente gerou desentendimentos e contradição na forma de atuação do sindicato. Isso é reforçado pelo entrevistado Alécio, que narra as divergências na classe trabalhista, no STR de Matelândia na década de 1970. De acordo com Alécio:

Karine: E aqui seu Alécio, vocês tinham um contrato de meeiro que o senhor falou, né?

Alécio: Nós fazia contrato de parceria, que faz, acho que o Miguel, primeiro presidente que começou com essa ideia de fazer contrato de parceria, então é um contrato amigável, só que começou a dar problema, o falecido doutor Lairton, advogado do Sindicato de Santa Helena. Ele não sabia mais o que fazer porque os caras queriam ficar dono do pedaço da terra, usavam o usucapião. O pai arrendou um alqueire, acabou o hortelã virou uma capoeira de terra, o cara não trabalhava, vagabundo, aí queria ganhar o alqueire do pai, aí levou o pai pro sindicato, "não, a terra é dele, é escriturada, você tinha contrato". Aí ficamos 1 ano sem produzir nada porque não podia mexer, nem ele, nem nós, o advogado segurou, venceu o contrato, 1 ano que ele não fez nada, aí o que o Miguel fez, "Você abandonou, amargou, como que você vai querer?" não cuidou, eram burro, se tivessem cuidado, zelado por aquele alqueire ele tinha direito, nem que o pai tinha escritura, porque ele cuidou, mas ele abandonou, então era assim a ideia que o advogado dava, "fica bem quietinho, deixa que eles cuida, se eles cuidar tudo bem", ninguém cuidou, era vagabundo, né?

Karine: Então vocês faziam contrato amigável?

Alécio: É que nós ia ao sindicato, lavrava um contrato no papel lá¹⁶¹.

A partir da narrativa de Alécio, é possível identificar a atuação dos trabalhadores não proprietários de terra, em conseguir propriedades a partir da documentação por usucapião, o que Alécio classifica como sendo uma conduta não amigável, bem como a atuação de Miguel em auxiliar quem era associado ao sindicato, independentemente se era ou não trabalhador rural. Desta forma é possível perceber a fragilidade da atuação do STR em solucionar conflitos internos, ou seja, um pequeno proprietário de terra contra um meeiro, ambos os sujeitos amparados legalmente pelo STR. Possivelmente, o meeiro citado por Alécio na entrevista, não era sócio do sindicato, e desta forma, com o auxílio do advogado e de Miguel, o senhor Alécio conseguiu recuperar a sua propriedade. Alécio em sua narrativa, não visualiza o meeiro como sujeito que compõem a classe dos trabalhadores rurais, mas como inimigo dos interesses dele e do sindicato. Diante da narrativa de Alécio, é possível contradizer com o que o entrevistado narra com relação a “passar a mão”, ou seja, na narrativa ele aponta que o sindicato tinha essa atitude e que ele reprovava, no entanto, o STR passou a mão nos direitos legais em prol dos benefícios ao pai de Alécio, ou seja, o entrevistado questiona a postura que lhe garantiu a propriedade.

Diante das entrevistas, após o alvará de funcionamento, a construção do sindicato foi organizada entre os próprios associados e a manutenção que ocorreu por muito tempo através de festas comunitárias e doação dos sócios. Assim como está no Estatuto do Sindicato, a instituição não visa fins lucrativos e deveria ser sustentada pela contribuição sindical de cada associado. A participação dos trabalhadores associados permite pensar na

¹⁶¹ Entrevista com o senhor Alécio no dia 20 de agosto de 2017 na residência do entrevistado.

atuação de sujeitos como o senhor Valdomiro, que tinha 85 anos quando a entrevista, morador da Vila Brasil, faleceu em 2017, vítima de câncer. De acordo com o senhor Valdomiro:

Valdomiro: Eu sei que quando começou o sindicato fazia reunião aqui na Cafeeira, pra gente associar, pra gente entrar no sindicato. [...]. E ele ia convidando o povo pra associar que o sindicato é bom, e de fato é bom. Marcava uma reunião, ia na reunião ele explicava. Quando começou o sindicato em Matelândia eu fui, porque daí cada um ia dar um dia de serviço, aí nós fomos lá abrir as valetinhas pra começar a colocar tijolo, pra começar construir. [...]. Aí nós ajudamos a construir, depois quando foi inaugurado nós trabalhamos lá na inauguração, nós cuidava na roleta, eles mandaram fazer bastante bolo, botava um bolo na roleta e pagava e levava o bolo pra casa, daí o povo animava, né?¹⁶²

Em Matelândia, o STR foi construído em forma de um hospital, ou seja, era uma estrutura que comportaria atendimento médico, odontológico e também, atendimento voltado as questões judiciais. Dona Ivone, que nasceu em Matelândia no ano de 1957, posteriormente trabalhou no sindicato por 17 anos, enaltece a atuação médica da instituição e lamenta o fato de ter sido destruído pelo incêndio que ocorreu no ano de 1995:

Ivone: Na época funcionava o sindicato e um hospital. Por que na verdade o sindicato foi criado pra ser um hospital pra atender os agricultores com tratamentos naturais. [...].E o sindicato tinha todas as instalações necessárias para atender a saúde dos agricultores. Era maravilhoso o trabalho naturalista. [...]. E a gente fazia comidas naturais com alimentos naturais para desintoxicar os trabalhadores. Mas pegou fogo no sindicato e acabou. Ai o sindicato começou do zero de novo, eu lembro muito bem que nós não tinha nenhuma cadeira pra sentar do que sobrou, por que queimou tudo. Eu sei que eu chorei tanto, por que foi um desastre que aconteceu.

Karine: E foi ocasional ou criminoso?

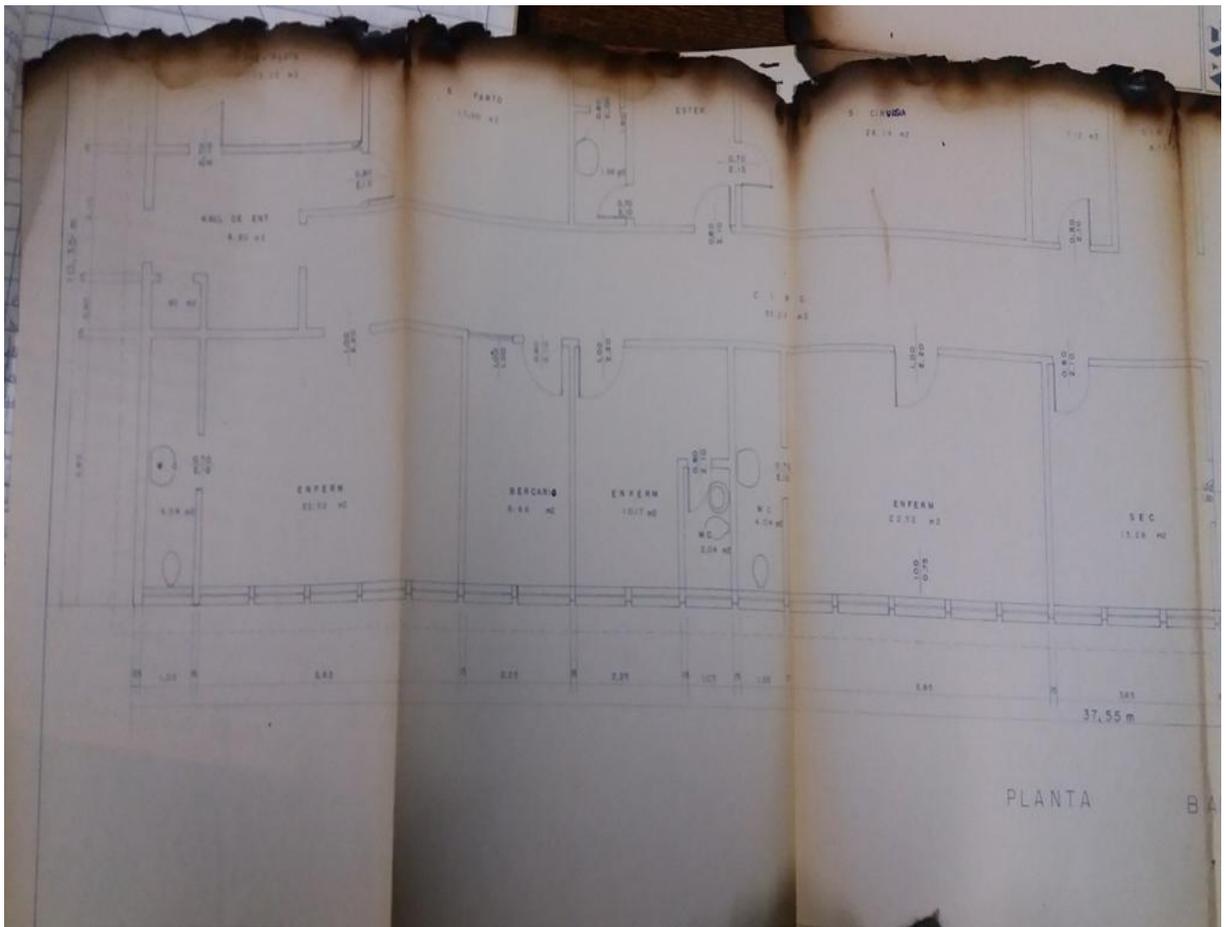
Ivone: Depois disseram que foi uma fatalidade na parte do hospital. Ai foi pra perícia e tudo, mas enfim o sindicato ficou no prejuízo. Mas o sindicato não parou por ai, pois nós recomeçamos e isso aconteceu. Mas ai como já tinha bastante associado já¹⁶³.

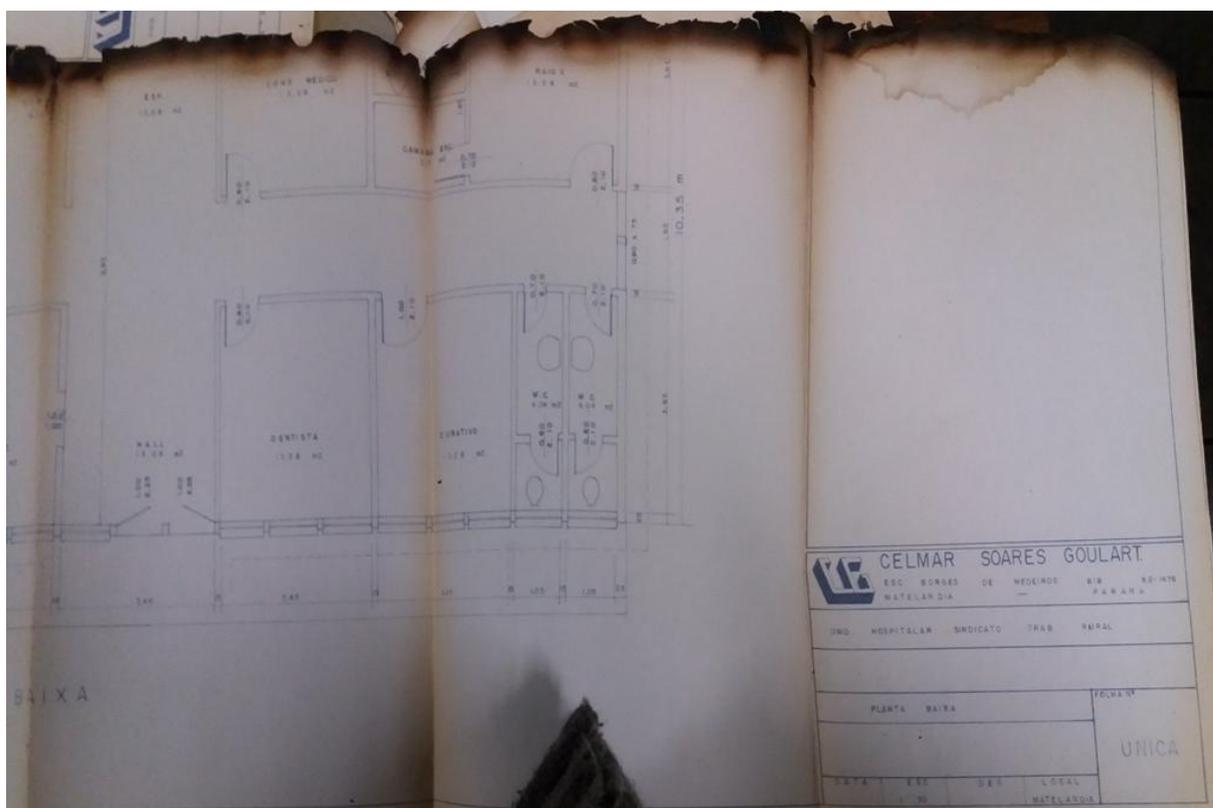
No período do incêndio no STR de Matelândia, o presidente era Arlindo, que atuou como presidente no ano de 1988 até 1996. A criação do STR em Matelândia esteve vinculada a construção do hospital com atendimento naturalista por meio dos convênios os ambulatórios, dentistas, laboratórios, assistência jurídica, conciliação entre patrão e trabalhador. De acordo com a entrevistada, o sindicato desenvolveu atividades voltadas à desintoxicação e saúde dos trabalhadores rurais e urbanos, por meio de alimentos e

¹⁶² Entrevista realizada com o senhor Valdomiro no dia 04 de julho de 2017 na residência do entrevistado.

¹⁶³ Entrevista realizada com Ivone no dia 5 de junho de 2011 na residência da entrevistada.

também das saunas. Com relação à construção do hospital do STR de Matelândia, consegui encontrar o projeto que apresenta como era a planta do hospital:





A planta na imagem é uma das poucas informações que o fogo não queimou. Essa planta foi elaborada em 29 de agosto de 1973. Diante da planta é possível observar o planejamento de um hospital, com sala para odontologia, três salas de enfermagem, sala para parto, berçário, dormitórios, sala para cirurgia, sala para exames médicos. De acordo com Miguel, para a construção a prefeitura de Matelândia vendeu o terreno parcelado ao sindicato, dívida que foi quitada em 2013, além disso, os sócios trabalharam gratuitamente quando conseguiam sair de seus afazeres, algumas empresas concederam o material para a construção com valores diferenciados.

No STR de Matelândia, foi construído o hospital com tratamento médico e também, havia uma parte do hospital que apresentava saunas e banheiras para tratamento com ervas naturais. Com relação ao trabalho com ervas, o senhor Arlindo, que se associou ao sindicato no ano de 1973, comentou sobre um acidente que aconteceu com uma das caldeiras que funciona nas saunas para o tratamento. De acordo com Arlindo:

Daí o Miguel tinha aquela ideia, de partir pro naturismo, fazer a cura natural. E aí construímo aquilo lá e coloco aquele hospital naturista. Miguel foi lá em Curitiba, comprou a caldeira, que é uma máquina de fazer fogo lá pra espantar as saunas. Mas ela explodiu. Daí lá do sindicato veio parar em cima do posto, e caiu em cima de carro até. Aí nós tivemô que pagar o concerto de todos os carros que estragou¹⁶⁴.

¹⁶⁴ Entrevista realizada com o senhor Arlindo no dia 20 de maio de 2017 na residência do entrevistado.

O trabalho do STR voltado à cura natural pode ter relação com a precariedade dos remédios e até mesmo pelo custo dos medicamentos, mas também por representar características da população de Matelândia, que ainda utilizam de ervas e plantas para a cura e tratamento das doenças. Com a construção do hospital naturalista, Matelândia passa a receber pacientes de outras cidades, o que antes acontecia de forma inversa.

Durante a atuação no sindicato, Miguel precisou lidar com inúmeros problemas envolvendo atendimento à saúde dos trabalhadores rurais que não podiam pagar pelas consultas e nem mesmo se deslocarem para outras cidades, levando os sujeitos com o carro próprio para as consultas. No entanto, a postura assistencialista iniciada por Miguel, provocou descontentamento por parte dos proprietários de terra de Matelândia. De acordo com Miguel:

Teve um caso de dois pistoleiros que receberam um pedaço de terra, e um dos pistoleiros veio e perguntou: o que tinha que fazer para ficar com a terra, porque uma mulher queria tomar a terra. Ai eu disse: pegue o machado e o motosserra e desmata a área e vai morar em cima. Quem garante a vida pra nós? Ai eu disse: uma vida eu não posso garantir pra ninguém, mas agora, o que eu posso fazer, eu vou fazer, vou com vocês até Brasília se for preciso. Vamos no Incra e procurar os direitos. Você vai com nós? Eu disse: eu vou! Dai ele voltou e me contou: Dez vezes eu fui mandado matar o Miguel, mais eu disse que pra todos eu posso fazer isso, mas para o Miguel não.

Depois um outro proprietário que comprou, começou a expulsar os sem terras, um pessoal de medianeira, e eles achavam que era eu que estava na frente disso, ai eu disse para o meu secretário que eu não podia ir lá por que eu não era bem vindo. Ai foram dois no meu lugar, ai quando chegaram numa curva, encontraram o proprietário, ai os dois caíram para um lado do barranco, ai um dos caras estava com o resolve em punho e gritou pedindo onde esta o Miguel? O Miguel não veio.¹⁶⁵

Diante da narrativa de Miguel, a atuação do STR causou descontentamento para alguns sujeitos em Matelândia. Os jagunços foram até o sindicato armados para conversar com Miguel, por necessitarem do auxílio jurídico que o STR poderia ofertar aos sujeitos, mesmo sendo vistos como maus, eram também trabalhadores sentiram-se injustiçados pela patroa da fazenda. Diante dos jagunços, Miguel foi alertado das diversas tentativas de assassinato a mando de fazendeiros de Matelândia. No entanto, a atuação de Miguel é narrada por Alécio como não sendo combativa. Porém, esse ponto das narrativas é controverso, uma vez que se um sujeito é ameaçado de morte diversas vezes pode-se deduzir que possuía uma conduta desafiadora a outros sujeitos.

Os enfrentamentos com sujeitos proprietários de terra e de trabalhadores se fortaleceu, pois em Matelândia já existia o Sindicato Patronal, fundado no ano de 1968.

¹⁶⁵ Entrevista realizada com o senhor Miguel no dia 12 de junho de 2008 na residência do entrevistado.

Com relação a isso, Miguel aponta durante a entrevista que a fundação do STR representou ameaça aos interesses do Sindicato Patronal, o que contribuiu para dificultar segundo Miguel, a organização dos trabalhadores rurais:

Miguel: Eu tive muito trabalho, pois tinha o Sindicato Rural Patronal, que era dos patrões, não queriam que eu fizesse o sindicato dos trabalhadores rurais.

Karine: Por que será que eles não queriam que o senhor fizesse?

Miguel: Porque eles sabiam que isso iria incentivar os trabalhadores a ter direitos como trabalhadores¹⁶⁶.

Além do Sindicato Patronal tentar barrar a atuação do STR em prol dos trabalhadores rurais, existia outro motivo pelo qual os representantes do Sindicato Patronal não aceitava a fundação do STR. De acordo com entrevista realizada com uma funcionária do sindicato, que trabalhou na entidade, o Sindicato Patronal, representante dos patrões, associou também trabalhadores rurais. Desta forma, as reivindicações feitas não eram coletivas e sim díspares, mas a contribuição sindical era a mesma para todos os sócios. De acordo com Eva:

Eva: Quantos sócios que tem ainda lá dentro do STR que o Miguel resgatou, que esses trabalhadores eram associados do sindicato ali de baixo, Patronal [...] eu sabia de cor e salteado quem eram os associados e depois, davam muitas orientações erradas. A gente não quer falar mais, a gente que estava lá a gente via, muitas informações erradas puxando pro lado deles.

Karine: Mas que tipo de orientação que eles falavam?

Eva: Que eles tinham que associar, porque um dia que eles precisavam de uma ajuda pra aposentadoria, pra alguma coisa eles precisariam estar ligados a uma entidade deles e tudo, dizia assim. Mas era uma rivalidade que tinha dos dois sindicatos. Nossa, teve muitos casos de pequenos proprietários que associaram lá e pagaram um carnê para aposentar que depois não valeu de nada, tiveram que até gastar com advogado para se aposentar¹⁶⁷.

Diante da narrativa de Eva, é possível analisar que trabalhadores associados ao Sindicato Patronal não eram representados pela instituição, portanto, alguns desses trabalhadores e pequenos proprietários tiveram problemas posteriormente para se aposentar, pois a contribuição sindical feita no Sindicato Patronal, não foi considerada pela previdência. Outra questão importante que a entrevistada narra, está relacionado à prestação de serviços voltados ao interesse do patrão, negando as relações e os direitos trabalhistas ao trabalhador rural. No entanto, por falta de informação aos trabalhadores,

¹⁶⁶ Entrevista realizada com o senhor Miguel no dia 12 de junho de 2008 na residência do entrevistado.

¹⁶⁷ Entrevista realizada com Eva no dia 14 de junho de 2017 na residência da entrevistada.

com rendimentos e propriedades pequenas, acabavam se associando nessa instituição, pois também era a única criada para o meio rural no período em Matelândia.

Com relação ao Sindicato Patronal de Matelândia, inicialmente denominado na ata de fundação como sendo Associação Rural de Matelândia, foi criado em 17 de março de 1963, no Clube Aimoré de Matelândia e contou com a presença de 111 sujeitos, descritos na ata como sendo todos agricultores, não especificando as funções e atividades individuais de cada um no campo. Na ata, não foi identificado como ocorreu à escolha do primeiro presidente da associação.

No entanto, é importante ressaltar que o STR em Matelândia foi fundado durante o Regime Militar no Brasil. Portanto, a política assistencialista foi também, uma característica do governo durante o Regime Militar, ou seja, de acordo com Mattos, quando ele problematiza a atuação de alguns ditadores em torno da preocupação com a saúde dos trabalhadores, nos anos de 1970, o até então presidente do Brasil, Médici, promove uma espécie de reforço econômico ao processo assistencialista e para a previdência nos sindicatos:

Concretamente, eram revalorizados os serviços assistenciais nos sindicatos- como os consultórios médicos, colônias de férias etc.- que ao mesmo tempo serviam como indicadores das ações governamentais (das quais os sindicatos eram os intermediários) junto aos trabalhadores e de polos de atração para novos sindicalizados. Estes seriam vistos não tanto como representados em seus interesses econômicos pelo sindicato, mas principalmente como usuários de serviços¹⁶⁸.

Em muitos lugares no Brasil, o medo e a insegurança mesmo tendo tanta força militar nas ruas, marcou a vida de muitas pessoas e trabalhadores. Mas de acordo com Rudá Ricci, foi no período da ditadura que muitos sindicatos foram organizados, justamente para contrapor essa realidade de opressão e de controle por parte do estado. Com relação a questão, o entrevistado Emílio narra que:

Foi muito difícil, principalmente no tempo da ditadura militar foi muito difícil, por que ele nasceu na época da ditadura do governo militar, imagina que o sindicato não reivindicar nada, mas ele era até muito fácil pra fazer o convenio medico, por que a saúde aqui em Matelândia foi quem início o cuida do povo, foi o sindicato dos trabalhadores rurais, através de convênios com a saúde, convênios dentários, e laboratório, nós conseguimos laboratório para fazer análise, exame de tudo que é , tudo aqui no sindicato. Depois com o tempo, depois que o regime foi mudando ai também ai que o sindicato teve que cair na realidade, fazer as reivindicações que o trabalhador precisa, muitos ainda pensam que o sindicato é médico, é dentista, é feito é qualquer exame eles vêm ainda pensando que é um posto. (...) E isso depende é o município que tem que

¹⁶⁸MATTOS, Marcelo Badaró: **Novos e velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Ed. 2003.243p. pág.57 e 58.

tomar conta e nós caímos na nossa realidade estamos exercendo a função do sindicato.¹⁶⁹

No entanto, a prática de desvio de sindicalismo para assistencialismo médico, desencadeou questionamentos e insatisfações por parte de alguns sócios sindicais, como evidencia a narrativa do entrevistado Emílio. Além disso, de acordo com Silva:

Entretanto, a implantação do sistema de saúde através de órgãos sindicais não foi simplesmente um mar de rosa. Com razão, alguns entenderam que o sindicalismo estava se imiscuindo em áreas que não eram de sua competência. Na realidade, o funcionamento do FUNRURAL atingiu interesses corporativos muito poderosos, como dos médicos e proprietários de hospitais.¹⁷⁰

O sr. Emílio, foi presidente do STR no período de 2000 até 2008, porém, o entrevistado assinou a ata de fundação em 1973. Na narração do senhor Emílio, é possível observar a atuação do STR em Matelândia como assistencialista e estava interligada às medidas adotadas durante a Ditadura, a que de certa forma, contribuiu para estagnação das atuações e reivindicações por parte do sindicato. Mas, além do assistencialismo estar sendo oferecido, segundo Emílio, como algo momentâneo, é possível analisar em sua narrativa, o posicionamento contrário à questão assistencialista, contudo a postura era de aceitação, justificada por medo do AI5. Entretanto, em suas narrativas sobre sua trajetória no STR, Miguel apresentou que o assistencialismo voltado à questão da saúde era vinculado às necessidades dos sujeitos e dele no meio rural em Matelândia e não algo imposto pelo governo.

Em outros momentos da entrevista, o senhor Emílio apresenta um dos motivos que faziam com que o sindicato direcionasse suas atividades em torno da saúde dos trabalhadores, ou seja, “não, porque eles não deixavam nós ir não, pra nós calar a boca, pra não incomodar eles. Porque o sindicato não é missão de tratar de doente. [...]. Tinha uma lei, o AI5, que era horrível [...]”. A narrativa de Emílio contrapõem-se a de Miguel, sendo possível observar diferentes atuações no sindicato. Até mesmo ideológicas. É possível, pensar que a articulação do governo em torno da questão assistencialista era uma forma de mostrar que investimentos estavam sendo feitos e que eram nos sindicatos que os “revoltosos” deveriam buscar acompanhamentos. Mas quando questiono Emílio sobre a finalidade do STR, a sua resposta é:

Emílio: É um órgão de classe organizada para reivindicar os seus direitos das autoridades superiores, federação, confederação e porque não o

¹⁶⁹Entrevista com Emílio no de 28 de agosto de 2010 na residência do entrevistado.

¹⁷⁰ SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz:** comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais no Paraná. Curitiba. Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006, pág. 339.

governo federal, dentro dos ministérios, muitas cartas vão para o parlamento para os deputados, pros senadores, então é um órgão de classe defensor da classe dos agricultores familiares.

Karine: Família! Esse então é o objetivo do sindicato da família?

Emílio: Esse é o objetivo do Sindicato¹⁷¹.

Desta forma, a partir da narrativa feita em 2011, é possível identificar que a finalidade do STR de Matelândia a partir da narrativa de Emílio no presente, é agricultura familiar, pequeno proprietário e a permanência dos jovens na propriedade rural, além de organização de sócios e levantamento de informações sobre os tributos a serem pagos ao governo, como ITR e também acordos trabalhistas. Além disso, Emílio enfatiza que o STR é uma classe organizada, ou seja, sem manifestação, ou qualquer outro tipo de inquietação perante as determinações trabalhistas, valorizando a agricultura familiar.

Porém, as atividades assistencialistas dos STR de Matelândia foram cessadas, quando aconteceu um incêndio que destruiu quase todo o Hospital mantido pelo STR. O Senhor Miguel em sua entrevista disse que esse incêndio foi intencional, porém não entrou em detalhes com relação aos fatores que causaram o incêndio e nem mesmo quem havia provocado o ocorrido. Já outros presidentes, afirmam que pessoas visualizaram movimentações estranhas, nos arredores do sindicato. Após o incêndio, nos poucos artefatos que não foram atingidos pelo incêndio está o quadro de uma santa vinculado a igreja católica.

De acordo com investigações em documentos que restaram do incêndio e das entrevistas, identifiquei que Miguel alugou parte do hospital para a implantação de um laboratório. A parte em que esse laboratório funcionava, foi feito seguro pelos inquilinos, desta forma, diante das narrativas de alguns sujeitos, leva a crer que o incêndio foi proposital para receber o seguro correspondente a parte do laboratório, porém, grande parte do sindicato foi queimada.

O atendimento hospitalar no Sindicato, após o incêndio, não foi reativado, mas ainda hoje, o sindicato tem consultas para os agricultores por meio de convênios, com médicos particulares e o associado se desloca até as clínicas para as suas consultas. Depois do incêndio, Miguel, os associados e toda a diretoria passam por um processo de reconstrução do sindicato. E nas últimas atuações de Miguel como membro da diretoria, fez com que cada um associado assinasse a ata de autorização para a reconstrução do sindicato, sem o Hospital.

¹⁷¹ Entrevista realizada com o senhor Emílio no dia 20 de maio de 2016 na residência do entrevistado.

Além da atuação de Miguel no STR de Matelândia, ele foi o primeiro presidente do STR a assumir cargos políticos, pois em 1980, Miguel se candidatou a vereador em Matelândia durante o período de atuação no sindicato, mas recebeu retaliação por parte de outros grupos ao defender e lutar por outros princípios.

Aparecida: "não pra que vai ter um salário pra vereador, se a gente não trabalha todo dia?" daí fizeram até um boneco que falava que era defensor dos vagabundos. Daí ele entrou em depressão profundo, quase morreu. Não sei do que era e aí malharam os bonecos dizendo que ele era defensor dos vagabundos.

Karine: Mas desenharam...

Aparecida: Fizeram e colocaram na praça e foi quando ele foi vereador porque ele não aceitava... E daí ele falava "pra que salário se a gente só vai lá tantos dias depois de noite", ele tinha esse entendimento que o dinheiro era muito precioso pra tudo que precisava no município.¹⁷²

Porém, diante da postura de Miguel, voltada ao atendimento e auxílio os trabalhadores rurais, foi mal visto por outros membros da política, que o denominaram de “defensor de vagabundos”, o que contribuiu para o desenvolvendo problemas de saúde. Desta forma, é possível analisar que a trajetória de Miguel, voltada ao auxílio e atendimento aos trabalhadores e pequenos proprietários contribuiu para que ele seja lembrado como um sujeito bom, um “messias” que possibilitou aos sujeitos do campo, algumas garantias às carências e necessidades enfrentadas no período de fundação do STR de Matelândia, mas também, como um sujeito que se absteve de acordo com outros, de lutar por mais participação e benefícios aos trabalhadores rurais.

As consequências da luta de Miguel ficaram evidentes no seu estado de saúde, “Hoje sofro de Síndrome de Parkson, por causa das coisas que vivi com o sindicato”.¹⁷³ Diante da narrativa e da visita à casa de Miguel, foi possível perceber que o entrevistado desenvolveu inúmeros problemas de saúde que contribuíram para o seu afastamento das atividades sindicais. Mas além do desenvolvimento da doença, Miguel recebeu ao longo da trajetória no STR de Matelândia retaliações, tentativas e ameaças de morte. Com relação a isso, o sr. José, que iniciou as atividades sindicais com Miguel narra um episódio em que ele e o sr. Arlindo, foram atacados por pistoleiros, pelo comando de um fazendeiro de Ramilândia. De acordo com o senhor José:

José: Alí em Ramilândia, tinha uns cara que queria matar ele porque ele defendia o agricultor, né? Uma vez eu e o Arlindo fomos pra lá e os bandidos, quase que o carro deles pega o nosso, né? Tava uns 5 jagunço. Mas passamos um medo.

Karine: O que vocês tinham ido fazer lá na fazenda?

José: Ah, nós ia visitar uns agricultor, até queimaram um gancho lá, e a

¹⁷² Entrevista realizada com a senhora Aparecida no dia 08 de junho de 2018 na residência da entrevistada.

¹⁷³ Entrevista realizada com o senhor Emílio no dia 20 de maio de 2016 na residência do entrevistado.

gente foi ver, não lembro acho que ele era sócio, ou os pai dele era sócio, aí nós voltamos de carro.¹⁷⁴

Diante da narrativa de José, morador de Matelândia, com 80 anos de idade, é possível identificar que o STR, oferecia atendimento médico, mas também, auxílio aos trabalhadores injustiçados e coagidos pelos fazendeiros, causando medo aos membros do sindicato e até mesmo a Miguel. Desta forma, é possível analisar que o STR de Matelândia, se fortaleceu desenvolvendo atividades voltadas a saúde do trabalhador, porém, em determinados momentos, os entrevistados narram situações que evidenciam o auxílio trabalhista aos sujeitos do meio rural.

No entanto, com a criação do ETR e posteriormente do SRT de Matelândia não representou o fim dos conflitos no campo envolvendo trabalhadores e proprietários de terra. Ao contrário, os trabalhadores, após o trabalho na fazenda, foram expulsos e enviados para outras cidades como Cascavel e até outros estados. Com relação à questão, analisei notícias que datam das décadas de 70 e 80, que denunciam e informam das relações pela qual o ETR e STR de Matelândia deveriam amenizar. A notícia é do Jornal Estado de São Paulo, publicado no dia 27 de maio de 1975. De acordo com a informação intitulada “Sequestro e despejo”:

“Uma força policial e um oficial de justiça, cumpriram hoje, em Matelândia, Paraná, o mandato de sequestro dos 1927 alqueires da Fazenda Três Pinheiros, que foi invadida por posseiros e agricultores **ludibriados** por grileiros. A fazenda fica na Gleba Benjamin Constant e seus ocupantes serão informados que, a partir de agora, não poderão desmatar, fazer construções ou plantar. Daqui algum tempo todos serão despejados”.

Diante da informação, é possível analisar que a invasão de posseiros e agricultores aconteceu em decorrência da ação de grileiros, ou seja, os sujeitos foram enganados segundo a informação, o que então, não os caracteriza como invasores, são sujeitos que foram prejudicados, logrados e iludidos por interesses de grileiros. Outra questão se refere ao fato de proibir os sujeitos de plantar ou construir nas terras, isso por que por meio do usucapião, os sujeitos poderiam se tornar proprietários legais das terras, pois de acordo com a lei, os investimentos por um determinado período garante a posse ao sujeito.

Assim, podemos observar que as dissidências no meio rural seguiram ano 70, 80 e ainda persistem sem solução em determinados casos que constatei durante as entrevistas. Desta forma, é possível avaliar que mesmo não vislumbrando a atuação do STR em prol dos trabalhadores, os sujeitos não foram calados por ameaças, isso mostra que são sujeitos

¹⁷⁴ Entrevista realizada com o senhor José no dia 10 de setembro de 2018 na residência do entrevistado.

protagonistas da história e trajetória de vida.

Portanto, assim como o STR de Toledo, problematizado por Moreira, o dilema da organização sindical dos trabalhadores rurais, é manter na mesma base sindical a união de pequenos proprietários em regime de agricultura familiar, abarcados como trabalhadores rurais e trabalhadores rurais assalariados.¹⁷⁵ Assim, no meio rural, as relações se confrontam entre o tradicional e o novo tecnológico, e persistem em disputa, uma vez que norteiam diferentes interesses e perspectivas. Portanto, como Moreira aponta:

A história do trabalho e dos trabalhadores rurais do Oeste do Paraná não tem termo, pois segue o ritmo intenso marcado pela reorganização contínua das relações de produção no campo, moldada pelo capitalismo, que assumiu “roupagem nova” com o epíteto de “agronegócio”.¹⁷⁶

Hoje, percebo o STR de Matelândia com características meramente assistencialistas, o que vem provocando entre os trabalhadores rurais, discussões em torno da representatividade do STR e até mesmo, questionamentos em torno das pautas defendidas pela entidade. Assim, é possível identificar que essas questões estão relacionadas também, a diminuição do número de sócios e também a questão da inadimplência no pagamento da taxa sindical mensal.

Desta forma, os sujeitos quando questionados sobre a importância do sindicato, enaltecem a questão assistencialista como sendo a função do sindicato. No entanto, isso era reivindicação para Matelândia em determinado período que o município não possuía hospitais e atendimentos gratuitos. As características assistencialistas parecem ter eternizado as funções da instituição e hoje, alguns sujeitos entrevistados que não são sócios do STR, não vislumbram finalidade reivindicativa, ou seja, há dúvida se a instituição presta serviço ao trabalhador rural.

Com relações à permanência das práticas assistencialistas, identifiquei na dissertação de Cunico, que o STR de Marechal Cândido Rondon é caracterizado como uma instituição de atendimento assistencialista e cumprimento de ordens do governo. De acordo com Cunico:

No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Marechal Cândido Rondon, ao que tudo indica, foram e ainda são inexistentes práticas ligadas a reivindicações de trabalhadores por seus direitos ou a ampliação destes. Ele se limita a ações burocráticas e institucionais ligadas a Créditos Rurais, fornecimentos de insumos, declaração do Imposto Territorial Rural (ITR), entre outros. Desta forma, nos parece que o Sindicato não

¹⁷⁵ MOREIRA, Vagner José. **História da avicultura no Oeste do Paraná: trabalhadores e o processo industrial de produção de frangos (1970-2013)**. pág.23.

¹⁷⁶ Ibid.p.30.

representa os trabalhadores sem-terra e assalariados rurais e nem estes se vem representados pelo sindicato, apenas os pequenos proprietários de terra que, teoricamente, se enquadram na categoria de trabalhadores rurais.¹⁷⁷

Algo semelhante pode ser mencionado no STR de Matelândia, pois em entrevista com funcionários e o atual presidente, foi possível analisar que a atuação da instituição analisada e pesquisada, presta serviços de assistência jurídica e trabalhista, como também, recolhimento de impostos e contribuições para o governo. No entanto, percebi que existe certa resistência por parte do STR de Matelândia no cumprimento das determinações impostas pela Contag e Fetaep, porém, foi relatado que não seguir o que é definido pode gerar consequências para o STR.

¹⁷⁷ CUNICO, J. M. **Viver e trabalhar no campo**: produção agropecuária, relações de trabalho e tensões no Extremo Oeste paranaense, 1970-2012. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O tema da dissertação faz parte da minha trajetória de vida, graduação e posteriormente no mestrado. Assim, a continuidade do assunto esteve atrelada a questionamentos que se fizeram presentes após a conclusão da graduação e no decorrer da formação e das discussões no período letivo do mestrado. O prosseguimento da temática fez com que a pesquisa adquirisse consistência historiográfica e contribuição para o meio historiográfico sobre o sindicalismo rural. A construção do texto permitiu o amadurecimento na escrita e na investigação dos temas ligados ao meio rural em Matelândia.

Na dissertação, a proposta foi refletir sobre o processo que antecede a fundação do STR de Matelândia, bem como, discutir fatores que contribuíram para a criação do STR pelos trabalhadores rurais. Para tanto, foi utilizada a fonte oral, como uma estratégia, e postura historiográfica em desenvolver e analisar a memória dos trabalhadores rurais. Nesse sentido, é eminente que erros e dificuldades fizeram parte da construção da dissertação, pois a fonte oral induz o leitor, escritor e narrador a contextos fragmentados, especialmente pelo passar dos anos, assim como também, pela omissão do passado e da trajetória do sujeito.

Em Matelândia, a mudança no meio rural teve início com o processo de colonização e se perpetuou com o passar dos anos. As transformações nas relações de trabalho e nas trajetórias permitiram analisar a construção do imaginário histórico do processo de fundação do STR de Matelândia bem como as perspectivas e concepções que se fizeram presentes no processo.

No decorrer da dissertação, outros questionamentos foram observados, no entanto, optou-se em definir estratégias e conceitos que viessem a atender a proposta da dissertação.

Diante disso, o ponto de partida para a construção da dissertação foi problematizar e analisar o contexto histórico vivido pelos trabalhadores rurais de Matelândia no período anterior ao STR. Sendo assim, as entrevistas com trabalhadores rurais nortearam a discussão. Com as entrevistas, foi possível observar que em Matelândia as dificuldades fizeram parte da narrativa dos entrevistados, dificuldades essas, atreladas às condições de trabalho, enfrentamento com patrões, disputa de terras, busca por tratamentos de saúde que não eram ofertados no município, perseguições e ameaças de mortes. Todos esses fatores, de certa forma, marcaram a trajetória de vida dos sujeitos entrevistados para a pesquisa.

A sindicalização no Brasil esteve atrelada a disputa de interesses partidários e ideológicos e até mesmo dos sujeitos. Sendo assim, o processo de organização do STR de

Matelândia, não necessariamente apresenta uma coletividade de interesses e percepções históricas do processo por parte dos trabalhadores entrevistados, o que faz pensar na intervenção e resistência no decorrer da construção política sindical no Brasil. De um lado, atuação do Partido Comunista e em contramão, a Igreja Católica.

Assim, na década de 1970 em Matelândia, o movimento sindical, iniciado de acordo com os entrevistados, por Miguel, desencadeou o processo de articulação dos trabalhadores e o convite para possivelmente resolver parte das dificuldades relacionadas ao trabalho, como também a questão da saúde, com a contribuição do FUNRURAL. Desta forma, o STR de Matelândia, desenvolveu atividades sindicais voltadas a questão da saúde dos trabalhadores, como também, intervindo nas relações trabalhistas. No entanto, a mudança de presidentes e diretorias, contribui para justificar mudanças que seguiram acontecendo.

Com relação às leituras organizadas para a construção da dissertação, foi possível observar a construção do movimento sindical em diferentes regiões do Brasil. Alguns contemplaram o mesmo período proposto na dissertação, outros discutiram períodos posteriores, contudo o que prevalece são as inúmeras relações desiguais que abarcam o meio rural, e que mesmo com aprovação e reformulação das leis, casos de abusos e desrespeito aos trabalhadores permanecem.

Para parte dos trabalhadores entrevistados, o sindicato representa auxílio aposentadoria, recebimento de sementes, travar acordos trabalhistas e atendimento médico. Porém este último item não tem atuação significativa na entidade, mas em outras instituições que possuem convênio com o STR. A mecanização do campo, a expulsão de trabalhadores rurais, irregularidades nos acordos trabalhistas, mortes e perseguições no campo, permitem pensar que anos passaram, mas os enfrentamentos não deixaram de acontecer. Isso me faz pensar na atuação do STR após década de 80 e a diminuição no número de sócios trabalhadores rurais.

Considero a dissertação de grande valia para a produção histórica sobre o movimento sindical no meio rural. Assim, reforço à perspectiva de Welch em problematizar a complexidades das relações e estruturas rurais, bem como a organização de trabalhos científicos voltados à discussão historiográfica do meio rural.

Outros questionamentos fizeram parte da construção da dissertação, e com certeza, a leitura permite a elaboração de outras propostas de pesquisas. Espero que a dissertação direcione para caminhos não trilhados até aqui.

FONTES

Fonte escrita:

Aécio: Natural de Santa Catarina. 75 anos. Casado. Aposentado. Veio para o Paraná em 1965. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 31 de novembro de 2008.

Arlindo: Natural do Rio Grande do Sul. 85 anos. Casado. Aposentado. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 24 de setembro de 2016 na residência do entrevistado.

Antônio: Natural do Rio Grande do Sul. 77 anos. Casado. Aposentado. Veio para o Paraná em 1950. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 31 de novembro de 2008.

Beto: Natural do Rio Grande do Sul. 70 anos. Casado. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 10 de abril de 2018 na residência do entrevistado.

Carlos: Natural do Rio Grande do Sul. 77 anos. Casado. Aposentado. Veio para o Paraná em 1950. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 31 de novembro de 2008.

Dorinho: Natural do Rio Grande do Sul. 78 anos. Casado. Aposentado. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 18 de julho de 2016 na residência do entrevistado.

Emma: Natural de Planalto, Rio Grande do Sul. 66 anos. Divorciada. Aposentada. Veio para Matelândia no dia 23 de agosto de 1958. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 06 de setembro de 2017.

Emília: Natural de Erechim, Rio Grande do Sul. 79 anos. Viúva. Aposentada. Veio para Matelândia no ano de 1950. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 30 de janeiro de 2017.

Ercílio: Natural de Dourado, Rio Grande do Sul. 87 anos. Viúvo. Aposentado. Veio morar para Matelândia no ano de 1955. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 5 de setembro de 2017.

Emílio: Natural de Dourado, Rio Grande do Sul. 87 anos. Viúvo. Aposentado. Veio morar para Matelândia no ano de 1955. Trabalhou na agricultura e foi u Entrevista com Dorinho no dia 18 de julho de 2016 na residência do entrevistado.m dos presidentes do sindicato dos trabalhadores rurais nos anos de: Entrevista concedida a Karine Albano no dia 20 de julho de 2016.

Inês: Natural do Rio Grande do sul. 74 anos. Casada. Aposentada. Ela veio para Matelândia no ano de 1956. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 30 de janeiro de 2017.

Iracema: Natural de Marcelino Ramos, Rio Grande do Sul. 67 anos. Casada. Aposentada. Veio para Matelândia em 1968. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 25 de março de 2017.

Ivone: Natural de Matelândia. Viúva. Aposentada. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 5 de junho de 2011 na residência da entrevistada.

Ivanir: Natural de Erechim no Rio Grande do sul. 81 anos. Casado. Aposentando e

agricultor. Veio para Matelândia no dia 2 de março de 1957. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 20 de fevereiro de 2017.

José: Natural do Rio Grande do Sul. 85 anos. Casado. Aposentado. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 10 de setembro de 2018 na residência do entrevistado.

Julia: Natural de Santa Catarina. 75 anos. Casada. Aposentada. Veio para o Paraná em 1965. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 18 de julho de 2016 na residência da entrevistada.

Juvelino: Natural do Rio Grande do Sul. 85 anos. Casado. Aposentado. Veio para o Paraná em 1954. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 21 de abril de 2017.

Miguel: Natural de Santa Catarina. Casado. Aposentado. Entrevista concedida a Karine Albano dia 12 de junho de 2008 na residência do entrevistado.

Odete: Natural de São Miguel do Iguçu. 54 anos. Solteira. Trabalha como zeladora em um mercado. Veio para Matelândia em 1968. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 06 de outubro de 2016.

Orlandina: Natural de Passo Fundo, Rio Grande do Sul. 82 anos. Viúva. Aposentada. Veio para Matelândia em 1968. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 15 de Março de 2017

Paulina: Natural do Rio Grande do Sul. 85 anos. Casada. Aposentada. Veio para o Paraná em 1954 com seu esposo Juvelino. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 21 de abril de 2017.

Paulo: Natural de Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. 72 anos. Casado. Veio para Matelândia no ano de 1962. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 13 de agosto de 2017.

Tereza: Natural da cidade de Meleiro, Santa Catarina. 78 anos. Viúva. Aposentada. A vinda para o Paraná aconteceu no ano de 1962. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 13 de junho de 2011.

Valdomiro: Natural do Rio Grande do Sul. 85 anos. Viúvo. Aposentado. Veio morar em Matelândia no ano de 1952. Entrevista concedida a Karine Albano no dia 13 de agosto de 2017.

FONTES ESCRITAS

CENTRO de Documentação Dom Tomás Balduino – CEDOC-
<https://www.cptnacional.org.br/index.php/cedoc> Acesso em: 13/01/2017.

CORREIO Riograndense - <http://www.correioriograndense.com.br/> - Acesso em: 23/11/2018.

DOCUMENTOS Revelados - Falando um pouco de mim – Relatos de Aluizio Palmar <https://www.documentosrevelados.com.br/conjunto-de-documentos-referente-a->

[militanciapolitica-de-aluizio-palmar/falando-um-pouco-de-mim-2/](#) Acesso em: 14/10/2017.

GAZETA do Povo- <http://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/era-lupion-geracao-bilionaria-no-campo-060b5rqrebyg60dly04mkgw9a> - Acesso em: 24/01/2018.

IBGE- Censo Agropecuário 2006, Rio de Janeiro. <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?Codmun=411560> Acesso em: 11/05/2017.

IBGE- <https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=34188&view=detalhes> Acesso em: 14/04/2018.

IBGE- <http://cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=411560> Acesso em: 11/05/2017.

JORNAL a Voz do Paraná. www.jornalavozdoparana.com.br/matelandia-54-anos-de-historia-e-progresso. Acesso em: 24/11/2017.

JORNAL O Mensageiro é da cidade de Medianeira. Matéria: RUARO, AOS 100 ANOS FALA À MEMÓRIA TERRUNHA - Edição: 1783 - 17/10/2013. <http://www.jornalmensageiro.com/materia.php?id=13012> – Acesso em: 11/05/2017.

MATELÂNDIA: 54 anos de história e progresso- [Http://www.jornalavozdoparana.com.br/matelandia-54-anos-de-historia-e-progresso](http://www.jornalavozdoparana.com.br/matelandia-54-anos-de-historia-e-progresso). Acesso em: 24/09/2017.

MECANIZAÇÃO de lavouras, vilas de boias-frias viram cidades fantasmas - [Https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1926803-com-mecanizacao-de-lavourasvilas-de-boias-frias-viram-cidades-fantasmas.shtml](https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/10/1926803-com-mecanizacao-de-lavourasvilas-de-boias-frias-viram-cidades-fantasmas.shtml). Acesso em: 14/10/17

NETO de Coronel Teixeira visita Marcelino Ramos e cemitério onde estão antepassados- [Http://www.portaldemarcelino.com.br/portal/reportagem-especial-neto-de-coronel-teixeiravisita-marcelino-ramos-e-cemiterio-onde-estao-antepassados/](http://www.portaldemarcelino.com.br/portal/reportagem-especial-neto-de-coronel-teixeiravisita-marcelino-ramos-e-cemiterio-onde-estao-antepassados/) Acesso em: 11/10/2017.

RUARO, aos 100 anos fala à memória terrunha- [Http://www.jornalmensageiro.com/materia.php?Id=13012](http://www.jornalmensageiro.com/materia.php?Id=13012)- Acesso em: 11/05/2017.

SITE oficial da Prefeitura Municipal de Francisco Beltrão. [Http://franciscobeltrao.pr.gov.br/o-municipio/historia/](http://franciscobeltrao.pr.gov.br/o-municipio/historia/). Acesso em: 11/10/2017.

PLANALTO Civil- Lei nº 5.315, de 12 de setembro de 1967- www.planalto.gov.br/Ccivil_03/leis/L5315.htm - Acesso em: 14/04/2018.

PLANALTO Civil- http://www.planalto.gov.br/CCIVIL_03/LEIS/1950-1969/L4214.htm - ETR de 1964 – acesso em: 27/09/2017.

PLANALTO Civil- http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp11.htm - Acesso em: 20-05-2017.

PREFEITURA Municipal de Ramilândia - <http://www.ramilandia.pr.gov.br/> - Acesso em: 04/03/2018.

PREVIDÊNCIA Social - Lei nº 4.214 - de 2 de março de 1963-
<http://sislex.previdencia.gov.br/paginas/42/1963/4214.htm> - Acesso em: dia 17-01-2018.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Antônio de Pádua. **Reforma urbana de luta de classes: Uberabinha /MG (1888 a 1922)**. São Paulo: Xamã, 2004.

COLETTI, Claudinei. **A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto**. Unicamp. São Paulo, 1996.

COLODEL, José Augusto. **Matelândia: História e Contexto**. Cascavel, ASSOESTE, 1992.

COLOMBO, Leonir Olderico. **“No Rastro Do Burro: Memórias e discursos do “Colono Posseiro”** . Foz do Iguaçu, 2013.

CHESNEAUX, Jean. **Devemos fazer tabula rasa do passado?** Sobre história e os historiadores. Editora Ática S.A. São Paulo – 1995.

CHRIST, F. M. **Memórias, projetos e lutas na formação história do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu/PR (1970-2009)**. 2010. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2010.

CUNICO, J. M. **Viver e trabalhar no campo: produção agropecuária, relações de trabalho e tensões no Extremo Oeste paranaense, 1970-2012**. 2014. 136 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2014.

DEZORDI, Mauricio. **O Brasão e o ramo de café: Migração, simbologia e identidade no município de Matelândia 1950-1980**. Foz do Iguaçu, 2015.

ENGELS, Friedrich. **A situação da classe trabalhadora na Inglaterra**. São Paulo: Boitempo, 2010.

FAVARETO, Arilson da Silva. **Agricultores, trabalhadores-** Estudo sobre a representação sindical dos agricultores familiares brasileiros organizados na CUT. Campinas. 2001.

HOBBSAWN, Eric J. **Mundo do Trabalho**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000.

KHOURY, Yara Aun. **Muitas memórias, outras histórias: Cultura e sujeito na história**. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário (org.). **Muitas memórias, outras histórias**. SP: Olho D’água, 2004.

MARIN, Roberto. **Revista da Lar**. Nº 52 – ANO VIII – JULHO E AGOSTO – 2015 –

MARX, Karl. **O capital: Crítica da economia política**. São Paulo: Abril Cultural, 1984.

MATTOS, Marcelo Badaró: **Novos e velhos Sindicalismos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro. Jorge Zahar. Ed. 2003.243p.

MEDEIROS, Leonilde Servolo de. **Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses:**

Os comunistas e a constituição de classes do campo. Campinas, São Paulo, 1995.

MORAES JUNIOR, L. R. **Mastro: a formação do Movimento dos Agricultores Sem Terra do Oeste do Paraná (1970-1990)**. 2011. 151 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Marechal Cândido Rondon, 2011.

MOREIRA, Vagner José, **Propriedades da evidência, narrativas orais e a escrita da história: Memórias sobre trabalhadores na luta pela terra - história e perspectivas**, Uberlândia. 2013

MOREIRA, Vagner José. **O levante comunista de 1949: memórias e histórias de luta pela terra e a criminalização dos movimentos sociais de trabalhadores no Noroeste paulista**. Cascavel: EDUNIOESTE, 2012.

MORESCO, Edite. POZZO, Terezinha Pietrobon Dal. **Conhecendo a história e geografia de Matelândia**.

PORTELLI, Alessandro. **O que faz a história oral diferente**. Projeto História, São Paulo, 1997.

PORTELLI, Alessandro. **Filosofia e os fatos: Narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Tempo, Rio de Janeiro, vol. 1, n.º. 2, 1996, p. 59-72.

RAMOS, Carolina. **Capital e trabalho no Sindicalismo rural Brasileiro: uma análise sobre a CNA e sobre a Contag (1964-1985)**. Rio de Janeiro. 2011.

RICCI, Rudá, **Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil**. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 1999.229p.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Editora Rosa de Bassi, 2006.

SILVA, M. A. M. **Errantes do fim do século**. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1999.

STEIN, Leila de Menezes. **A construção de sindicatos de trabalhadores agrícolas no Brasil (1954-1964)**. Capinas. SP: (s.n) 1997.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária. Á árvore da liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume I.

THOMPSON, Edward P. **A formação da classe operária. A maldição de Adão**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987. Volume II.

VIEIRA, Maria do Pilar de Araújo; PEIXOTO, Maria do Rosário da Cunha; KHOURY, Yara Maria Aun. **A pesquisa em História**. São Paulo: Editora Ática, 1995.

WELCH, Clifford Andrew. **A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964**. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WOOD, Ellen Meiksins. **Democracia contra o capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 1995.

ANEXOS:

Anexo 01- Propaganda realizada pela Colonizadora Matelândia sobre a compra e venda de terras em Matelândia.

NÃO SE PREJUDIQUE
RETENDO O DINHEIRO EM CASA OU DEPOSITANDO-O A JUROS
TUDO ESTA AUMENTANDO CONTINUAMENTE E QUANTO MAIS
AUMENTA MAIS DESVALORIZA O CRUZEIRO

ADQUIRA CAPITAIS VALORIZAVELIS
CIDADE MATELÂNDIA

COMPRANDO TERRAS NA
CIDADE MATELÂNDIA

TERRAS ESPECIAIS PARA O CULTIVO DO CAFE
BEM COMO DE QUAISQUEROUTRAS CULTURAS



Cidade Matelândia já possui todos os recursos necessários para a abertura de seus empreendimentos, como sejam: GRUPO ESCOLAR, FARMACIA, LUIZ ELI, A. A. CORREIOS E TELEGRAFOS, TELEFONES, CASAS COMERCIAIS, HOTEIS, DIVERSAS INDUSTRIAS, etc. etc. que bem atestam o rápido e saudável desenvolvimento da MATELÂNDIA.

O CAFE está sendo o grande propulsor do progresso da CIDADE MATELÂNDIA pois já se encontram em plena atividade 9 cafeeiros totalizando 335 colônias onde estão sendo plantados 5.040.000 (mais de cinco milhões de covas de café).

Em MATELÂNDIA o café está em pleno desenvolvimento, já passando cafeeiros com fabulosa produção, como bem podemos observar na foto acima.

DAMOS ABAIXO UNS DADOS DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DAS TERRAS EM REFERENCIA AO CAFE
Cafezais de 10 alqueires (uma colônia) comportam, aproximadamente 16.000 (dezesesseis mil) covas de café, que pela fecundidade das terras privilegiada posição climática proporcionam mais de um milhão e meio de cruzeiros de renda anual, a partir do quinto ano.

PORTANTO VEMOS QUE O CULTIVO DO CAFE REPRESENTA A MAIOR FONTE DE RENDA QUE SE POSSA IMAGINAR.

A COLONIZADORA MATELÂNDIA, proprietária da Cidade MATELÂNDIA, oferece-lhe as melhores, mais férteis e resistentes terras.
Sem formigas e nem ervas daninhas, quase tidas planas, todas aráveis, em bom e saudável clima com excelentes águas.

Somente vindo acreditar-se aqui que produzirem aquelas ricas terras.

● Precurem os agentes autorizados pela COLONIZADORA MATELÂNDIA, que terão prazer em fornecer-lhe, gratuitamente, todas as informações a respeito.

● E para melhor certificar-se combine com os agentes ou com a direção da firma para visitar MATELÂNDIA e depois de observar pessoalmente melhor decidir.

NÃO CONHECENDO AGENTES AUTORIZADOS DA MATELÂNDIA ESCREVA PARA:
COLONIZADORA MATELÂNDIA LTDA.
CIDADE MATELÂNDIA — Fôz do Iguaçu
ESTADO DO PARANA
OU PARA
LUIZ PAULETTI —
Caixa Postal 233 — CAXIAS DO SUL — R. G. S.

Anexo 02- Parte do documento sobre a organização da Colonizadora Matelândia e os sócios. Nessa página do documento está à descrição dos sócios, por meio dos dados pessoais e investimento ou cotas de participação da colonizadora.

agricultor, solteiro, maior residente no município de Ferrouphilha;
VITORIO PASA 1º, brasileiro, casado, agricultor, residente, no mu-
nicipio de Ferrouphilha; resolveram organizar e constituir uma So-
ciedade por quotas de responsabilidade limitada, que se regulará
pelas disposições da Lei nº 3.708, de 10 de janeiro de 1.919, pelo
Código Comercial Brasileiro e leis posteriores em vigor, bem assim
pelas cláusulas que se seguem, têm entre si, por esta e na melhor
forma de direito, como justo e contratado o seguinte: CLAUSULA -
PRIMEIRA - A sociedade, que adotará a denominação social de COLO-
NIZADORA MATELÂNDIA LIMITADA, terá a sua sede e fóro jurídico no
município e Comarca de Fóz de Iguaçu, Estado do Paraná, podendo,
entretanto, estabelecer Filiais ou Agências em qualquer ponto do
País ou fóro d'êle se assim fôr de seu interêsse. A sua duração é
por tempo indeterminado. CLAUSULA SEGUNDA - A forma da Sociedade
é por quotas de responsabilidade limitada e a responsabilidade
dos sócios é limitada à importância total de capital social. CLAU-
SULA TERCEIRA - O capital social será de Cr\$ 5.000.000,00 (cin-
co milhões de cruzeiros), dividido em 1000 (mil) quotas iguais
de Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros) assim distribuídas: Ao só-
cio ALBERTO DALCANALE, 160 (cento e sessenta) quotas no valor
de Cr\$ 800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros); ao socio LUIZ DAL-
CANALE FILHO, 160 (cento e sessenta) quotas no valor de Cr\$...
800.000,00 (oitocentos mil cruzeiros); ao sócio ALFREDO PASCHOAL
RUARO, 160 (cento e sessenta) quotas no valor de Cr\$ 800.000,00 (
oitocentos mil cruzeiros); ao sócio ALEXANDRE ZANIOL, 20 (vinte)
quotas no valor de 100.000,00 (cem mil cruzeiros); ao sócio JOSÉ
VERONESE, 20 (vinte) quotas no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil -
cruzeiros); ao sócio ANTONIO NERVÓ, 20 (vinte) quotas no valor de
Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros); ao socio BORTHOLO NERVO FILHO
20 (vinte) quotas no valor de Cr\$ 100.000,00 (cem mil cruzeiros)
ao socio JOSÉ FRANCESCHINI, 10 (dez) quotas no valor de Cr\$
50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros); ao socio CONSTANTINO MANFRO
10 (dez) quotas no valor de Cr\$ 50.000,00 (cinquenta mil cruzeiros)

Anexo 03- Imagem de parte do mapa que identifica as propriedades da Colonizadora Matelândia.

PLANTA
DE
POLIGONOS DE TERRAS DIVIDIDAS
DA
COLONIZADORA MATELÂNDIA LTDA.
MUNICÍPIO DE MATELÂNDIA
ESTADO DO PARANÁ

← P.MED.

ÁREAS

1º	POLIGONO	114 LOTES RURAIS	COM	29.461.600 m ²
2º	POLIGONO	72 LOTES RURAIS	COM	22.957.670 m ²
2º	POLIGONO	92 CHÁCARAS	COM	1.915.100 m ²
2º	POLIGONO	MATELÂNDIA	COM	1.738.980 m ²
3º	POLIGONO	176 LOTES RURAIS	COM	55.671.750 m ²
4º	POLIGONO	156 LOTES RURAIS	COM	100.442.668 m ²
4º	POLIGONO	157 CHÁCARAS	COM	4.731.364 m ²
4º	POLIGONO	VILA ESMERALDA	COM	469.200 m ²
5º	POLIGONO	98 LOTES RURAIS	COM	31.170.600 m ²
6º	POLIGONO	30 LOTES RURAIS	COM	10.346.910 m ²
7º	POLIGONO	130 LOTES RURAIS	COM	44.876.000 m ²
7º	POLIGONO	161 CHÁCARAS	COM	5.334.000 m ²
7º	POLIGONO	VILA MARQUEZITA	COM	730.000 m ²
TOTAL				309.845.842 m ²

Anexo 04- Documento do ano de 1968, que apresenta denúncias feitas por trabalhadores rurais dos municípios de Matelândia, Medianeira, Santa Helena e São Miguel do Iguçu.

39

CONFIDENCIAL

MINISTÉRIO DO EXÉRCITO
III EXÉRCITO 5.ª RM/DI
ESTADO MAIOR

Curitiba; Pr. 7 OUT 68.
Do Cmt 5.ª RM/DI

2.ª Secção

Ao Exmº Sr Secretário de Segurança do PARANÁ.

1. Assunto: **Invasão de terras no SW paranaense.**
2. Origem: **1a/13ª RI.**
3. Classif: **A-1.**
4. Difusão: **Sec Seg PR e PMP.**
5. Ref: **Rd nº 66-32, de 7 Out 68, da 1a/13ª RI.**

727

INFORMAÇÃO Nº 324-82/68

A.S.S. M.L.

1. O Comando da 1a/13ª RI, com sede em FRANCISCO BELTRÃO/PR, informou ao Comando da 5ª RM e 5ª DI que foi procurado por uma comissão de colonos de STA HELENA, MATELANDIA, MEDIANEIRA e SÃO MIGUEL DO OESTE, a qual solicitou providências em face de grande número de "jagunços", armados, estarem espancando famílias e procurando desalojá-las de suas terras.

2. Segundo consta, os ditos "jagunços" são elementos pertencentes ao ex-deputado LUIZ ALBERTO DAICANALIE.-

Anexo 05- Documento do Jornal O Estado do Paraná, que aponta para a presença de jagunços em Matelândia no ano de 1971, período anterior a data de fundação do STR de Matelândia.

PARANÁ

Jagunços invadem Matelândia

O município de Matelândia, no Paraná, está sofrendo a ação de jagunços fortemente armados e vive sob clima de tensão, segundo denúncia formulada na Assembléia Legislativa, pelo deputado Nivaldo Kruger, do MDB.

(O Estado de São Paulo, 10/11/71)

Govêrno legitima posse de terras

O INCRA legitimou 8 mil títulos de posse de terra no Sudoeste do Paraná, beneficiando cerca de 56 mil pessoas na fazenda Britânica, que abrange todo o município de Marechal Rondon e parte dos de Toledo e Palotina. A medida foi comunicada pelo ministro Cirne Lima, da Agricultura, ao presidente da República, revelando que a situação jurídica da posse estará resolvida em 90 dias.

(O Estado de São Paulo, 9/11/71)

Anexo 06- Parte do contrato de compra de terra do Senhor Davi.

haver recebido neste sto Cr\$ 150.000 (cento e cinquenta mil
reais) o saldo devedor de Cr\$ 250.000
(Duzentos e cinquenta mil reais)
será acrescido de _____ % de juros ao ano, e os compradores comprometem-se a pagar em prestações
e da seguinte forma:

- a) _____ ou sejam Cr\$ _____ em _____
b) _____ ou sejam Cr\$ _____ em _____
c) _____ ou sejam Cr\$ _____ em _____
d) _____ ou sejam Cr\$ _____ em _____

QUARTO

O outorgado comprador entrará desde já na posse precária do imóvel objeto do presente compromisso, podendo executar nele plantações e benfeitoria que entender. E, correrão por sua conta, desta data em diante, todos os impostos e taxas que venham incidir sobre a referida área de terras, e ainda todas as despesas deste contrato e bem assim das escrituras e atos decorrentes do cumprimento dos direitos e obrigações nela patuada, como sejam: Imposto de Transação de Propriedade, selos, Emolumentos de tabeliões, registros e serventários. Correrá também, por conta exclusiva do outorgado promitente comprador o imposto criado pelo Decreto n.º 9.330 e suas posteriores modificações e Leis complementares sobre a diferença de valor entre a compra anterior e a presente venda que de ordinário caberia aos vendedores, inclusive o mesmo outorgado se obriga neste particular, a assumir a responsabilidade de quaisquer majorações futuras, bem como se sujeita ao pagamento de tributos novos que venham incidir sobre a presente transação, sejam eles de qualquer natureza.

QUINTO

Vencida e não paga qualquer prestação no dia estipulado ou outra obrigação que incumba o comprador, ou no caso de infringir ele, ainda, qualquer cláusula ou condição deste contrato, terá o promitente comprador, o prazo de trinta dias para regularizar sua situação ou efetuar o pagamento. Caso não seja regularizado, o prazo de juro de mora na base de 1% (um por cento) ao mês, findo este prazo improrrogável, o presente contrato ficará imediatamente rescindido, independente de qualquer aviso, notificação, ou interposição judicial ou extra-judicial, perdendo neste caso, os promitentes compradores em proveito dos vendedores todas as importâncias até então pagas por conta do preço e das demais obrigações patuadas, sem direito algum de retenção ou indenização pelas benfeitorias que haja feito do imóvel, por mais alto que seja o valor, mesmo ainda, que realizadas com consentimento expresso dos vendedores, devendo o outorgado neste caso, restituir incontinenter a posse do imóvel com todas as suas cessões, benefícios e melhoramentos, independente de qualquer pagamento.

SEXTO

Se for verificado qualquer engano na medição do terreno descrito será a referida diferença compensada mutuamente ao preço deste contrato. Qualquer transferência a terceiros, sem autorização dos cedentes e que não obedeçam aos preceitos legais, será considerada nula.

SÉTIMO

Uma vez cumpridas todas as condições do presente compromisso e pago o preço integral exatamente nos prazos estipulados se revestirá o outorgado da cláusula de irrevogabilidade e irretroatividade absoluta, obrigando-se os promitentes vendedores a assinarem em favor do promitente comprador ou a quem ele indicar a escritura definitiva de compra e venda.

OITAVO

Ao presente ajuste obrigam-se os contratantes por si, seus herdeiros ou sucessores.

NONO

O outorgado comprador só pode tirar madeiras do terreno para seu uso em benfeitorias no próprio lote ou para efeito de pagamento de prestações, só lhe sendo permitido negociá-las, reservando para si o produto da venda depois de pago o valor total do lote. O Outorgado comprador têm que consentir na passagem de caminhos pelo seu lote, no caso de acesso aos lotes vizinhos não ser possível por divisas, devendo estas serem limpas uma vez por ano e conservados os respectivos marcos divisórios.

Fig. 3.ª — "CORREIO RIOGRANDENSE" — Caxias do Sul, 9 de Março de 1955 — N. 10

O GRANDE NEGÓCIO DA ÉPOCA...

CULTIVAR CAFÉ

O CAFÉ, NOS PREÇOS BASE QUE ESTÁ HOJE, OFERECE VERDADEIRAS FORTUNAS AOS QUE SE DEDICAREM À SUA CULTURA.

O PREÇO PODERÁ BAIIXAR ATÉ A METADE DO ATUAL QUE, MESMO ASSIM, É O MAIOR NEGÓCIO DO MOMENTO.



Esta fotografia é uma prova evidente e clara da superprodução do café cultivado em Matelândia.



Um minhocário com uma super carga, prova certa de boas terras.

DAMOS ABAIXO UNS DADOS DA CAPACIDADE DE PRODUÇÃO DAS TERRAS EM REFERÊNCIA AO CAFÉ:

Cafezais de 10 alqueires (uma colônia) comportam, aproximadamente 16.000 (dezesesse mil) covas de café, que pela fecundidade das terras privilegiada posição climática proporcionam mais de um milhão e meio de cruzeiros de renda anual, a partir do quinto ano.

PORTANTO VEMOS QUE O CULTIVO DO CAFÉ REPRESENTA A MAIOR FONTE DE RENDA QUE SE POSSA IMAGINAR.



Ver para Crer! — Um roçal com apenas um ano e pouco. Semente fértil e fortes terras podem produzir assim.

Em MATELÂNDIA já se organizaram diversas firmas com o fito de plantar e cultivar café; umas já possuem o café com produção e outras com um ou mais anos, além das que estão agora iniciando a plantação



Fértiles terras — Bons colheitas — Um trigo que bem demonstra a pujança das terras de Matelândia.

A COLONIZADORA MATELÂNDIA LTDA. proprietária da Cidade MATELÂNDIA, oferece-lhes as melhores, mais férteis e resistentes terras.

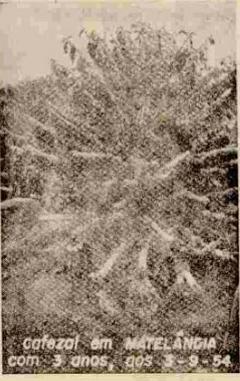
Nem formigas e nem ervas daninhas, quase todas planas, todas aráveis, em bom e saudável clima com excelentes aguadas.

Somente vendo acredita-se naquilo que produzem aquelas ricas terras.

- Procurem os agentes autorizados pela COLONIZADORA MATELÂNDIA LTDA. que terão prazer em fornecer-lho, gratuitamente, todas as informações a respeito.
- E para melhor certificar-se combine com os agentes ou com a direção da firma para visitar MATELÂNDIA e depois de observar pessoalmente melhor decidir.

Não conhecendo agentes autorizados da MATELÂNDIA escreva para:

COLONIZADORA MATELÂNDIA LTDA.
CIDADE MATELÂNDIA — FÓZ DO IGUAÇO
ESTADO DO PARANÁ
OU PARA
— LUIZ PAULETTI —
Caixa Postal 233 — CAXIAS DO SUL — Rio Gr. do Sul



cafezal em MATELÂNDIA com 3 anos, aos 2-9-54

Vemos acima uma planta de café em flor. Esta exuberância é comum em todas as plantações de café em Matelândia.

Mais uma foto que bem atesta o desenvolvimento e a produção do café cultivado nas férteis terras de Matelândia.

A fitulo de esclarecimento e confirmação damos abaixo a relação das cafezeiras já existentes em MATELÂNDIA além de várias que estão sendo organizadas:

Agro-Cafeeira Ltda. com . . .	30 colônias	450.000 covas de café
União Cafeeira Ltda. com . . .	50 colônias	750.00 covas de café
Cafeeira S. Francisco Ltda. com	50 colônias	750.00 covas de café
Cafeeira S. Antônio Ltda. com	16 colônias	240.000 covas de café
Cafeeira Patruilhense Ltda. com	50 colônias	750.00 covas de café
Cafeeira Portoalegrense Ltda. .	30 colônias	450.000 covas de café
Cafeeira Matelândia Ltda. com	50 colônias	750.00 covas de café
Cafeeira Ouro Verde Ltda. com	30 colônias	450.000 covas de café

O CAFÉ É O FUTURO DO BRASIL E A RIQUEZA DE NOSSA GENTE